



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 122 QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2015

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Vicentinho Alves - (PR-TO)  
**2º SECRETÁRIO**  
Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**  
Gladson Cameli - (PP-AC)  
**4º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)  
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)  
3º Elmano Férrer (PTB-PI)  
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PP) - 24</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> <sup>(22,28)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz <sup>(3,37)</sup> Benedito de Lira <sup>(16,18,44)</sup> Walter Pinheiro <sup>(31,36,43)</sup> Telmário Mota <sup>(4,38,42)</sup> Regina Sousa <sup>(41)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> <sup>(22,28)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha <sup>(32)</sup> Walter Pinheiro <sup>(31,36,43)</sup> Lindbergh Farias <sup>(30)</sup> Fátima Bezerra <sup>(34)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> <sup>(3,37)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota <sup>(4,38,42)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PP - 5</b> <b>Benedito de Lira</b> <sup>(16,18,44)</sup></p>	<p><b>Bloco da Maioria</b> <b>(PMDB/PSD) - 21</b></p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PMDB - 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> <sup>(13)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão <sup>(12)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição</b> <b>(PSDB/DEM) - 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PSDB</b> <sup>(20)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira <sup>(33)</sup> Wilder Moraes <sup>(46)</sup> Antonio Anastasia <sup>(47)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Cássio Cunha Lima</b> <sup>(17)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer <sup>(23)</sup> Aloysio Nunes Ferreira <sup>(40)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do DEM - 5</b> <b>Ronaldo Caiado</b> <sup>(6)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino <sup>(39)</sup></p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b> <b>(PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Lídice da Mata - PSB</b> <sup>(11,25)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros <sup>(15,19,29)</sup> Vanessa Grazziotin <sup>(21,26)</sup> Randolfe Rodrigues <sup>(24,27)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSB - 6</b> <b>João Capiberibe</b> <sup>(1,14)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha <sup>(45)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PPS - 1</b> <b>José Medeiros</b> <sup>(15,19,29)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> <sup>(24,27)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> <sup>(21,26)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> <sup>(5,10)</sup></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi <sup>(9)</sup> Eduardo Amorim <sup>(8)</sup> Marcelo Crivella <sup>(2,7)</sup> .....</p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> <sup>(5,10)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> <sup>(9)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <sup>(8)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> <sup>(2,7)</sup></p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Delcídio do Amaral - PT</b> <sup>(48)</sup></p>

## EXPEDIENTE

<b>Ilana Trombka</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial	<b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários <b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 132ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE AGOSTO DE 2015 .....</b>	<b>006</b>
1.1 – ABERTURA.....	006
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	006
<b>1.2.1 – Oradores</b>	
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Saudações aos movimentos sociais que se manifestam em defesa das instituições democráticas.....	008
<b>1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação .....</b>	<b>009</b>
<b>1.2.2.1 – Pareceres</b>	
Nº 538/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62/2015....	010
Nº 539/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 61/2015. ....	014
<b>1.2.2.2 – Abertura de prazo</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62/2015 .....	019
<b>1.2.2.3 – Requerimentos</b>	
Nº 907/2015, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 698/2015, de realização de sessão especial em 28 do corrente, às 10 horas, destinada a celebrar os 58 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil .....	019
Nº 908/2015, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial em 20 do corrente, destinada a celebrar o aniversário de 60 anos da APAE Brasil.....	020
Nº 909/2015, de autoria do Senador Paulo Bauer, de autorização para desempenho de missão parlamentar em 16 e 17 do corrente .....	021
Nº 910/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente.....	022
Nº 911/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de informações ao Ministro de Estado das Cidades .....	032
Nº 912/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de informações ao Ministro de Estado da Defesa .....	040
Nº 913/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional .....	048
Nº 914/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	056
Nº 915/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Vereador Virgílio Pacheco .....	063
Nº 916/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, de informações ao Ministro de Estado da Saúde.....	065
<b>1.2.2.4 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 527/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>equipara, para todos os efeitos legais, às entidades sindicais as associações representativas de trabalhadores aposentados e pensionistas</i> .....	067
Nº 528/2015, de autoria do Senador Romário, que <i>altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários</i> .....	069
Nº 529/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que <i>altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo</i> .....	072
Nº 530/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>institui a lei que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao artigo 4 da Lei 12.587/2012, de forma a definir a modalidade</i> .....	077
Nº 531/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que <i>disciplina a profissão de Agroecólogo</i> .....	086

**1.2.2.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados**

Nº 475/2015, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 26/2010, sancionado e convertido na Lei nº 13.157/2015 ..... 091

Nº 476/2015, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 474/2007, sancionado e convertido na Lei nº 13.158/2015 ..... 092

Nº 477/2015, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 225/1991, sancionado e convertido na Lei nº 13.156/2015 ..... 093

**1.2.2.6 – Realização de sessão**

Realização da sessão especial amanhã, às 9 horas, destinada a homenagear o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos ..... 094

**1.2.2.7 – Comunicações**

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 681/2015 (**Ofício nº 519/2015**). *Serão feitas as substituições solicitadas*..... 094

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 684/2015 (**Ofício nº 520/2015**). *Serão feitas as substituições solicitadas*..... 095

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 685/2015 (**Ofício nº 173/2015**). *Serão feitas as substituições solicitadas*..... 096

Da Senadora Vanessa Grazziotin, relatando participação nas Reuniões das Comissões da Assembléia Parlamentar Euro-Latinoamericana - EUROLAT, no período de 31 de maio a 7 de junho último (**Ofício nº 89/2015**) .... 097

Do Senador Valdir Raupp, que justifica a não participação de S. Exª na reunião do Parlamento do Mercosul, a ser realizada em 17 do corrente (**Ofício s/nº/2015**) ..... 097

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 680/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (**Ofício nº 1/2015**) 098

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 681/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (**Ofício nº 1/2015**) 099

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 682/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (**Ofício nº 1/2015**) 100

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 683/2015, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (**Ofício nº 1/2015**) 101

Da Comissão interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 131/2015, referente à eleição do Vice-Presidente e designação do Relator (**Memorando nº 3/2015**) ..... 102

**1.2.2.8 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados**

Projeto de Decreto Legislativo nº 326/2015 (nº 50/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014*..... 103

Projeto de Decreto Legislativo nº 327/2015 (nº 52/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014* ..... 105

**1.2.2.9 – Projeto de Decreto Legislativo**

Nº 328/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que *determina a sustação do Decreto nº 8.497, de 4 de julho de 2015, do Poder Executivo, que "regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e o § 5º do art. 1º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013."*.. 107

**1.2.2.10 – Proposta de Emenda à Constituição**

Nº 109/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Anastasia, que *acrescenta inciso V ao art. 158 da Constituição Federal para prever a entrega aos Municípios de vinte por cento da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é dada pelo art. 154, I* ..... 111

**1.2.3 – Oradores (continuação)**

SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com a situação financeira do Estado do Rio Grande de Sul; e outro assunto ..... 115

SENADOR OTTO ALENCAR – Preocupação com proposta da Agenda Brasil que prevê a possibilidade de cobrança pelos atendimentos prestados aos usuários do SUS; e outro assunto ..... 117

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Defesa da manutenção da participação obrigatória da Petrobras, como operadora, em 30% da exploração do pré-Sal..... 119

SENADOR JORGE VIANA – Comentários sobre a Marcha das Margaridas..... 120

SENADORA MARTA SUPLICY – Registro de pesquisa realizada pelo Senado acerca da violência contra a mulher..... 122



SENADOR ROMERO JUCÁ – Exaltação da importância da construção de uma pauta legislativa que contribua para o enfrentamento da crise no País.....	123
SENADOR VALDIR RAUPP – Destaque à aparente contradição entre os lucros auferidos pelas instituições financeiras e o cenário de crise econômica do País; e outros assuntos .....	124
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Preocupação com o estado em que se encontram as contas públicas do Estado de Sergipe; e outro assunto.....	126
SENADOR HÉLIO JOSÉ, como Líder – Reflexões acerca da situação do sistema de saúde do Distrito Federal.	129
SENADOR LASIER MARTINS – Preocupação com o cenário econômico do País, com destaque para a crise econômica que atinge o Estado do Rio Grande do Sul.....	131
SENADORA LÍDICE DA MATA – Destaque ao papel do Congresso Nacional na superação da crise por que passa o País; e outro assunto.....	132
SENADOR RONALDO CAIADO, como Líder – Críticas a decreto editado pela Presidente da República que regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas; e outro assunto.....	134
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos .....	136
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como líder – Destaque à necessidade de conciliação no Congresso Nacional a fim de buscar alternativas para a recuperação da economia do País.....	142
SENADOR RAIMUNDO LIRA – Destaque à importância do papel do Senado para a superação da crise política e econômica nacional.....	145
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Críticas à metodologia utilizada pelo Governo Federal para o cálculo do desemprego .....	146
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com a crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul, agravada pelo bloqueio de repasse de recursos federais por parte da União.....	149
<b>1.2.4 – Mensagem da Presidente da República</b>	
Nº 59/2015 (nº 306/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.....	156
<b>1.2.5 – Oradores (continuação)</b>	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Alegria pela instalação de Colégio Militar em Belém.....	174
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Defesa da adoção do sistema parlamentarista de governo .....	177
<b>1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Comentários sobre o Encontro de Gestores Municipais para o Fortalecimento de Ações, ocorrido recentemente em Boa Vista-RR.....	182
1.3 – ENCERRAMENTO.....	183
<b>2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 12.8.2015 .....</b>	<b>184</b>
<b>3 – EMENDAS</b>	
Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 5/2015-CN .....	185
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>	
<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....</b>	<b>188</b>
<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>191</b>
<b>6 – LIDERANÇAS.....</b>	<b>192</b>
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....</b>	<b>194</b>
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>207</b>
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....</b>	<b>215</b>
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....</b>	<b>262</b>
<b><u>CONGRESSO NACIONAL</u></b>	
<b>11 – COMISSÕES MISTAS .....</b>	<b>285</b>
<b>12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....</b>	<b>298</b>

# Ata da 132ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 12 de agosto de 2015

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Valdir Raupp, Eduardo Amorim, da Srª Lídice da Mata e dos Srs. Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe, Raimundo Lira e Dário Berger.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 27 minutos e encerra-se às 19 horas e 38 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:



## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 132ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 12/08/2015 07:00:00 até 12/08/2015 21:05:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PSD	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
-	GO	Lúcia Vânia	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
DEM	GO	Wilder Moraes	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X

***Compareceram 74 senadores.***



**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Acabamos de encerrar uma sessão em homenagem à Marcha das Margaridas, esse encontro de mulheres trabalhadoras que estão aqui em Brasília. São mais de 40 mil, e o Senado se somou, nesta oportunidade, fazendo uma sessão, que só agora foi encerrada.

Cumprimento a todos que nos acompanham e damos início à sessão deliberativa, que deveria começar às 14h, mas está começando agora, às 14h27.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria uma inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Inscrevo a Senadora Ana Amélia para uma comunicação inadiável e a mim também, que já estou no art. 17. Falei uma vez, mas já me puseram no art. 17.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Eu sou a primeira e V. Exª é o segundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com certeza.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Humberto Costa. E, depois, conforme estabelece o Regimento, a Senadora Ana Amélia, para uma comunicação inadiável, e a Senadora Vanessa, em permuta com o Senador Jucá.

Com a palavra V. Exª, meu Líder, Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, quero usar desta tribuna, na tarde hoje – infelizmente, não pude participar da sessão especial que concluiu quase agora –, exatamente para saudar o expressivo movimento da 5ª Marcha das Margaridas, organizada com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag, que inundou as ruas de Brasília, nesta quarta-feira, depois de ter sido aberta oficialmente, ontem à noite – tive a oportunidade de lá estar –, no Estádio Mane Garrincha, com a presença de diversos ministros do Governo da Presidente Dilma e do nosso querido ex-Presidente Lula.

A Marcha das Margaridas, fruto do esforço das 27 federações de todo o País e de 11 entidades parceiras, ocorreu desde 2000 e este ano reúne mais de 70 mil participantes aqui na Capital Federal. É a maior manifestação pelos direitos das mulheres em todo o mundo.

Nesta sua quinta edição, essas trabalhadoras do campo, das florestas, indígenas, quilombolas, extrativistas, vêm entregar à Presidenta Dilma uma pauta de reivindicações que atenda às necessidades das mulheres camponesas, mas vêm também prestar sua solidariedade à primeira mulher a governar este País e mostrar que se contrapõem ao conservadorismo político atual, que pode levar ao retrocesso de conquistas históricas de todos os trabalhadores brasileiros, de todas as trabalhadoras.

A marcha deste ano, que traz como tema desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, liberdade e igualdade, traz reivindicações como o fim da violência no campo e o efetivo combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Esse expressivo movimento democrático, que tem negociado estreitamente suas reivindicações com o Governo Federal, vai culminar com um grande ato, nesta quarta, no Estádio Mané Garrincha – ato este ao qual a Presidente Dilma comparecerá para apresentar suas propostas às trabalhadoras.

É uma singular demonstração de força que vem do interior do Brasil, do Brasil profundo, organizada por segmentos historicamente marginalizados na nossa sociedade: as mulheres, índios, quilombolas, camponeses.

A onda conservadora e o retrocesso institucional em que alguns querem mergulhar o País, travestindo tudo isso sob o manto de uma amorfa insatisfação, já começaram a ser sentidos pelos brasileiros. E isso, felizmente, leva a uma reação popular.

No campo, está sob ameaça o acesso das mulheres a uma série de direitos fundamentais, como a participação igualitária na política, a educação e a ocupação de cargos nas esferas decisórias do País, além do risco que ronda direitos sociais conquistados à custa de muita luta e a própria democracia, como temos denunciado aqui.

Então, a Marcha das Margaridas é um significativo movimento social que vem mostrar ao Governo Federal uma pauta sólida de reivindicações para ser negociada, que vem dizer que está insatisfeito com certas ações e com a falta de ação em algumas áreas. Mas vem demonstrar também que essa insatisfação não se confunde com retrocesso institucional e com posturas golpistas que muitos procuram incutir entre os sentimentos dos brasileiros.

Nesse mesmo sentido, outros movimentos sociais estarão fortemente mobilizados para demonstrar seu apoio ao Estado democrático de direito e o seu repúdio ao obscurantismo que ora avança. Amanhã, dia 13, a Presidenta Dilma abrirá o Palácio do Planalto para um grande ato político denominado Diálogos com os Movimentos Sociais. Estarão lá com ela, frente a frente, mais de mil representantes de 50 das mais legítimas entidades da nossa democracia, como a União Nacional dos Estudantes, a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

Será um momento de imenso simbolismo em que a Presidenta mostrará o total compromisso do seu Governo com os temas sociais. E espero, vivamente, que o nosso Governo inaugure um período de aproximação contínua e permanente com esses setores, que tiveram participação decisiva nas nossas quatro eleições para a Presidência da República, especialmente na do ano passado.

Na próxima sexta-feira, novamente o Presidente Lula estará conosco, aqui em Brasília, para um enorme ato em defesa da educação, que a Presidenta Dilma transformou em carro-chefe do seu segundo mandato, sob a bandeira da Pátria Educadora. Como tem defendido o Presidente Lula, o Plano Nacional de Educação é um trabalho de grandes qualidades, um marco para o País, e deve chegar ao conhecimento de todos os brasileiros, que precisam se apropriar dele.

No dia 16, domingo próximo, todos estaremos atentos ao protesto nacional organizado por diversos grupos, sob o patrocínio de partidos de oposição, para conhecermos sua pauta, suas insatisfações e observar se abandonaram a bandeira da intervenção militar e de saídas que confrontam a Constituição brasileira.

A legitimidade e a legalidade de suas pautas, afiançadas, repito, por partidos de oposição, merecem o olhar atento de todos os brasileiros, porque reedições da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, espaço fortemente utilizado para buscar legitimar o golpe de 64, não podem mais ter espaço entre nós.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a CUT de São Paulo estarão, no mesmo dia, em vigília, na frente do Instituto Lula, para que nós não esqueçamos do quanto nos são caros os valores democráticos.

No dia 20, quinta-feira da semana que vem, movimentos sociais em defesa da democracia e contrários ao retrocesso conservador que ameaça o País voltam às ruas, num grande ato, em dezenas de cidades brasileiras, para demonstrar seu repúdio às tentações golpistas e propostas ilegais levantadas por setores que querem afundar o Brasil numa crise política.

Então, é muito animador notar que o povo brasileiro – e a recente atuação de legítimos e representativos movimentos sociais do País, como a Marcha das Margaridas, ilustra bem isso – está dando início a um levante em defesa da democracia e contra o golpismo que alguns setores tencionam colocar em curso.

Estas próximas semanas serão de intensa movimentação política nas ruas do Brasil. Todas as insatisfações devem ser externadas, de maneira ordeira e legal, da forma como exige a nossa democracia. Não se espera que quaisquer desses movimentos defendam governos. Mas é igualmente inaceitável que qualquer um deles defenda a derrubada de governantes legitimamente eleitos, porque isso é um atentado ao Estado democrático de direito, uma quebra da ordem constitucional.

Já passamos por muitas crises no Brasil, e crises ocorrem em quaisquer países.

O que diferencia as nações, bem como o que diferencia os momentos da nossa história em que passamos por situações similares, é a forma como pretendemos sair dessas crises, com entendimento elevado e respeito à lei, ou rompendo o regime democrático. Em qualquer momento da nossa trajetória ou em qualquer país, a segunda opção sempre se mostrou a pior.

Nesse sentido, quero aqui parabenizar os movimentos sociais, como a CUT, a UNE, o MST, a Contag, a Marcha das Margaridas, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, que, num gesto de responsabilidade e elevada estatura política, estendem a mão ao diálogo e vão às ruas para defender o Brasil, a democracia brasileira e as conquistas históricas no campo social que alcançamos, e dizem “não” às teses golpistas tramadas em porões.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, e a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Humberto Costa. Daqui a pouco também vou me referir da tribuna sobre a presença de cerca de 70 mil mulheres e de aliados da causa da mulher trabalhadora em Brasília, reivindicando e também reconhecendo as conquistas alcançadas no governo do Presidente Lula, porque a luta vem desde 2000, como colocou V. Ex<sup>a</sup>, no Governo da Presidenta Dilma e reivindicando mais apoio, mais autonomia, maior atenção para a mulher trabalhadora.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Convido, então, para fazer uso da tribuna, para uma comunicação inadiável, a Senadora Ana Amélia.

E faço a devida correção: em seguida é o meu presidente da Comissão, esse querido irmão, amigo, Senador Otto Alencar, como o próximo orador.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos temos do art. 241 do Regimento Interno do Senado Federal, vai à publicação do Diário do Senado Federal.



É o seguinte o expediente:

## PARECERES



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 538, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015 (nº 8.117/2014, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Educação Profissional*.

RELATORA: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015 (Projeto de Lei nº 8.117, de 2014, na origem), de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que *institui o Dia Nacional da Educação Profissional, a ser celebrado, anualmente, no dia 23 de setembro*.

Em sua justificação, o autor da matéria alega que a iniciativa pretende oficializar a data que marca a assinatura do Decreto nº 7.566, pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, que criava dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, considerando-o como marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional. De acordo com a justificação, tal data viria a reconhecer e valorizar as diferentes iniciativas e políticas de educação profissional vigentes no País, bem como divulgar os seus resultados e promover discussões sobre desafios e potencialidades dessa modalidade de educação.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 8.117, de 2014, foi apreciado e aprovado pela Comissão de Cultura (CCULT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 62, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Relativamente ao mérito e a relevância da data, ressalte-se o parecer exarado pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados que diz: *a criação da data proposta pelo projeto valorizará a educação profissional e fomentará a formação qualificada de profissionais técnicos, atendendo as demandas produtivas e tecnológicas dos setores produtivos do Brasil. Conclui ainda o voto do relator: a instituição do Dia Nacional da Educação Profissional endossa a importância da educação e da formação profissional como instrumento de transformação social e econômica. Neste sentido, auxilia na sensibilização dos diversos segmentos da sociedade e das lideranças brasileiras acerca do futuro promissor dos jovens que optam pela educação profissional, assim como no impacto dessa escolha no aumento da produtividade e eficiência do mercado de trabalho brasileiro.*

Cabe considerar que a data de 23 de setembro, marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional, é significativa no contexto atual, em que tal rede cresce em reconhecimento e números. No período de 2004 a 2010, a adesão de cursos profissionalizantes no Brasil, incluindo cursos livres, técnicos do ensino médio e superiores de tecnologia teve aumento de 75%.

Diante disso, é sem dúvida pertinente justa e meritória a proposição que visa instituir a data de 23 de setembro como o Dia Nacional da Educação Profissional.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da proposição.

Quanto à juridicidade, é importante lembrar que, a partir do final do ano de 2010, a apresentação de proposição que visa instituir data comemorativa passou a ser regulamentada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. De acordo com essa norma legal, antes da apresentação da iniciativa para instituir data comemorativa é exigida, entre outras

providências, a realização de consultas e/ou audiências públicas com os profissionais do setor, no sentido de atestar a relevância nacional da instituição da pretendida efeméride.

Cabe ressaltar que, em atendimento a este dispositivo legal, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou audiência pública no dia 11 de novembro de 2014, com profissionais e especialistas da área da educação profissional.

No que tange aos demais aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 62, de 2015.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015.

Sala da Comissão, em: 11 de agosto de 2015

Senadora **ANA AMÉLIA**, Presidente em exercício  
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**, Relatora



# SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

**Reunião:** 36ª Reunião, Ordinária, da CE

**Data:** 11 de agosto de 2015 (terça-feira), às 11h

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)</b>	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (S/Partido)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)</b>	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO



## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 539, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, tendo como primeira signatária a Senadora Gleisi Hoffmann, que *altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.*

RELATORA: Senadora **MARTA SUPLICY**

#### I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 61, de 2015, que tem como primeira signatária a Senadora Gleisi Hoffmann e cujos fins estão expressos na ementa, insere os §§ 19 e 20 no art. 166 da Constituição Federal, estabelecendo que emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual poderão alocar recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com indicação expressa do ente federado beneficiado. Os recursos serão repassados diretamente ao componente da Federação, independente de convênio ou instrumento congênere, passando a pertencer aos cofres do recebedor.

A emenda entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da elaboração da lei do orçamento anual de 2017.

A PEC não recebeu emendas.



## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentar parecer às propostas de emenda à Constituição.

Quanto à constitucionalidade da PEC, verificamos terem sido observados os requisitos descritos no art. 60 da Lei Maior, a saber: a proposta conta com o número mínimo exigido de subscrições de senadores; não existe óbice de natureza circunstancial à tramitação da PEC, consistente na vigência de estado de sítio, de defesa ou de intervenção federal; as alterações promovidas no texto constitucional não atentam contra nenhuma das cláusulas pétreas enumeradas no § 4º do art. 60 da Carta Magna.

A proposição foi redigida segundo os ditames da boa técnica legislativa, de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Ademais, a PEC está seguindo tramitação regular e obedece aos ditames regimentais.

No mérito, concordamos com os autores da proposta. Há necessidade de se desburocratizar a transferência de recursos para Estados e Municípios, gerando economia para a União e maior autonomia para os demais entes federados. Caberá a estes definir como utilizarão os recursos que lhes serão carreados.

Ao tempo em que homenageamos a iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, informamos que chegamos ao entendimento de que há espaço para aprimoramento da PEC. Motivo pelo qual apresentamos emenda que altera o § 20.

Primeiramente, a emenda ajusta o texto para evitar referência geográfica e imprecisa. Especificou-se § 19 em vez de parágrafo anterior.

Por fim, tratando-se de recursos que devem ser transferidos, e que, mesmo antes da transferência, devem ser considerados pertencentes ao ente federado destinatário, não é coerente falar em “recursos transferidos na forma...”. Modificamos a frase para que fique assim: “recursos de trata o § 19”. As outras modificações de forma, menos importantes, decorreram das que mereceram destaque.

Assim sendo, postamo-nos pela conveniência, oportunidade e utilidade da proposição, bem assim pelo seu acolhimento, pois consideramos que ela tende a promover um reequilíbrio na relação entre a União e os demais entes da Federação, por meio dos parlamentares, que também terão suas ações valorizadas.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1 - CCJ**

Dê-se a seguinte redação ao § 20 do art. 166 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015:

“Art. 166. ....

.....

§ 20. Os recursos de trata o § 19 são adicionais aos descritos no art. 159, inciso I, pertencem aos respectivos entes federativos e serão repassados diretamente, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere.” (NR)

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015.

Senador **JOSÉ MARANHÃO**, Presidente

Senadora **MARTA SUPLICY**, Relatora



## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária**

## Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. DELCÍDIO DO AMARAL	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ SERRA	PRESENTE	4. MARIA DO CARMO ALVES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. MARTA SUPPLY	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária**

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER	

## Não Membros Presentes

JOÃO CAPIBERIBE

**ABERTURA DE PRAZO**

O **Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS****SENADO FEDERAL  
REQUERIMENTO  
Nº 907, DE 2015**

**(ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 698, de 2015)**

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento Nº 698, de 2015, REQUEIRO que Sessão Especial destinada a celebrar os 58 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, a se realizar às 14:00h, do dia 28 de agosto de 2015, seja antecipada para às 10:00h, do mesmo dia.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO PAIM**

**Senador GLADSON CAMELI**

**Senador TELMARIO MOTA**

**Senador HÉLIO JOSÉ**

**Senador ALVARO DIAS**

**Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA**





## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 908, DE 2015**

REQUEIRO, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 20/08/2015, a fim de celebrar o **aniversário de 60 anos da APAE Brasil – Federação Nacional das APAES** (abertura da “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla de 2015” – “Inclusão se conquista com Autonomia”).

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**  
Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**  
Senador **ALVARO DIAS**  
Senador **GLADSON CAMELI**  
Senador **HÉLIO JOSÉ**  
Senador **TELMÁRIO MOTA**



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO BAUER

*À Publicação*

**REQUERIMENTO Nº 909 , DE 2015**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, nos dias 16 a 17 de agosto de 2015, para participar da Reunião da XXXIII Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL, conforme Convocações do Sr. Saul Ortega, Presidente do Parlamento, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO BAUER**

Recebido em 12/08/2015  
Hora 14:21  
*Patricia Nóbrega*  
Patricia Nóbrega - Mat. 187048  
SCM - Senado Federal

REQUERIMENTO Nº 910, DE 2015  
**(REQUERIMENTO Nº 65, DE 2015 - CMA)**

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são:

- Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas,
- Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco,
- Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início,
- Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças



SF/15880.77057-39

de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização.

- Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.



SF/15880.77057-39

Sala da Comissão,

**OTTO ALENCAR**  
Senador PSD/BA



ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665 de 2015; Aviso nº 459 de 2015; Aviso nº 682 de 2015; AVS nº 47 de 2015; Aviso nº 721 de 2015; Aviso nº 740 de 2015; e Aviso nº 505 de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de



nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 63, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 65, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 66, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 67, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta

Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco - PISF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em municípios que compõem a Bacia, e as ações e atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas. • O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais. • Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após dez anos de seu início. • O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa. • Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 12)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 71, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado.

ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 72, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério dos Transportes; • Ministério da Agricultura; • Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR) • Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); • Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); • Agência Nacional de Águas (Ana). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

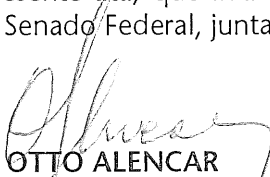
ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 73, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria do Patrimônio da União (SPU); • Universidade Federal do Tocantins (UFTO) • Instituto Socioambiental (ISA); • Instituto Araguaia de Proteção Ambiental. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 341, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda n° 2-CAE e pela rejeição da emenda n° 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator.

ITEM 20) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera a Lei n° 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho. Relatoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria:

ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 74, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial n° 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo,

para tanto, ser novamente oficiada a Presidente da República para prestar os devidos esclarecimentos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Senador **OTTO ALENCAR**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



## NOTAS TAQUIGRÁFICAS (SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes Avisos do TCU, recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Avisos 665, de 2015, 459, de 2015, 682, de 2015, 47, de 2015, 721, de 2015, 740, de 2015, e 505, de 2015.

Informo que a relação dos Avisos lidos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros, com links contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passamos à pauta.

(...)

## ITEM 6

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 65, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 7 também é de minha autoria.

## ITEM 7

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 66, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, para o item 8, outro requerimento.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 68, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf).*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 69, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



**SENADO FEDERAL**  
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 53/2015/CMA

Brasília, 11 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**SENADOR RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Pedido de Informações ao Ministro da Defesa.**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 11/08/2015, foi aprovado o Requerimento nº 67, de 2015, de minha autoria, para solicitar informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

Dessa forma, encaminho o Requerimento a Vossa Excelência para deliberação da Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno.

Respeitosamente,



**Senador Otto Alencar**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

(À Mesa para decisão)



**REQUERIMENTO Nº 911, DE 2015**

(da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são:

- Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográfica;
- Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF;
- Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF;
- Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF;
- Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF;

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 2015

**OTTO ALENCAR**  
Senador PSD/BA



ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665 de 2015; Aviso nº 459 de 2015; Aviso nº 682 de 2015; AVS nº 47 de 2015; Aviso nº 721 de 2015; Aviso nº 740 de 2015; e Aviso nº 505 de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de

nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 63, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 65, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 66, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 67, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta

Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco - PISF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em municípios que compõem a Bacia, e as ações e atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas. • O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais. • Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após dez anos de seu início. • O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa. • Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 12)



REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 71, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado.

ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 72, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério dos Transportes; • Ministério da Agricultura; • Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR) • Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); • Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); • Agência Nacional de Águas (Ana). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

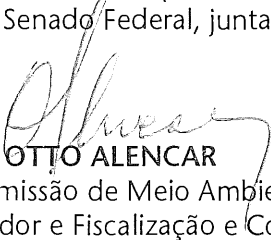
ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 73, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado n° 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria do Patrimônio da União (SPU); • Universidade Federal do Tocantins (UFTO) • Instituto Socioambiental (ISA); • Instituto Araguaia de Proteção Ambiental. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 341, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda n° 2-CAE e pela rejeição da emenda n° 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator.

ITEM 20) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera a Lei n° 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho. Relatoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria:

ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 74, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial n° 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo,

para tanto, ser novamente oficiada a Presidente da República para prestar os devidos esclarecimentos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Senador **OTTO ALENCAR**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



## NOTAS TAQUIGRÁFICAS (SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes Avisos do TCU, recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Avisos 665, de 2015, 459, de 2015, 682, de 2015, 47, de 2015, 721, de 2015, 740, de 2015, e 505, de 2015.

Informo que a relação dos Avisos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passamos à pauta.

(...)

## ITEM 6

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 7 também é de minha autoria.

## ITEM 7

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 66, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, para o item 8, outro requerimento.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 68, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf).*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 69, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(À Mesa para decisão)

**REQUERIMENTO Nº 912 , DE 2015**

(Requerimento nº 67, de 2015-CMA)

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federa combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Sala da Comissão,

**OTTO ALENCAR**  
Senador PSD/BA



SF/15881.97109-49



ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665 de 2015; Aviso nº 459 de 2015; Aviso nº 682 de 2015; AVS nº 47 de 2015; Aviso nº 721 de 2015; Aviso nº 740 de 2015; e Aviso nº 505 de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de

nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 63, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 65, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 66, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 67, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta



Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográfica; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco - PISF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em municípios que compõem a Bacia, e as ações e atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas. • O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais. • Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após dez anos de seu início. • O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa. • Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 12)



REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 71, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado.

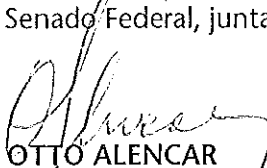
ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 72, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério dos Transportes; • Ministério da Agricultura; • Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR) • Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); • Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); • Agência Nacional de Águas (Ana). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 73, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria do Patrimônio da União (SPU); • Universidade Federal do Tocantins (UFTO) • Instituto Socioambiental (ISA); • Instituto Araguaia de Proteção Ambiental. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda nº 2-CAE e pela rejeição da emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator.

ITEM 20) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho. Relatoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial nº 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo,

para tanto, ser novamente oficiada a Presidente da República para prestar os devidos esclarecimentos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Senador OTTO ALENCAR  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS (SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes Avisos do TCU, recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Avisos 665, de 2015, 459, de 2015, 682, de 2015, 47, de 2015, 721, de 2015, 740, de 2015, e 505, de 2015.

Informo que a relação dos Avisos lidos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros, com links contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passamos à pauta.

(...)

## ITEM 6

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 7 também é de minha autoria.

## ITEM 7

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 66, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em conclusão e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, para o item 8, outro requerimento.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 68, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf).*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 69, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(À Mesa, para decisão.)

**REQUERIMENTO Nº 913, DE 2015****(da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)**

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações são:

- Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográfica;
- Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF;
- Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF;
- Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF;
- Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF;
- Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco - PISF.

Sala da Comissão,

**OTTO ALENCAR**  
Senador PSD/BA

(



ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665 de 2015; Aviso nº 459 de 2015; Aviso nº 682 de 2015; AVS nº 47 de 2015; Aviso nº 721 de 2015; Aviso nº 740 de 2015; e Aviso nº 505 de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de



nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 63, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 65, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 66, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 67, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta

Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográfica; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco - PISF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em municípios que compõem a Bacia, e as ações e atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas. • O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais. • Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após dez anos de seu início. • O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa. • Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 12)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 71, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado.

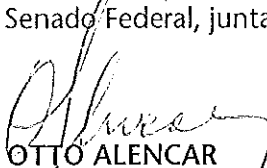
ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 72, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério dos Transportes; • Ministério da Agricultura; • Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR) • Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); • Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); • Agência Nacional de Águas (Ana). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 73, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria do Patrimônio da União (SPU); • Universidade Federal do Tocantins (UFTO) • Instituto Socioambiental (ISA); • Instituto Araguaia de Proteção Ambiental. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda nº 2-CAE e pela rejeição da emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator.

ITEM 20) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho. Relatoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial nº 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo,

para tanto, ser novamente oficiada a Presidente da República para prestar os devidos esclarecimentos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta. A Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Senador OTTO ALENCAR  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



## NOTAS TAQUIGRÁFICAS (SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes Avisos do TCU, recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Avisos 665, de 2015, 459, de 2015, 682, de 2015, 47, de 2015, 721, de 2015, 740, de 2015, e 505, de 2015.

Informo que a relação dos Avisos lidos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros, com links contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passamos à pauta.

(...)

## ITEM 6

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 7 também é de minha autoria.

## ITEM 7

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 66, de 2015

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em conclusão e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



Vamos, agora, para o item 8, outro requerimento.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 68, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf).*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 69, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(À Mesa, para decisão.)

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2015**

(da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle)

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Sala da Comissão,

**OTTO ALENCAR**  
Senador PSD/BA

(À Mesa para decisão)



ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Regina Sousa, Delcídio do Amaral e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, João Capiberibe e Douglas Cintra. Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. LEITURA DE AVISOS. A Presidência comunica que os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União, recebidos na Secretaria da CMA, serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias para manifestação de interesse sobre relatoria. Em não havendo interesse, serão arquivados: Aviso nº 665 de 2015; Aviso nº 459 de 2015; Aviso nº 682 de 2015; AVS nº 47 de 2015; Aviso nº 721 de 2015; Aviso nº 740 de 2015; e Aviso nº 505 de 2015. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2015. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nºs 37 e 39, de 2015 – CI, requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA e de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater a questão da cobrança de bandeiras tarifárias dos consumidores de energia elétrica no Acre e demais Estados da Região Norte, tendo em vista os preços abusivos cobrados da população mais carente e a ausência de interligação de boa parte dos municípios dessa região ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Para tanto, sem prejuízo de demais nomes, convidam-se: • Senhor Romeu Rufino, Diretor-Geral da ANELL; • Senhor Joaquim Rolim de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Acre. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, de 2015. Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos representantes abaixo para participarem, como convidados, da audiência pública que instruirá a matéria tratada no PLC nº 34, de 2015, conforme Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação nº 42/2015, aprovado na reunião realizada em 23 de junho de 2015. 1) Representante da ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; 2) Representante do CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Autoria: Senador Reguffe. Resultado: Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à Codevasf, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Histórico de investimentos (previsto, empenhado e pago) desde o início do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco, Relatório das ações de esgotamento sanitário e controle de processos erosivos. Apresentar os resultados dos projetos que visam conservar o uso dos recursos florestais da bacia, demonstrando o resultados das ações voltadas para o manejo florestal, implantação de matas ciliares, floresta de topo e a recuperação de áreas de recarga dos lençóis freáticos, proteção de

nascentes, implantação de unidades de produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, demonstrando os resultados na redução da carga de sedimentos na calha principal e do acréscimo de vazão nos principais afluentes. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Apresentar plano operacional e de contingência da infraestrutura hídrica em implantação no âmbito do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 63, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao IBAMA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Relatório informando estágio atual do licenciamento ambiental dos empreendimentos selecionados pelo Programa de Revitalização do Rio São Francisco em nível federal, estadual e municipal. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 66, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 67, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta

Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográfica; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do São Francisco - PISF. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento à Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações à ANA, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • O estágio atual das ações de tratamento de esgoto, controle e uso racional de agrotóxicos, controle de poluição derivada das atividades de mineração, em municípios que compõem a Bacia, e as ações e atividades necessárias realizadas para viabilizar a participação desses municípios no Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas, objeto da Resolução nº 6, de 20 de março de 2001, da Agência Nacional de Águas. • O estágio das ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental e do monitoramento de recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco, por meio de planos e atividades de monitoramento da qualidade e quantidade da água, sedimentos e chuva, estruturação da gestão, efetivado com a participação de organizações governamentais e não governamentais. • Os indicadores de qualidade da água dos principais afluentes impactados na qualidade de suas águas no início do Programa e após dez anos de seu início. • O enquadramento dos corpos d'água perenes e intermitentes no ano de início do Programa e após dez anos de implantação do programa. • Os investimentos realizados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do São Francisco desde o início do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, voltados para conservação e despoluição de suas águas. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM 12)



REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 71, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, a solicitação de informações ao ICMBIO, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF). As informações são: • Relatório do histórico de investimentos realizados desde o início do Programa de Revitalização e quantidade de unidades de conservação e preservação da biodiversidade criadas e projetos propostos para a criação, conservação e o manejo sustentável de parques e das áreas de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do São Francisco e de seus entornos, bem como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado.

ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 72, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério dos Transportes; • Ministério da Agricultura; • Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR) • Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); • Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); • Agência Nacional de Águas (Ana). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 73, de 2015. Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248/2014 que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia. Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: • Ministério do Meio Ambiente (MMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); • Secretaria do Patrimônio da União (SPU); • Universidade Federal do Tocantins (UFTO) • Instituto Socioambiental (ISA); • Instituto Araguaia de Proteção Ambiental. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado.

ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta, pela aprovação da emenda nº 2-CAE e pela rejeição da emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta pelo relator.

ITEM 20) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013 – Terminativo. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Lobão Filho. Relatoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam apurados, no âmbito do processo do Tribunal de Contas da União que aprecia as contas da Presidência da República no exercício de 2014, e considerados em seu julgamento, os dois fatos novos apontados pelo Ministério Público de Contas no âmbito do processo TC 021.643/2014-8, relativos à edição pela Presidente da República do Decreto Presidencial nº 8.197 de 20/02/2014 e à edição, em 3/12/2014, de pelo menos dois Decretos Presidenciais sem número para abertura de crédito suplementar com vistas a custear despesas primárias, devendo,

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS (SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de Avisos, Ofícios "S" e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico que os seguintes Avisos do TCU, recebidos na Secretaria da CMA serão lidos para conhecimento e permanecerão à disposição dos membros da Comissão por sete dias, para manifestação de interesse sobre relatoria. Não havendo interesse, serão arquivados: Avisos 665, de 2015, 459, de 2015, 682, de 2015, 47, de 2015, 721, de 2015, 740, de 2015, e 505, de 2015.

Informo que a relação dos Avisos lidos foi encaminhada por e-mail para os gabinetes de todos os membros, com links contendo o inteiro conteúdo dos respectivos documentos.

Passamos à pauta.

(...)

## ITEM 6

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2015

## - Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Resultados e estágio de execução das ações com relação as metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 7 também é de minha autoria.

## ITEM 7

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 66, de 2015

## - Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 §2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, em conclusão e em operação no PRSF; Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, agora, para o item 8, outro requerimento.

**ITEM 8**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Defesa, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 9**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 68, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*As informações são: estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas; relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF; histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF; estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF; relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF; comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf).*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**ITEM 10**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 69, DE 2015**

- Não terminativo -

*Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §2º, da Constituição Federal, solicitação de informações ao Ministro do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).*

*Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados em curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.*

Autoria: Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 915, DE 2015**

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador Virgílio Pacheco, apresentando condolências à família.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Registro este Voto de Pesar pelo falecimento, na madrugada de terça-feira (11/08), aos 66 anos, do querido amigo e colega na Câmara de Vereadores de Salvador, Virgílio Pacheco.

Nascido em Santo Antônio de Jesus, o economista Virgílio Pacheco era aposentado da Secretária Estadual da Fazenda, onde exerceu o cargo de auditor fiscal.

Foi também professor da Universidade Católica de Salvador, secretário de Serviços Público da Prefeitura de Salvador durante minha gestão como prefeita da capital baiana, período em que muito contribuiu no processo de ordenamento da cidade. Deixará uma grande lacuna na política.

Virgílio Pacheco sempre teve uma atuação política centrada na ética e uma participação marcante na defesa dos direitos sociais e humanos.

Morava em Salvador com a esposa Ana Pacheco e filhos, a quem expressamos nosso sentimento, nesse momento de profunda tristeza.

Sala das Sessões,

## **LÍDICE DA MATA**

*(Encaminhe-se)*





## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 916, DE 2015**

**(Do Sr. Ronaldo Caiado)**

**Solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, sobre o alcance do contingenciamento realizado pelo Poder Executivo no orçamento do Ministério da Saúde.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a V. Exa. que seja enviado ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, o presente pedido de informação, a respeito do contingenciamento realizado pelo Poder Executivo que reduziu o limite de empenho e movimentação financeira no Ministério da Saúde.

Em especial, solicitamos informações sobre quais funcionais programáticas foram atingidas, no ano de 2015, pelo corte do orçamento da respectiva pasta.

## JUSTIFICAÇÃO

Face ao atual cenário econômico enfrentado pelo Governo Brasileiro de queda na atividade econômica e consequente redução da arrecadação, o Poder Executivo editou os decretos de que trata o *caput* do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece a limitação de empenho e a movimentação financeira para o exercício de 2015.

O orçamento previsto para o Ministério da Saúde, neste ano, é de R\$ 121 bilhões. No entanto, de acordo com o último decreto de cronograma mensal de desembolso, Decreto nº 8.496, de 30 de junho de 2015, o limite de empenho para o Ministério da Saúde é de R\$ 87 bilhões. Este contingenciamento representa 28% do total previsto para o órgão, na Lei Orçamentária.

Visto que o mínimo para as aplicações em ações e serviços públicos de saúde, em 2015, é de R\$ 98,3 bilhões, e que o Ministério da Saúde é a parte mais importante desta obrigação constitucional, será necessário explicar as fontes de recursos complementares àquele Ministério.

Portanto, este requerimento de informação visa a esclarecer quais as funcionais programáticas do Ministério da Saúde afetadas pelo corte no orçamento deste órgão, de maneira a se perceber quais serão as áreas mais carentes para o cumprimento da meta constitucional, razão pela qual propugnamos pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

Senador **RONALDO CAIADO**

(À MESA DO SENADO FEDERAL)

**PROJETOS DE LEI DO SENADO****SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 527, DE 2015**

Equipara, para todos os efeitos legais, às entidades sindicais as associações representativas de trabalhadores aposentados e pensionistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As associações representativas de trabalhadores aposentados e pensionistas equiparam-se, para todos os efeitos legais, às entidades sindicais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

As associações representativas de trabalhadores aposentados e pensionistas, como a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), acompanham as questões ligadas ao movimento nacional de aposentados e promovem ações, em conjunto com as suas entidades filiadas, que visam à defesa dos direitos do movimento.

É ilustrativo dessa atuação o Sistema de Informação Parlamentar, desenvolvido pela COBAP e que visa a facilitar as pesquisas e gerar informações atualizadas sobre a repercussão das leis e projetos de leis de seu interesse que são discutidos no Congresso Nacional.

Assim, a COBAP realiza análises socioeconômicas, por meio de estudos de publicações sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), da Seguridade Social e da Economia Brasileira, oferecendo informações atuais sobre a situação econômico-social do país. A Confederação acompanha também as ações judiciais de efeito coletivo que dizem respeito ao movimento nacional de aposentados.

Além disso, a COBAP elabora publicações e organiza seminários, palestras, fóruns e reuniões com a finalidade de ampliar o debate sobre os temas de interesse e levá-los ao conhecimento do movimento nacional de aposentados.

A COBAP é uma associação civil sem fins lucrativos que representa, em âmbito nacional, as entidades de trabalhadores aposentados e pensionistas do País. Seu objetivo é defender os interesses desse segmento e reivindicar o cumprimento dos seus direitos.

Vale lembrar que a COBAP foi fundada em 1985, no IX Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas (CNAP), realizado de 10 a 13 de outubro, na cidade de Curitiba (PR), e surgiu como resultado do empenho e ação de grupos de aposentados que buscavam uma organização que pudesse representá-los nacionalmente.

O projeto que ora apresentamos objetiva conferir às associações, como a COBAP, as prerrogativas típicas e próprias das entidades sindicais. Para tanto, propomos que elas sejam equiparadas, para todos os efeitos legais, a essas entidades.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 528, DE 2015

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei dispõe sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

**Art. 2º** A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 38-A:

**“Art. 38-A.** As campanhas dos candidatos aos cargos majoritários deverão disponibilizar panfletos em sistema Braille.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, são reconhecidos a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Assim, toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie.



—

A convenção também proclama que a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, configura uma violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano.

Este projeto tem por objetivo assegurar que as pessoas com deficiência visual tenham a oportunidade de participar ativamente das decisões relativas a programas dos candidatos à eleição.

Assim, as campanhas dos candidatos aos cargos majoritários deverão disponibilizar panfletos em sistema Braille. A proposta preserva os princípios basilares da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como o respeito pela dignidade inerente e a independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas e autonomia individual. Além disso, também preserva a não discriminação, bem como a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade.

Considerando o mérito e o alcance social da iniciativa, contamos com o apoio dos nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **ROMÁRIO**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - LEI ELEITORAL - 9504/97](#)

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 529, DE 2015

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 11-A.** É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor sanar eventuais irregularidades formais orientar o interessado quanto ao suprimento de falhas de outra natureza.”

“**Art. 15.** .....

*Parágrafo único.* O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) tem sido, em geral, relativamente bem respeitada. Existem, contudo, dois pontos que ainda têm causado problemas para quem deseja obter informações, quais sejam: a) a criação de empecilhos formais à obtenção das informações (problemas de transparência passiva); e b) dificuldades de identificar a autoridade competente para conhecer do recurso administrativo, contra a decisão que afirma o caráter sigiloso da informação requerida.

Quanto ao primeiro item, constitui uma reclamação recorrente, em especial de jornalistas e de organizações não-governamentais (ONGs) dedicadas à transparência e ao controle da administração. Parece haver um abuso na qualificação de dados como secretos, o que termina levando a distorções. Por exemplo: nos dois primeiros meses de 2015, 65% das despesas com cartões corporativos da Presidência da República não estão acessíveis, segundo dados da organização “Contas Abertas” (Cerca de 65% dos gastos com cartão corporativo não são transparentes. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/10962>).

Ademais, como noticia a ONG “Artigo 19”:

“(…) em alguns casos, os órgãos apresentam requisitos complexos, exigindo que o requerente saiba para qual sessão interna do órgão o pedido deve ser dirigido; além dos já mencionados requisitos de identificação que geram constrangimentos. Em algumas cidades, por exemplo, apenas o residente do Município pode protocolar uma demanda.

Muitos dos órgãos não aceitam que os pedidos sejam encaminhados em nome de pessoa jurídica, exigindo a identificação do requerente com RG e CPF. Em muitos casos acompanhados pelas organizações representadas no encontro, indivíduos relataram ter medo constante de represálias e violência por se “atrever” a saber mais da vida pública de seus municípios, especialmente em localidades distantes e relativamente isoladas.

Houve relatos de pessoas que foram constrangidas a pagar quantias em valores superiores a R\$20,00 para fazer o pedido, uma quantia ainda maior poderia ser cobrada pelo acesso à informação” (ARTIGO 19. **Balanco de 1 ano da Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <http://artigo19.org/wp->

content/uploads/2013/05/BALAN%C3%87O-DE-1-ANO-DA-LEI-DE-  
ACESSO-%C3%80-INFORMA%C3%87%C3%83O-  
P%C3%9ABLICA.pdf.).

Para a solução dessas situações – e sempre no intuito de dar mais transparência e publicidade aos atos administrativos –, propomos alteração pontual na LAI, para adotar sistemática semelhante à da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999), que dispõe: “É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas” (art. 6º, parágrafo único). Esse é o conteúdo, com pequenas alterações de redação, do art. 11-A que pretendemos incluir na LAI por meio deste Projeto de Lei do Senado (PLS).

Por outro lado, existe o problema da identificação da instância recursal sobre acesso à informação.

A mesma ONG “Artigo 19” noticia que, *no que diz respeito aos recursos, existe um grande gargalo tanto em relação à necessidade técnica de argumentação “jurídica”, como pelas dificuldades de acompanhamento dos pedidos e de identificação das autoridades responsáveis por receber o recurso.*

Por isso, também inspirando-nos na Lei de Processo Administrativo (art. 56, § 1º), propomos a alteração do atual parágrafo único do art. 15 da LAI (que prevê a interposição de recurso diretamente para a autoridade superior à que prolatou a decisão), para que o recurso seja interposto perante a própria autoridade recorrida. Assim, facilita-se o conhecimento da irresignação do administrado, além de se dar à autoridade recorrida a chance de exercer o juízo de retratação, no prazo de cinco dias.

Essas alterações – pequenas em termos legislativos, mas importantíssimas em seus impactos práticos – justificam a apresentação deste PLS, firmes que estamos no propósito de serem cada dia mais corretas as palavras do *Justice Louis Brandeis*, da Suprema Corte Americana, para quem “a luz do sol é (...) o



melhor desinfetante; a luz elétrica, o melhor dos policiais” (*Other People’s Money and How the Bankers Use It*. Frederick A. Stokes Company: New York, 1933, p. 92). Ou, em outras palavras: a publicidade e a transparência são a maneira mais eficiente de combater a malversação de bens públicos.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 - 9784/99](#)

[Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - LEI GERAL DE ACESSO À  
INFORMAÇÃO PÚBLICA - LAI - 12527/11](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 530, DE 2015

Institui a lei que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao artigo 4 da Lei 12.587/2012, de forma a definir a modalidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei objetiva garantir a segurança e confiabilidade nos serviços prestados pelos motoristas que promovem o compartilhamento de seus veículos a partir do acesso às redes digitais pertinentes e visa preservar e melhorar o acesso a opções de transporte de alta qualidade nos municípios brasileiros, onde os respectivos serviços de compartilhamento poderão ser realizados pelos motoristas cadastrados através de Redes Digitais para os seus cidadãos, residentes ou visitantes.

**Art. 2º** Para todos os efeitos, esta lei adota os conceitos já delineados na Lei 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), com os seguintes suplementos e acréscimos.

I – "Veículo": meio de transporte motorizado ou não motorizado usado pelo motorista parceiro podendo ser próprio, arrendado, ou de alguma maneira autorizado pelo proprietário para ser usado, desde que não seja um táxi ou qualquer outro meio definido por lei como sendo de transporte público individual;

II – "Motorista Parceiro": empreendedor que disponibiliza a opção do compartilhamento, podendo ser de sua propriedade ou de outrem, através de locação de veículo por curto período de tempo, e o faz pelo viés de Provedor de Rede de Compartilhamento estruturado a partir de Rede Digital.

III – "Rede Digital": qualquer plataforma tecnológica que pode ou não estar consubstanciada em aplicativo online, software, website ou outro sistema que possibilita o contato entre ofertante e demandante do compartilhamento.

IV – "Compartilhamento": solicitações de pessoas físicas ou jurídicas demandantes de serviço de locação de bem automóvel com ou sem motorista por curto espaço de tempo através de uma Rede Digital e que disponibiliza Veículo para compartilhamento de viagens e/ou de meio de transporte quando conectado à Rede Digital.

V – "Provedor de Rede de Compartilhamento" ou "PRC": empresa, organização ou grupo que, operando através de plataforma tecnológica, fornece conjunto de funcionalidades acessível por meio de terminal conectado à internet, que organiza e opera o contato entre ofertantes e demandantes de compartilhamento. O PRC não controla, gerencia ou administra Veículos ou Motoristas-Parceiros que se conectam a uma Rede Digital, exceto quando expressamente acordado por contrato escrito.

**Art. 3º** As PRCs não se qualificam como empresas prestadoras de serviços de transporte, não se confundindo, portanto, como prestadores de serviço público individual de transportes.

§ 1º Os motoristas-parceiros não são transportadores comuns nem tampouco prestam serviços de transporte público de passageiros.

§ 2º Todos os motoristas-parceiros deverão estar enquadrados nas figuras jurídicas do Microempreendedor Individual (MEI) ou no Simples Nacional como requisito para ingresso na plataforma.

§ 3º Sobre o valor do serviço de compartilhamento incidirá o Imposto Sobre Serviços (ISS), seguindo os parâmetros aplicados aos serviços de táxi.

**Art. 4º** A operação de uma PRC deve ser precedida de registro perante ao órgão municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte, observando os requisitos deverão ser elencados em Lei Municipal.

§ 1º Os Municípios, através da lei referida no caput, estabelecerão taxa de licença anual a ser revertida em obras, investimentos e programas de melhorias ao desenvolvimento urbano e ao transporte público.

§ 2º A taxa que se refere o parágrafo anterior não será inferior à cobrada dos serviços de táxi.

**Art. 5º** A realização do compartilhamento do transporte individual privado está condicionada ao uso de veículos automóveis que estejam em dia com inspeções e exigências das municipais, estaduais e federais, e de acordo com a legislação ambiental vigente.

**Art. 6º** Para prestação do novo serviço serão autorizados somente condutores que atendam aos seguintes requisitos:

I – sejam titulares de carteira de motorista profissional válida;

II – apresentem comprovante de antecedentes criminais;

III – tenham seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) com cobertura mínima de igual à exigida ao serviço remunerado de passageiros por Táxi.

§ 1º O PRC, responsável pelo registro e ativação de todos os interessados em promover e realizar o compartilhamento de transporte individual privado, deverá apresentar à autoridade local de transportes documento informativo com as seguintes informações referentes a cada um dos motoristas-parceiros:

I – cópia da Carteira de Habilitação Nacional (CNH) válida com a observação de que o condutor exerce atividade remunerada (EAR);

II – certidão de Distribuição Criminal na Comarca em que se realizará o serviço;

III – certidão da Vara de Execuções Criminais na Comarca em que se realizará o serviço - DECRIM - assinalada a opção CERTIDÃO POSITIVA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS (original). Quando houver anotação nas Certidões de Execução e/ou Distribuição Criminal, deverá apresentar a Certidão de Objeto e Pé e Pé e/ou Execução Penal Explicativas (original);

IV – certidão de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;

V – atestado de antecedentes criminais emitido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado em que se realizará o serviço;

VI – cópia do DUT – Documento Único de Transferência do automóvel a ser utilizado na prestação do serviço;

VII – comprovante de pagamento do DPVAT;



VIII – apólice de seguro com cobertura de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) com cobertura mínima de igual à exigida ao serviço remunerado de passageiros por Táxi.

§ 2º O documento informativo a que se refere o parágrafo anterior deverá ser renovados periodicamente em prazo a ser estipulado pela autoridade local, contendo atualização das informações fornecidas.

**Art. 7º** A responsabilidade civil quanto aos serviços regulados por esta Lei, se dará na forma do previsto pelo Código Civil referente aos serviços de transporte.

**Art. 8º** Todos os métodos de cálculo dos custos e tarifas referentes ao serviço de compartilhamento devem ser divulgados previamente ao usuário. O PRC também deve garantir que seja disponibilizada ao usuário a opção de receber uma tarifa estimada para o compartilhamento antes deste entrar no veículo de um motorista.

**Art. 9º** O PRC deve assegurar que o software do aplicativo ou do website acessado pelos usuários em potencial exiba previamente a identificação dos motoristas-parceiros que deverá conter uma foto do motorista-parceiro, o modelo do veículo e o número da placa de identificação. Todas estas informações deverão estar à disposição do usuário demandante do compartilhamento quando de seu requerimento através do PRC.

**Art. 10** Dentro de um período de tempo justo, após a conclusão da relação de compartilhamento, um PRC, na qualidade de intermediador da conexão entre ofertante e demandante do compartilhamento, deve garantir que um recibo eletrônico seja transmitido para o usuário que deverá descrever em detalhes:

- I – as informações do motorista-parceiro;
- II – a origem e o destino da viagem;
- III – o tempo total e distância da viagem;
- IV – o mapa do trajeto percorrido conforme sistema GPS; e
- V – a especificação dos itens da tarifa total paga, se for o caso.

**Art. 11** O acesso pleno e irrestrito de um motorista-parceiro à Rede Digital estruturada pelo PRC deve obedecer os seguintes requisitos e exigências:

I – O indivíduo deve apresentar um pedido a PRC, que inclua informações sobre o seu endereço, idade, carteira e histórico de habilitação, registro do automóvel, seguro do automóvel, e quaisquer outras informações exigidas pela PRC ocasionalmente;

II – A PRC deve obter e avaliar, um relatório de pesquisa do histórico de motorista de tal indivíduo.

III – A PRC não deve permitir qualquer candidato a Motorista que:

a) tenha sido condenado, nos últimos sete anos, por dirigir sob a influência de drogas ou álcool, fraude, crimes sexuais, uso de um veículo motorizado para cometer um crime, crime envolvendo danos materiais e/ou roubo, atos de violência ou atos de terrorismo;

b) não possua uma carteira de motorista válida;

c) não possua documento de licenciamento do veículo proposto para ser usado no compartilhamento; e

d) não possua documento comprovando o seguro do veículo proposto para ser usado no fornecimento de serviços de compartilhamento.

**Art. 12** As solicitações e demandas de compartilhamento de veículos e de viagens deverão necessariamente ser realizadas através de uma Rede Digital por um Provedor de Rede de Compartilhamento registrado junto às autoridades públicas.

*Parágrafo único.* Todos os veículos registrados e habilitados para realizar o compartilhamento devem estar em dia com suas obrigações municipais e devem estar autorizados pelas autoridades públicas a circular em vias públicas.

**Art. 13** Diferentemente de prestadores de serviços de transporte individual público, motoristas-parceiros operando através de um PRC não deverão solicitar ou embarcar usuários diretamente nas vias públicas sem que estes tenham requisitado previamente o compartilhamento através de Rede Digital.

*Parágrafo único.* A desobediência a este artigo submeterá os transgressores às sanções cabíveis e previstas em lei.

**Art. 14** Todo o pagamento a ser realizado deverá ser processado a partir dos Provedores de Rede de Compartilhamento sendo vedada a transação econômica direta entre ofertantes e demandantes.

§ 1º Os motoristas-parceiros não podem solicitar ou aceitar pagamentos diretos e/ou em dinheiro dos usuários. [ao contrário dos taxis].

§ 2º O PRC deve colocar ao alcance dos usuários um mecanismo claro e transparente de processamento de pagamentos, possibilitando aos usuários o acesso posterior a toda e qualquer informação referente a transações financeiras realizadas na e pela PRC.

**Art. 15** Esta regulamentação deve adotar uma política de não discriminação em relação aos usuários e informar a todos aqueles autorizados a acessar a Rede Digital, de forma clara, prévia e inequívoca, sobre tal política.

I – o PRC, seus usuários e parceiros devem cumprir todas as leis cabíveis no que se refere a não-discriminação contra usuários.

II – deverão ser observadas toda e quaisquer leis aplicáveis à matérias relacionadas a acomodação de animais de serviço (cães-guia).

III – não serão cobrados encargos adicionais pela prestação de serviços às pessoas com deficiência física por conta de tais deficiências.

IV – a PRC deve dar aos usuários a oportunidade de indicar se eles precisam de veículo adaptado para pessoas em cadeira de rodas. Em não sendo possível atender as necessidades especiais do usuários, a PRC deverá ser informada para que possa prover informação suplementar a respeito a outro provedor de serviço para deficientes físicos, se houver.

**Art. 16** A PRC deve assegurar a retenção das seguintes informações dos clientes:

I – registros de viagem individuais dos usuários por pelo menos um ano a partir da data de que cada atividade de compartilhamento tenha sido realizada; e

II – os registros individuais dos Motoristas pelo menos até o aniversário de um ano da cessação do acesso de um motorista a uma Rede Digital.

**Art. 17** O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 18** O artigo 4º, da Lei 12.587/2012 passa a vigorar com o seguinte inciso:

“Artigo 4º .....

XIV – transporte privado individual: serviço remunerado de transporte de passageiros não aberto ao público, por intermédio de veículos particulares, para a realização de viagens individualizadas, previamente contratado por meio digital ou não”.(NR)

**Art. 19** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

No mundo inteiro, novas formas de economia vêm se estabelecendo devido às facilidades do avanço da tecnologia. Uma dessas formas é a economia compartilhada. Presente em todo o mundo, esta modalidade econômica se aplica às mais diversas relações comerciais, de aluguéis de imóveis, a compartilhamento de músicas, e abrange, inclusive, serviços de transporte. Devido a essas mudanças nas relações comerciais é que se fazem necessários ajustes no ordenamento jurídico a fim adequar a legislação vigente à realidade. Por isso mesmo o presente Projeto de Lei merece atenção.

Hoje, todas as grandes cidades brasileiras sofrem com dificuldades de mobilidade. Trânsito caótico, transporte público deficiente e excesso de carros nas ruas. Com a criação do Plano Nacional de Mobilidade Urbana o fomento às alternativas a esses problemas se tornou uma busca permanente, atendendo a condicionantes básicas como o não ser mais poluente que os transportes atuais e se dar, caso possível, por vias tecnológicas, atendendo ao inciso VI do artigo 16 da referida Lei. A alternativa que se discute no presente Projeto de Lei, o sistema de transporte individual privado a partir de provedores de rede de compartilhamento, preenche essas condições e simboliza uma evolução na abordagem da mobilidade em grandes cidades do mundo, em que cada vez mais “compartilhar” parece ser a solução de problemas modernos.

Inicialmente desenvolvidos no berço tecnológico mundial, San Francisco, na Califórnia, os provedores de rede de compartilhamento para transporte permitem que cidadãos contratem os serviços via softwares, com segurança, de forma prática e sem a necessidade de lidar com dinheiro em espécie - já que o pagamento é realizado via débito automático na conta cadastrada; e sem a necessidade de realizar ligações telefônicas - uma vez que a localização do usuário, bem como a do prestador do serviço, pode ser averiguada via GPS. O serviço é prestado em carros particulares por pessoas que pretendem compartilhar este bem a fim de aumentar sua renda, e atende a pessoas que optam por não ter automóvel e que cujas demandas não são atendidas pelos serviços públicos de transporte, como ônibus, metrô e táxi.

Quanto à segurança, o sistema evita fraudes contra o cliente, já que o trajeto a ser percorrido é previamente estipulado e traçado num mapa digital.

Além disso, com a praticidade de contratação do serviço online, não há a necessidade de se criarem pontos de embarque nas ruas, o que significa menos espaço público ocupado por carros.

Esses benefícios encontram eco nos princípios que regem o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, como a segurança e eficiência na prestação dos serviços de transporte urbano, a equidade no uso do espaço público, bem como o desenvolvimento sustentável das cidades - já que uma opção de transporte a mais pode significar menos automóveis circulando nas ruas.

Cabe ressaltar a distinção do modelo aqui abordado com relação ao serviço de transporte público individual, exercido exclusivamente pelos táxis. Este se trata de um serviço público, que depende de concessão estatal para seu funcionamento, e deve ser aberto ao público, não podendo o motorista recusar a corrida demandada pelo cliente. Aquele, é justamente um serviço privado que depende da anuência bilateral dos contratantes para ser realizado e não aberto ao público, já que só está ao alcance de quem disponha de acesso à rede de conexão com o prestador, com conta cadastrada no software.

Ademais, o modelo aqui discutido tem a prerrogativa de estipular preços livres, variando de acordo com a oferta e a demanda, e não tem a obrigação de praticar preços previamente estipulados e estabelecidos em regulamento, como o que ocorre no caso dos táxis.

O problema é que como toda inovação tecnológica, o advento dos sistemas precede a sua regulamentação. No Brasil, a modalidade de transporte de que trata este PL, ainda não está regulamentada, o que gera insegurança jurídica, desconfiança e até conflitos com profissionais de serviços de transporte, que a julgam “clandestina”.

A Constituição da República dispõe que “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei” (art. 170, parágrafo único), e ainda que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (art. 5, XIII). Notem que a CF garante a livre iniciativa dos cidadãos, sem que o Poder Público possa exercer qualquer óbice, quando não se trata de atividade ilegal. Igualmente, a Constituição assegura que qualquer trabalho, profissão ou ofício pode ser exercido dentro das qualificações que a lei estabelecer. Isso evidencia o dever do Poder Público de regulamentar as atividades, sob pena de se criar certa lacuna jurídica, uma incongruência constitucional, uma vez que, constitucionalmente, o Estado garante o exercício das atividades condicionando-o ao atendimento das qualificações estabelecidas em lei, e



ao mesmo tempo se abstém de deliberar sobre quais seriam as qualificações necessárias.

Portanto, se faz necessária e urgente a regulamentação de um sistema que já opera no Brasil e que cuja propagação é inevitável, a exemplo do que se vê no resto do mundo. Não regulamentar esse tipo de sistema vai de encontro com o fomento ao desenvolvimento tecnológico - previsto no PMNU; com o direito de escolha do cidadão quanto ao meio de transporte que prefere utilizar; com os preceitos da política de mobilidade urbana, que defende o incentivo de alternativas de transporte; com a livre iniciativa que têm os cidadãos de exercerem atividades econômicas; e com a urgente necessidade de se diminuir o número de automóveis em circulação no país.

Por fim, o presente projeto também é importante por preencher uma lacuna legislativa ao definir e regular o modelo de transporte privado individual, categorizado, mas não definido pelo Plano Nacional de Mobilidade Urbana.

A Lei 12.587/12 (PNMU) aponta, nos incisos II e III do parágrafo 2, art. 3, a modalidade de serviço de transporte privado individual. Contudo, quando trata das definições, na Seção I, a referida lei não define a modalidade, restando evidente a lacuna. O sistema que discutimos aqui se encaixa nessa categoria, uma vez que é operado em veículo privado, realizando viagens individuais e, ao contrário do transporte público individual, não é aberto ao público, nem exercido via permissão estatal.

O presente projeto, por fim, pretende definir a referida modalidade ao inserir o inciso XIV ao artigo 4 do PNMU, que terá a seguinte redação: “transporte privado individual: serviço remunerado de transporte de passageiros não aberto ao público, por intermédio de veículos particulares, para a realização de viagens individualizadas, previamente contratado por meio digital ou não”. Tal definição trará segurança jurídica às atividades de transporte hoje exercidas sem a devida regulamentação.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para aprovação deste importante projeto.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**



## SENADO FEDERAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, DE 2015

Disciplina a profissão de Agroecólogo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** É requisito mínimo para o exercício da função profissional de Agroecólogo a comprovação de nível de escolaridade correspondente ao ensino superior.

§ 1º O Agroecólogo pode desempenhar sua função profissional como trabalhador autônomo ou empregado.

§ 2º A concessão de bolsa de estudos com finalidade acadêmica não gera vínculo de emprego com a entidade ou empresa concessora.

§ 3º É requisito para o exercício da função de técnico em agroecologia a comprovação de nível de escolaridade equivalente ao ensino médio ou curso técnico equivalente.

**Art. 2º** Para os fins previstos nesta Lei, considera-se Agroecólogo todo aquele que estuda a agricultura de forma sustentável com o objetivo de preservar os recursos naturais.

**Art. 3º** Constituem atribuições do Agroecólogo:

I – analisar a realidade do meio ambiente e identificar suas potencialidades e restrições ecológicas;

II – analisar as dimensões econômicas e sociais das atividades agropecuárias, seus aspectos favoráveis e restritivos;

III – planejar e programar estratégias, métodos e planos de manejo sustentável dos recursos naturais;

IV – planejar e implementar sistemas de gestão ambiental, especialmente no controle de qualidade na produção agropecuária;

V – orientar processos de utilização de máquinas e equipamentos adaptados à pequena e média escala de produção e ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos;

VI – conhecer e orientar o uso de métodos e processos baseados em formas renováveis de energia alternativa no meio rural;

VII – interpretar, orientar e aplicar a legislação trabalhista, agropecuária e ambiental;

VIII – elaborar laudos, perícias, pareceres e relatórios técnicos sobre projetos agropecuários no âmbito de sua competência profissional;

IX – dominar a fitotecnia dos diversos sistemas de produção vegetal e as técnicas de criação e manejo de pequenos, médios e grandes animais;

X – aplicar métodos naturais e alternativos de manejo fitossanitário e das zoonoses dos sistemas de produção animal;

XI – estimular e assessorar a condução de processos participativos e democráticos de cooperação e organização afins ao desenvolvimento sustentável nas atividades agropecuárias;

XII – implementar processos de industrialização artesanal e comercialização da produção agroecológica;

XIII – analisar as etapas da produção primária agrícola, pecuária e florestal e sua inserção na cadeia produtiva, na perspectiva de sua sustentabilidade econômica, ambiental e social;

XIV – planejar e implementar projetos florestais e de recuperação de áreas degradadas;

XV – contribuir para a formação e capacitação de agentes agroecológicos para os processos de desenvolvimento rural sustentável;

XVI – realizar pesquisas e estudos que contribuam para o resgate das experiências e conhecimentos dos agricultores, e para a geração e validação de tecnologias adaptadas à realidade dos agricultores;

XVII – promover a socialização do conhecimento construído no âmbito acadêmico e pelos agricultores, nos processos de manejo dos sistemas de produção agroecológica;

XVIII – fomentar as diversas formas de organização social que visem ao fortalecimento da cooperação e solidariedade na agricultura e na sociedade em geral;

XIX – contribuir para o processo de conversão agroecológica das unidades produtivas em ações afins voltadas às comunidades rurais;

XX – participar da formulação, implementação e gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável;

XXI – elaborar e executar projetos de produção agrícola sustentável;

XXII – coordenar a execução de projetos de agricultura biodinâmica, ecológica, natural e orgânica;

XXIII – prestar consultoria aos produtores rurais;

XXIV – gerenciar sistema produtivo agrícola e sistema agroflorestal;

XXV – prestar assessoria, assistência e consultoria na sua área de atuação.

**Art. 4º** São objetivos do Agroecólogo:

I – desenvolver a percepção das diferentes realidades da Agricultura Familiar brasileira, suas construções históricas e perspectivas;

II – desenvolver a capacidade de análises sistêmicas em diferentes escalas locais e globais;

III – aprimorar as capacidades de empreendedorismo e protagonismo das ações;

IV – incentivar a pesquisa participativa a partir de problemas reais;

V – estimular a integração com a sociedade, a organização social e o reconhecimento do valor do “saber popular” e das potencialidades locais;

VI – potencializar as capacidades criativas para desenvolver soluções rápidas, simples e contextualizadas;

VII – fornecer base teórica e prática que permita atuação nas áreas de agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.

**Art. 5º** A remuneração do Agroecólogo será estipulada mediante acordo individual escrito ou acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**Art. 6º** O empregador que investir em pesquisas relacionadas à agricultura sustentável receberá incentivos fiscais ou creditícios do Governo Federal, na forma da lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A produção agroecológica tem se consolidado como instrumento mais moderno de produção agrícola sem o uso de agrotóxicos e de substâncias danosas à saúde humana como também ao meio ambiente.

Com efeito, a produção agroecológica requer a presença de profissional em agroecologia, responsável pela definição, classificação e estudo dos sistemas agrícolas, pecuários e florestais de perspectiva ecológica, social e econômica, além de integração de saberes do campo com o conhecimento técnico moderno para obter métodos de produção que respeitem o ambiente social, para alcançar metas produtivas e equidade social sustentável ecológica do sistema.

Muito embora o Brasil seja incipiente nessa área, em países europeus, a exemplo da Alemanha, este sistema de produção há muitos anos faz parte de políticas públicas do Estado e se tornou modelo a ser implementado em outras partes do mundo.

Não é sem razão que o Brasil, desde 2008, ocupa a posição vergonhosa de um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Nesse cenário, apesar dos avanços com as políticas públicas para a agroecologia, não são poucas as derrotas acumuladas pelos movimentos sociais na garantia de mecanismos que reduzam o uso dos agrotóxicos no país.



Para se ter ideia, nos últimos 40 anos, a área plantada no Brasil aumentou 78%. Em contrapartida, o uso de agrotóxicos subiu 700%, afirma a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). De acordo com a Embrapa, “o excesso de agrotóxico aplicado sem controle pode provocar sérios danos à saúde de quem consome o alimento produzido nestas condições e também do agricultor, que aplica o produto no campo”. Por essa razão, faz-se imprescindível a adoção de um modelo de agricultura sustentável.

Como sabido, a agricultura é atividade produtiva de grande importância para o Brasil, porquanto, a partir dela, a terra é cultivada para a subsistência do ser humano. Ela se destaca, há muito, como um dos pilares da economia brasileira, sobretudo no campo do agronegócio.

É importante frisar que a agricultura sustentável leva em conta os aspectos sociais, ambientais e econômicos da atividade agrícola, além de reconhecer e valorizar o modo de vida daqueles que laboram na esfera campesina.

Sob essa perspectiva, a função desempenhada pelo Agroecólogo é de extrema relevância social, já que seu ofício destina-se, justamente, à preservação dos recursos naturais, sem esquecer de assegurar a segurança alimentar no processo de produção. Trata-se de atuação profissional direcionada ao uso dos recursos de maneira sustentável e humanizada.

Desse modo, a presente proposição tem por escopo retirar da informalidade grande parte dos Agroecólogos que não tem seus direitos trabalhistas e previdenciários observados tão somente pelo fato de a profissão ainda não ter sido objeto de regulamentação.

A par disso, o Projeto em tela, reconhecendo a realidade da profissão, deixa claro que o Agroecólogo pode ser enquadrado como trabalhador autônomo (prestador de serviço que desempenha atividade laborativa por conta própria, sem vínculo de emprego) ou como empregado, ao passo que estimula os empregadores que fomentam a agricultura sustentável, concedendo-lhes, na forma da lei, incentivos fiscais ou creditícios.

Ante o exposto, solicita-se aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

## OFÍCIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 475/2015/PS-GSE

Brasília, 12 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

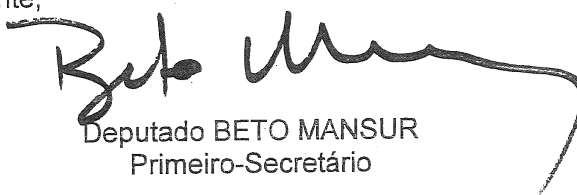
Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.695, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 26, de 2010, nessa Casa), que "Institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.157, de 4 de agosto de 2015.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,



Deputado BETO MANSUR  
Primeiro-Secretário

abido em 12/8/15  
10:35  
Diretor Executivo Matr.: 232.000  
Assinatura: [assinatura]





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 476/2015/PS-GSE

Brasília, 12 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

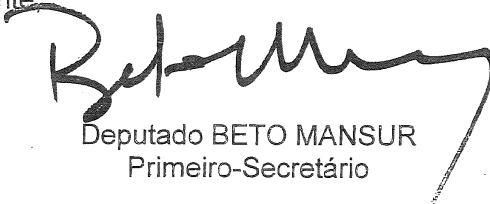
Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.362, de 2008, do Senado Federal (PLS nº 474, de 2007, nessa Casa), que "Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, estímulos à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo e ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.158, de 4 de agosto de 2015.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente

  
Deputado BETO MANSUR  
Primeiro-Secretário

Recebido em 12/8/15  
10:35  
Dir. de Apoio - Matr.: 232  
J. P. A.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 477/2015/PS-GSE

Brasília, 12 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

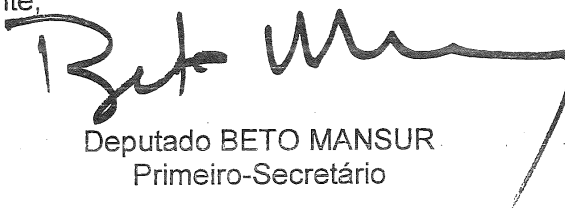
Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.546, de 1992, do Senado Federal (PLS nº 225, de 1991, nessa Casa), que "Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.156, de 4 de agosto de 2015.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

  
Deputado BETO MANSUR  
Primeiro-Secretário

Recebido em 12/8/15  
10:35  
Cláudio Peixoto - Matr.: 225  
[Assinatura]



**REALIZAÇÃO DE SESSÃO**

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, dia 13, às 9 horas, para reverenciar a memória de Eduardo Campos, em razão do transcurso de um ano de seu falecimento, nos termos do **Requerimento nº 841, de 2015**, do Senador Roberto Rocha e outros Senadores.

**COMUNICAÇÕES**

Faça-se a substituição solicitada.

Em 12/08/2015.

Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança



OF nº 519/GAB-LidPT

Brasília - DF, 12 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Renan Calheiros**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titular o deputado **VANDER LOUBET - PT/MS** em substituição a deputada **ERIKA KOKAY - PT/DF** que passa a ser membro suplente na, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 681, que "altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito."

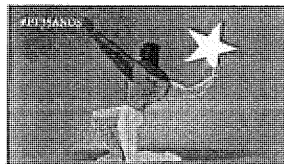
Atenciosamente,

**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada

Façam-se as substituições  
solicitadas  
em 12 / 08 / 20 15



**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



**OF nº 520/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 12 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros suplentes os deputados **HELDER SALOMÃO - PT/ES** e **NILTO TATTO - PT/ SP** em substituição ao deputado **ALESSANDRO MOLON - PT/RJ**, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 684, que "altera a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999."

Atenciosamente,

  
**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**Façam-se as substituições  
solicitadas

em 12 / 08 / 2015

OF./ B / 173 / 15.

Brasília, 11 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar os Deputados **BEBETO (PSB-BA)**, como titular, e **TADEU ALENCAR (PSB-PE)**, como suplente, da Medida Provisória 685, de 2015, “Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações e atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que, indica.” em substituição ao já indicado.

Respeitosamente,

  
Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**  
Líder do PSB

**Ofício nº 89, de 2015**, da Senadora Vanessa Grazziotin, contendo relatório de viagem referente ao **Requerimento nº 606, de 2015**, de missão, por meio do qual relata participação, como integrante da Delegação Externa do Parlamento do Mercosul, na Sessão Plenária da Assembléia Euro-Latina Americana (EUROLAT), no período de 31 de maio a 7 de junho de 2015, em Bruxelas, Bélgica.

O Requerimento vai ao Arquivo.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VALDIR RAUPP

Brasília-DF, 12 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
70165-900 - Brasília - DF

*A publico cal.*  
*Em 12/08/15*  
*[Assinatura]*

Senhor Presidente

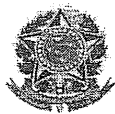
Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência, para informar-lhe que não participarei da Reunião do Parlamento do Mercosul, que será realizada no dia 17 de agosto, em Montevidéu.

Na expectativa de poder contar com o inestimável apoio de Vossa Excelência, para o presente, reitero-lhe votos estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador VALDIR RAUPP  
PMDB/RO

Recebido em 12/08/15  
Hora 18:25  
Dahora Rodrigues Matos - Mat. 257695  
SGM / Senado Federal



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

À publicação  
Em 12. / 08 / 2015

*Muscarella*

Ofício nº 001/MPV 680-2015

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 680, de 7 de julho de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:


**Presidente:** Senador Sérgio Petecão


**Vice-Presidente:** Deputado Afonso Florence

**Relator:** Deputado Daniel Vilela

**Relator-Revisor:** Senador Paulo Rocha

Respeitosamente,

  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Presidente Eventual

  
Deputado AFONSO FLORENCE  
Vice-Presidente



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

A publicação  
Em 12 / 08 / 2015

*Instituto*

Ofício nº 001/MPV 681-2015

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 681, de 13 de julho de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

**Presidente:** Deputado Caio Narcio

**Vice-Presidente:** Senador Garibaldi Alves Filho

**Relator:** Senador Valdir Raupp

**Relator-Revisor:** Deputado Vander Loubet

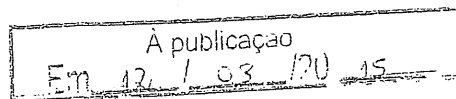
Respeitosamente,

Senador JOSÉ PIMENTEL  
Presidente Eventual

Senador GARIBALDI ALVES FILHO  
Vice-Presidente



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS



*Jurema*

Ofício nº 001/MPV 682-2015

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 682, de 13 de julho de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:


**Presidente:** Senador Acir Gurgacz


**Vice-Presidente:** Deputado Manoel Junior

**Relator:** Deputado Assis Carvalho

**Relator-Revisor:** Senador Telmário Mota

Respeitosamente,

  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Presidente Eventual

  
Deputado MANOEL JUNIOR  
Vice-Presidente

A publicação  
Em 12 / 08 / 2015



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

*Juliano*

Ofício nº 001/MPV 683-2015

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 683, de 14 de julho de 2015, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

**Presidente:** Deputado Laercio Oliveira

**Vice-Presidente:** Senador Benedito de Lira

**Relator:** Senador Walter Pinheiro

**Relator-Revisor:** Deputado Enio Verri

Respeitosamente,

  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Presidente Eventual

  
Deputado LAERCIO OLIVEIRA  
Presidente





*Senado Federal*  
*Secretaria Geral da Mesa*  
*Secretaria de Comissões*  
*Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Memorando nº 003/2015 – CTPLS131

A Publicação

Em 12/8/2015

Em 12 de agosto de 2015

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Vice-Presidente e Relator da Comissão Temporária para analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que, na presente data, ocorreu a eleição do Vice-Presidente e a designação do Relator da Comissão Temporária para analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Nesse sentido, os referidos cargos da Comissão foram preenchidos da seguinte forma:

VICE-PRESIDENTE	Senador Blairo Maggi
RELATOR	Senador Ricardo Ferraço

Respeitosamente,

  
**Senador Otto Alencar**  
Presidente

Recebido 12/8/2015  
José Tadeu Farias Júnior  
Secretário-Geral da Mesa

**MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 326, DE 2015**

(Nº 50/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO**

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1284902&filenam  
e=MSC+349/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284902&filenam<br/>e=MSC+349/2014)

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E  
DEFESA NACIONAL)



# **SENADO FEDERAL**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

### **Nº 327, DE 2015**

(Nº 52/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO**

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1284909&filenam  
e=MSC+356/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284909&filenam<br/>e=MSC+356/2014)

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DEFESA NACIONAL)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 328, DE 2015**

Determina a sustação do Decreto nº 8.497, de 4 de julho de 2015, do Poder Executivo, que *“regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e o § 5º do art. 1º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.”*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal fica sustada, por exorbitar do poder regulamentar, a eficácia do Decreto nº 8.497, de 4 de julho de 2015, que *“regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e o § 5º do art. 1º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.”*





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em 5 de agosto de 2015, o Diário Oficial da União publicou o Decreto nº 8.497, regulamentando o Cadastro Nacional de Especialistas. Entre os diversos pontos, destaca-se, especialmente, o que determina que o cadastro subsidiará o Ministério da Saúde a dimensionar o *“número de médicos, sua especialização, sua área de atuação e sua distribuição no território nacional”* (art. 2º).

Também causam espanto alguns outros dispositivos:

- **Art. 3º, parágrafo único**: estabelece que caberá ao Ministério da Saúde definir as informações que farão parte do Cadastro Nacional de Especialistas;
- **Art. 10**: coloca o Cadastro Nacional de Especialistas como fonte obrigatória de consulta para determinar se um profissional é Especialista em determinada área, excluindo dos Programas de Residência Médica e das associações médicas as competências para tanto, até hoje atribuídas pela Lei nº 6.932, de 1981; e

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

- **Art. 11, parágrafo único:** define competência, exclusivamente ao Ministro de Estado da Saúde, para editar as normas que estabelecerão os pré-requisitos e as condições – para integrar o referido Cadastro – dos profissionais já formados e certificados até a edição do referido Decreto.

Ora, é cediço que um decreto não pode exceder nem inovar os limites estabelecidos previamente pela lei aprovada. No entanto, o que o Decreto nº 8.497, de 2015, faz é exatamente atribuir ao Ministro de Estado da Saúde competências que não lhe foram conferidas pela Lei nº 6.932, de 1981 (Lei da Residência Médica).

O § 5º do art. 1º da Lei da Residência Médica estabelece que compete aos Programas de Residência Médica e às associações médicas encaminharem as informações dos especialistas ao Ministério da Saúde para que este **forme** o Cadastro Nacional de Especialistas. Em nenhum momento a Lei nº 6.932, de 1981, concede ao Ministro da Saúde competência para **definir as informações que deverão fazer parte do Cadastro Nacional de Especialistas nem para definir normas, pré-requisitos e condições para inclusão nesse cadastro**, a despeito de assim dispor o parágrafo único dos arts. 3º e 11, do Decreto nº 8.497, de 2015.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Por estes motivos, os dispositivos anteriormente mencionados suplantam competências da Associação Médica Brasileira e das demais associações médicas, além da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), entidades legalmente constituídas que fiscalizam os cursos e certificam os profissionais como especialistas médicos.

A oferta, a distribuição de vagas, o registro e o reconhecimento de especialidades médicas – tanto para cursos de Medicina quanto para a residência médica – já têm foro legalmente constituído, quais sejam, o Conselho Nacional de Educação e a Comissão Nacional de Residência Médica, que contam com participação de diversos setores da área médica e educacional.

Logo, resta patente que as medidas colocadas neste Decreto exorbitam o poder regulamentar conferido ao Poder Executivo, na medida em que invadem competências, razão pela qual propomos a sua imediata sustação.

Sala das Sessões,        de agosto de 2015.

**SENADOR RONALDO CAIADO**  
**DEM/GO**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)



SF/15226.92237-15

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO



## SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 109, DE 2015

Acrescenta inciso V ao art. 158 da Constituição Federal para prever a entrega aos Municípios de vinte por cento da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é dada pelo art. 154, I.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O *caput* do art. 158 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 158. ....

.....

V- vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A União concentra a maior parte do produto da arrecadação de tributos. Desde a Constituição de 1988, a assimetria existente entre os entes federativos só fez aumentar, dada a competência do governo federal para instituir contribuições. Além disso, ele detém competência residual para instituir novos impostos mediante lei complementar, desde que sejam não-cumulativos e que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição. Caso exercida essa competência, o inciso II do art. 157 prevê o justo envio de vinte por cento do total arrecadado para os Estados e o Distrito Federal. Omitiu-se previsão que contemplasse os Municípios. É disso que trata a presente proposta.

Há uma queixa geral entre prefeitos sobre a desigualdade do pacto federativo em vigor. Hoje, 68% de todos os tributos arrecadados no Brasil (nada menos que R\$ 1,7 trilhão em 2013) vão direto para o governo federal. Desse total, depois de feitos os repasses aos entes federativos, a União fica com 58%, os Estados com 24% e os Municípios com 18% da arrecadação.

A princípio, a distribuição parecia adequada. Em 1988, quando a partilha foi delineada, o novo pacto federativo foi comemorado no Congresso durante a Constituinte, já que no regime militar a concentração dos recursos pelo governo federal era bem maior.

O problema é que, de 1988 para cá, uma série de leis e emendas à Constituição foi obrigando Estados e Municípios a lotearem seus orçamentos, limitando a possibilidade de investir onde bem entendessem.

No caso dos Municípios, vários foram os encargos criados. Na área da educação, por exemplo, há duas décadas, só o Ensino Fundamental era de sua responsabilidade. Depois, as creches entraram na conta da prefeitura, a educação infantil também, o Ensino Fundamental ganhou um nono ano, mas pouco se acrescentou ao percentual de recursos destinados aos Municípios. A iluminação pública, que era paga pelos Estados, também passou para as prefeituras, e o Sistema Único de Saúde (SUS) começou a abocanhar um quinhão dos Municípios que ninguém previra anteriormente.

Como se sabe, uma federação pressupõe independência administrativa, financeira e decisória para os entes federativos. No Brasil, após a Constituição de 1988, os Municípios passaram a ser partes integrantes da federação, mas, se carecem de recursos até para se autossustentarem, mais carentes ainda são para estabelecerem suas próprias prioridades.

A presente proposta, ainda que não resolva o problema financeiro dos Municípios, pelo menos garante maior isonomia caso a União faça uso da competência residual prevista no art. 154, I, da Lei Maior.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**  
Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**  
Senador **ALVARO DIAS**  
Senadora **ANA AMÉLIA**  
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**  
Senador **BLAIRO MAGGI**  
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**  
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Senador **DÁRIO BERGER**  
Senador **EDUARDO AMORIM**  
Senador **ELMANO FÉRRER**  
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**  
Senador **FLEXA RIBEIRO**  
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**  
Senador **GLADSON CAMELI**  
Senadora **GLEISI HOFFMANN**  
Senador **JADER BARBALHO**  
Senador **JOSÉ PIMENTEL**  
Senador **JOSÉ SERRA**  
Senador **LASIER MARTINS**  
Senador **OTTO ALENCAR**  
Senador **RAIMUNDO LIRA**  
Senador **ROBERTO ROCHA**  
Senadora **ROSE DE FREITAS**  
Senadora **SIMONE TEBET**  
Senador **TASSO JEREISSATI**  
Senador **VALDIR RAUPP**  
Senador **WALTER PINHEIRO**



## LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[artigo 158](#)

[artigo 158](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia, boa amiga também.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, presidindo a sessão na tarde de hoje.

Caros colegas Senadores e Senadoras, especialmente cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin, que presidiu, até há pouco, uma bonita sessão especial em homenagem às mulheres trabalhadoras.

Eu, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que muito me honra, associo-me às homenagens e às manifestações feitas aqui no plenário do Senado Federal.

Eu penso que a participação das mulheres hoje é protagonizada por avanços significativos em toda a produção.

Tenho acompanhado pelo Brasil inteiro audiências públicas, verificando, na localidade onde ando, exatamente esse desempenho, que nos alegra e nos honra a todos, especialmente nós, Senadoras mulheres e que temos esse compromisso também com o desenvolvimento do nosso País e com o desenvolvimento sustentável de um setor que é o único setor que vem dando notícias muito agradáveis ao nosso País, que é a geração de alimentos, crescendo mais ou menos 15 milhões de toneladas a mais na safra 2014-2015.

Mas, Senador, apesar dessas boas notícias e de eu ser de um Estado agrícola, eu também uso a tribuna neste momento, nesta comunicação inadiável, para uma situação que se agrava no meu Estado, que é a situação financeira insustentável. Chegamos ao fundo do poço. O Governador José Ivo Sartori e a sociedade gaúcha foram surpreendidos, embora já esperada, pela coerção, ou a suspensão dos repasses feitos, através de um bloqueio determinado pelo Banco do Brasil ao Banco do Rio Grande do Sul, dos valores que devem atingir um montante de R\$263,83 milhões, correspondentes à parcela da dívida que foi contraída pelo Estado do Rio Grande do Sul com a União.

O próprio Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Deputado Giovani Feltes, estimou que, até segunda ou terça-feira, os valores que vão sendo retidos diariamente devem completar o valor da parcela da dívida e então a situação poderá se normalizar. “Até lá” – aí está a frase grave do Secretário – “não podemos pagar nada.” E essa situação de não pagar nada significa a suspensão de pagamentos de precatórios no Estado do Rio Grande do Sul, requisições de pequeno valor, além de repasse às prefeituras e hospitais. Ou seja, a crise financeira instalada no Estado agora se espalha também pelos Municípios e também pela área da saúde, na suspensão dos repasses aos hospitais.

É preciso, nesse processo, Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, verificar que há uma necessidade de, pelo menos, mínima solidariedade da União com Estados e Municípios. E por que digo isso? Porque o meu Estado é um Estado exportador e, como tal, desonera do pagamento do ICMS, que é a principal fonte de receita do Estado, as exportações da famosa Lei Kandir. Essa lei permitia uma compensação a essa desoneração. Só que a União não cumpre a lei e não faz o ressarcimento da parcela devida da famosa Lei Kandir. No entanto, age draconianamente – claro, respeitando um contrato assinado pelo Estado em relação à dívida contraída pelo Estado com a União.

A situação crítica das contas do nosso Estado trouxe hoje a Brasília o Governador José Ivo Sartori, que terá uma reunião com a Bancada. Hoje, pela manhã, esteve reunido com o Secretário do Tesouro, quando foram examinadas algumas medidas, que serão de médio e longo prazo.

A situação se agravou exatamente por conta desse bloqueio pelo Governo Federal, após o governo estadual, em vez de efetuar o pagamento dessa parcela à União, pagar a segunda metade do salário dos servidores públicos gaúchos, pagamento que acabou sendo parcelado, em função dessas gravíssimas dificuldades financeiras. O bloqueio atingiu R\$60 milhões que estavam em contas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul vinculadas ao Banco do Brasil e usadas para repasses federais. Como eu disse, até R\$263 milhões, que é o valor devido pelo Estado, serão bloqueados pela União, agravando fundamentalmente a já complicada situação das contas públicas do nosso Estado.

É o que está ocorrendo no Rio Grande do Sul. É um alerta muito grave para que as autoridades públicas, sobretudo as dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, enfrentem, de modo muito responsável e transparente, os problemas das contas públicas não só estaduais e municipais, mas também federais, porque, igualmente, a União está enfrentando esse desajuste nas suas contas.

É evidente, Senador Jorge Viana, que a superação da crise econômica, da crise financeira...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...e da crise política – já estou terminando – passará, obrigatoriamente, por uma reorganização política e por uma ação comprometida, continuada e responsável.

Vetar a criação de programas federais que gerem mais despesas para Estados e Municípios sem novas receitas, por exemplo, talvez, seja, a meu ver, o tema prioritário e urgente da lista de medidas do pacote de reformas apresentadas por líderes do Senado, a começar pelo Presidente Renan Calheiros, para retomar o crescimento econômico e estancar a crise.

Esse é o objetivo, aliás, da PEC 84, que está sendo examinada no plenário do Senado, fruto de um trabalho do Pacto Federativo.

Se, neste segundo semestre, o Congresso Nacional conseguir avançar com ajustes propositivos e responsáveis que melhorem a relação entre União, Estados e Municípios, daremos, sem dúvida, uma enorme contribuição à retomada do desenvolvimento. Será um passo à frente para resgatar a confiança perdida, para continuar projetos paralisados...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...e para retomar o equilíbrio e a estabilidade econômica, política e social de que o Brasil tanto precisa.

O colapso na oferta dos serviços públicos, inclusive os básicos de saúde, é evidente no Rio Grande do Sul.

Senador Otto Alencar, da Bahia, e Senador Dário Berger, de Santa Catarina, que foi Prefeito, essa doença, essa crise do Grande do Sul pode, por mais atentos e cuidadosos que estejam os governos dos outros Estados e Municípios, chegar também a se alastrar por todo o País.

Não desejo sinceramente que o Brasil seja o Rio Grande amanhã, porque nossa situação hoje é absolutamente crítica. Não existe solução à vista, e é exatamente aí que reside o maior risco.

Então, penso na colaboração de todos e até na solidariedade federativa, pois só há esse caminho, com medidas emergenciais agudas para haver um Estado mais eficiente e menos perdulário. Gastar aquilo que se arrecada é uma liçãozinha simples que qualquer dona de casa sabe fazer. É disso que os Estados precisam.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Srs. Senadores.

**O Sr. Lasier Martins** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permita-me um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu a cumprimento. Sem dúvida, é importante ouvir o Senador Lasier, Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Peço licença ao Senador Otto, que, pacientemente, aguarda. Ele tem pressa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço que fale rapidamente, por gentileza.

**O Sr. Lasier Martins** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sucintamente, quero dizer que eu estava acompanhando seu discurso, ao qual adiro. Com relação a essa solidariedade, Senadora Ana Amélia e Presidente Jorge Viana...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Lasier Martins** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ...quero dizer que ela tem faltado. Na semana passada, o Governador Sartori não recebeu nenhum sinal, nem mesmo a receptividade da Presidente. Hoje, de manhã, estava marcada a reunião com o Ministro Joaquim Levy. O Governador, ao tomar conhecimento do bloqueio dos R\$60 milhões, imediatamente tratou de conseguir uma passagem e veio, ontem à noite, a Brasília, com audiência marcada para as 10h30, e não foi recebido pelo Ministro Levy. Desse modo, nem ao menos houve uma cortesia para dar uma explicação, neste momento dramático, jamais vivido pelo Rio Grande do Sul, que não tem de onde tirar recursos. Neste momento, em vez de buscar recursos para o pagamento do funcionalismo, que está em atraso, o Governador vai ter de esperar recursos para pagar a dívida com a União.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Lasier Martins** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, é um momento quase desesperador. Não se sabe o que fazer. No mínimo, o Governo Federal teria a obrigação de ouvir o drama que estamos vivendo.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Lasier. O Secretário do Tesouro recebeu o Governador, em nome do Ministro.

Eu agradeço ao Senador Otto Alencar pela gentileza.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Otto, certamente com o apoio de todos, da Senadora Ana Amélia e de todos os Senadores e Senadoras, eu queria só agradecer a visita de religiosos que estão nas galerias, que são da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e que estão aqui, em Brasília.

Muito obrigado pela visita e pela presença dos senhores. É importante para nós termos os senhores aqui. Sei que a CNBB tem uma história muito vinculada à busca da igualdade, do desenvolvimento do País, da justiça social. Eu queria fazer o registro da visita dos senhores. Sejam bem-vindos!

Com a palavra, o Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, venho à tribuna hoje, primeiro, para destacar a Agenda Brasil, que foi ontem lida aqui pelo Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Há muitos pontos importantes, alguns dos quais precisam de urgência de aprovação no Senado e na Câmara Federal, diante da crise que o Brasil vive hoje.

Quero prestar solidariedade aos gaúchos pela crise financeira que vive o Estado do Rio Grande do Sul, bem como a todas as mulheres da Marcha das Margaridas que vieram à Brasília e aos religiosos que estão aqui também e que têm dado uma contribuição muito grande ao nosso País.

Mas falo hoje de um assunto que está na pauta da Agenda Brasil, Sr. Presidente. Vários itens estão na pauta dessa Agenda, mas de um deles discordo completamente, que é a tentativa de cobrança pelos atendimentos daqueles que são usuários do Sistema Único de Saúde. Não há como fazer isso. Isso é inconstitucional. A lei não respalda esse tipo de iniciativa de fazer com que, nos hospitais conveniados ou filantrópicos, nas Santas Casas ou até nos hospitais da rede municipal, estadual ou federal, haja a cobrança por faixa de renda. É completamente impossível e inadmissível fazer isso.

No meu Estado mesmo, a Bahia, 82% da população são atendidos pelo Sistema Único de Saúde, e 18% têm seguro de saúde, incluindo o seguro de saúde do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria...

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estamos aqui nesta tarde. Eu queria dizer, porque também é uma preocupação minha, que acabei de ter uma conversa com o Presidente Renan, e pode ajudar o discurso de V. Ex<sup>a</sup> o resultado da conversa. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, fiquei por oito anos no Governo. Uma das preocupações, conversando com o Presidente Renan, era a de que não deixássemos dúvida quanto a isso. Não pode haver dúvida nessa área. V. Ex<sup>a</sup>, que é médico e que trabalha, sabe muito bem disso.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – É claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quanto ao fato de se querer agora cobrar pelo atendimento do SUS, não pode haver dúvida. Eu falei isso com ele ainda há pouco. E se está reformulando isso.

Qual a proposta que defendi que colocássemos?

Nos grandes centros médicos, isso não ocorre, mas, na maioria dos Estados mais distantes, como é o meu caso, e nos Municípios mais distantes, isso ocorre. Hoje, o Sistema Único de Saúde está com um financiamento precário. Tiraram a CPMF, e faltam recursos.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente. Eu vou falar sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agora, bem rapidamente, quero dizer que o problema é que, em lugares como o Acre, o melhor hospital, a melhor emergência é o pronto-socorro, é o Sistema Único de Saúde. O melhor hospital está no sistema público, e os planos de saúde cobram valores elevadíssimos.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Estou falando de pessoa física, não pessoa jurídica. Eu ia chegar a esse ponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria lhe dizer que se está reformulando isso, para que possa haver uma melhoria do financiamento, para que, por exemplo, quando alguém de um plano de saúde for atendido no sistema, o plano faça a reposição. Esse é um caminho.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente. Não estou defendendo aqui a cobrança da pessoa física, do assalariado. Daqui a pouco, vão querer cobrar do assalariado que ganha dois ou três salários mínimos que ele pague o hospital.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso vai ser reformulado.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Não há a menor condição de isso acontecer. Essa é uma coisa absurda!

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu conheço exatamente isso, porque trabalhei no meu Estado, sou professor universitário, sou médico ortopedista. Trabalhei num hospital de alto nível da iniciativa privada e também no mais humilde de todos, aquele que é exemplo para o Brasil. Dediquei parte de minha vida ao trabalho no Hospital Santo Antônio, das Obras Sociais Irmã Dulce. Então, conheço o humilde, o indigente. Nos idos de 1970 e de 1980, os doentes que operavam eram aqueles portadores de tuberculose óssea

por desnutrição, de osteomielite hematogênica, de uma série de doenças relacionadas à desnutrição, o que, hoje, Senador Jorge Viana, já não existe mais.

Tenho um filho que me seguiu e que é ortopedista. Há poucos dias, falei com ele: “Daniel, você tem operado muitos pacientes com osteomielite hematogênica ou com tuberculose óssea?” Ele me disse: “Meu pai, isso era da sua época. Hoje, ninguém mais sente fome no Brasil. Não há muita desnutrição. Nós operamos hoje outras enfermidades. Essa não existe mais”.

Mas, apesar de essas pessoas que são atendidas no SUS terem um ganho de dois, três ou quatro salários mínimos, não há como pagar o hospital público.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Posso afirmar que isso não estará na proposta.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Para sanar a fratura de um osso, de um fêmur, de um antebraço, só uma placa custa R\$8 mil. Então, é inviável para eles.

Venho aqui para dizer ao Congresso e ao Senado – quero o apoio da Senadora Lídice, da Senadora Vanessa, do Senador Jorge, de todos os Senadores e Senadoras – que já apresentei três projetos no Senado Federal no sentido de levar recursos para o SUS. Depois que não aprovaram a CPMF, o que foi um erro – os recursos estavam carimbados para o Fundo Nacional de Saúde, para o Fundo Estadual de Saúde e para o Fundo Municipal de Saúde –, aprovei três projetos.

Um desses projetos vem em cima disso que V. Ex<sup>a</sup> falou. O DPVAT, imposto que é cobrado obrigatoriamente sobre a propriedade das motos e até do carro mais luxuoso, vai para as seguradoras. Uma seguradora chamada Líder tem vários ramos de outras seguradoras. Desses recursos, 45% vão para o SUS; os outros vão para a seguradora. Só que o pobre, o pequeninho que sofre um acidente no interior do Brasil com uma moto ou com um carro não consegue reembolsar aquilo que ele pagou do seguro. Quase a grande maioria não consegue fazê-lo. Fizemos um levantamento, e é muito grande. Então, estou aumentando o repasse desses recursos do DPVAT, de 45% para 60%, para o Fundo Nacional de Saúde.

Apresentei, Senador Jorge Viana, mais dois projetos. Duas drogas lícitas no nosso País e no mundo causam grandes enfermidades: uma delas é o álcool, quando consumido em excesso, e outra é o cigarro, responsável pelo câncer de pulmão, pelo câncer de bexiga, por outras enfermidades, por várias enfermidades pulmonares, como a atelectasia. Então, apresentei um projeto para que os impostos arrecadados com a venda e com a comercialização dos cigarros e das bebidas fossem para o Fundo Nacional de Saúde. Isso significa, por ano, mais ou menos R\$18 bilhões. Estou falando de uma cifra grande. Seriam R\$18 bilhões, que iriam para o Fundo Nacional de Saúde, para o Fundo Estadual, para o Fundo Municipal, para não deixar a pessoa simples e humilde, assalariada, pagar saúde no Brasil, que é muito cara e que hoje está restrita a quem tem muito dinheiro.

O Sistema Único de Saúde, com todas as dificuldades que tem, resolveu muitos problemas no Brasil, sobretudo doenças veiculadas pela água, doenças que foram contidas pela vacinação das crianças. Não se vê hoje a poliomielite, as viroses da infância. Muita coisa melhorou. Diminuíram as doenças relacionadas à desnutrição, as doenças infecciosas e infectocontagiosas. Enfim, várias doenças foram controladas pelo Sistema Único de Saúde.

Caiu a mortalidade infantil. Em 1991, quando fui Secretário de Saúde no meu Estado, havia em torno de 85 óbitos por mil nascidos vivos; hoje, estão reduzidos a 15 ou 16 óbitos. Caiu muito isso. Caiu a mortalidade materna, porque há as maternidades no interior, as casas de parto, mas não é ainda o ideal. O ideal é que o Governo possa colocar recursos suficientes para que o mesmo atendimento dado àquele paciente que tem um bom seguro de saúde dentro de um hospital privado...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – ...seja dado num hospital público. E aí, o que se pode colocar – V. Ex<sup>a</sup> falou, e eu concordo plenamente – é que, às vezes, o assegurado do Sulamérica, do Bradesco, vai para o hospital público, é atendido, é operado, e o hospital público não cobra, nunca cobrou.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É caro! Vamos regulamentar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Para se ter uma ideia, a fratura do fêmur, operada num hospital público, entre anestesia, medicamento, placa, custa, no mínimo, R\$40 mil. O SUS banca, a seguradora privada não paga o hospital público, e fica por isso mesmo. É o mesmo caso do DPVAT, da Sulamérica, do Bradesco, de todas as operadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós vamos regulamentar isso. V. Ex<sup>a</sup> tem razão.



**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Estão prestando serviço gratuito a essas entidades privadas. Mas vamos cobrar da instituição, não da pessoa física, não do assalariado, que não suporta mais. Já fizemos coisas, inclusive, que vão incidir em cima do assalariado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse risco não haverá.

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – Seguro-desemprego, abono salarial, há uma série de coisas que já foram diminuídas do trabalhador.

A minha proposta é que nós possamos aprovar agora, nessa agenda, essas três propostas, esses três projetos que apresentei: aumentar a participação no DPVAT para 60%;

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (Bloco Maioria/PSD - BA) – aprovar que os impostos arrecadados com cigarros e bebidas alcoólicas passem para o Fundo Nacional de Saúde, para serem destinados aos Estados e Municípios, para uma assistência pública, gratuita e de boa qualidade para o povo brasileiro, sobretudo o povo da minha terra, o povo da Bahia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Parabéns, Senador Otto Alencar.

Faço um esclarecimento. Por coincidência, eu estava tratando desse assunto com o Presidente Renan, e a intenção é exatamente em relação à preocupação de V. Ex<sup>a</sup>: não cobrar das pessoas. O Serviço Único de Saúde é um exemplo para o mundo. Agora, devem-se corrigir distorções, fazer reformas, ajudar no financiamento do SUS, para que ele possa atender, universalmente, a todos os brasileiros de graça.

Senadora Vanessa Grazziotin, como Líder.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço, Senador Jorge Viana, e quero dizer que procurarei ser muito parceira neste momento, falando no meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tem que abrir a Comissão da Reforma Política.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB) – Inclusive, o Senador Otto vai abrir a Comissão que ele preside, por indicação do Presidente Renan, de petróleo, da Petrobras, que é o tema do meu pronunciamento neste momento.

Quero dizer, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que tenho acompanhado com redobrado interesse os debates acerca do papel da Petrobras no Brasil, sobretudo na exploração do pré-sal. Com atenção redobrada por quê? Porque vivemos um momento em que o Brasil assiste a muitas revelações em torno da chamada Operação Lava Jato, que têm a Petrobras como centro dessas ações de corrupção que estão chegando ao conhecimento público.

Entretanto, Sr. Presidente, isso é uma coisa. Outra coisa é a Petrobras em si. A maior empresa pública brasileira, a empresa responsável por mais de 10% de todas as atividades, no campo produtivo, realizadas no Brasil. Então, veja, Sr. Presidente, tratar da Petrobras é uma coisa. Tratar da Lava Jato é outra. O que de fato vem ocorrendo é que segmentos que sempre defenderam uma participação maior de empresas estrangeiras na área de petróleo e gás no Brasil estão se aproveitando desse momento de fragilidade política para dar o golpe na Petrobras. São vários os projetos que tramitam. Nós estamos debatendo o Projeto nº 131, que diz respeito à participação obrigatória da Petrobras como operadora em 30% em toda a área do pré-sal. Querem acabar com isso. Dizem e argumentam que é preciso que isso se faça porque a Petrobras está frágil, porque a Petrobras não tem recursos para aplicar e, por isso, têm que vir as empresas de fora.

Pois bem, acabou de ser divulgado, Senador Jorge Viana, o balanço da Petrobras no primeiro semestre deste ano de 2015. E veja V. Ex<sup>a</sup> que o balanço do primeiro semestre mostra que a empresa teve um lucro operacional superior a R\$22 bilhões. Repito: um lucro operacional superior a R\$22 bilhões, que é 39% superior ao do primeiro semestre do ano passado, do ano de 2014. O termo EBITDA, que significa lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, é um termo em inglês. Ajustado foi de R\$40,3 bilhões, um aumento de 35% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Além disso, o fluxo de caixa livre da Petrobras foi positivo em R\$4,5 bilhões diante de R\$15 bilhões do primeiro semestre de 2014.

Além disso, a produção de petróleo e gás natural da Petrobras cresceu, Sr. Presidente, no Brasil. Ela cresceu 9% em relação ao primeiro semestre de 2014, e a média chegou a 2,784 milhões barris equivalentes/dia. Essa é a média da produção da Petrobras no primeiro semestre. E por que o lucro do segundo trimestre foi de apenas R\$531 milhões, se o do primeiro trimestre foi muito mais significativo? Por uma razão simples, Sr. Presidente, e contábil, de caixa: porque a Petrobras decidiu agora, recentemente, reconhecer uma despesa tributária de IOF, ou seja, de Imposto sobre Operação Financeira na ordem de R\$3,1 bilhões.



*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E juro sobre essa despesa tributária de R\$1,3 bilhão, o que significa que, não fosse esse reconhecimento, o lucro seria muito maior.

O fato é que, levando-se em consideração todas essas questões e comparando a Petrobras com outras empresas, a empresa Petrobras foi melhor do que as outras estrangeiras: foi melhor do que a ExxonMobil, foi melhor do que a British Petroleum, foi melhor do que a Chevron.

Não venham querer falar da Petrobras sozinha, não. Falem da Petrobras comparando-a com as outras grandes petroleiras do mundo. E, aí, eu repito: em que pese todo esse redemoinho em que nós estamos vivendo, que gira em torno da Petrobras; em que pese isso tudo e toda a direção ter sido mudada recentemente, olha só, Presidente, o lucro que teve a Petrobras! Olha só!

Então, vejam, não adianta, a população brasileira ficará sabendo disso. Querem se aproveitar para mudar o marco regulatório do petróleo. Não é só para tirar a Petrobras como operadora exclusiva, não. É para isso e para muito mais.

Ontem, eu ouvi o DEM, o Democratas, que é o antigo PFL, que apoiava a privatização da Petrobras, na época do Fernando Henrique, dizer o seguinte: “A Petrobras está sem caixa, a Petrobras não tem condições, e nós temos que avançar sobre o pré-sal.” Ora, se nós temos que avançar sobre o pré-sal ou não, essa é uma decisão de Estado. Será que é correto avançar agora, no momento em que o preço do petróleo está lá embaixo, em que o preço do petróleo caiu muito e que o Irã entra com tudo no mercado? Não, Sr. Presidente. Nós temos que ir com calma. Vamos devagar que o andar é de barro, como diz o velho ditado popular. A Petrobras é empresa pública. E não só empresa pública.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É graças à operação e à atividade dela que o petróleo do pré-sal foi descoberto. E é graças ao novo marco do petróleo, no pré-sal, que vamos conseguir ampliar significativamente os recursos para a educação e para a saúde, mas, sobretudo, para a educação.

Sr. Presidente, o debate está aberto. Vamos ao debate! Não adianta diminuir a Petrobras sem dados, sem números, sem nada! “A Petrobras não tem condições, está fraca”. Não está, não. A Petrobras, apesar de tudo, ainda é mais forte do que as estrangeiras, para quem eles querem entregar nosso pré-sal, mas não vão conseguir, Sr. Presidente.

Eu volto à tribuna para ler meu pronunciamento na íntegra.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senadora Vanessa. Eu sei que, hoje, V. Exª não teve almoço, assim como eu, trabalhou muito de manhã e vai para uma comissão. Estou indo presidir outra.

Passo a Presidência para o Senador Valdir Raupp, para que eu possa fazer uso da tribuna. Logo em seguida, vou correr para presidir a Comissão da Reforma Política, junto com o Senador Romero Jucá e os demais colegas que trabalham intensamente comigo na busca de aprovar a reforma política.

*O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Passamos a palavra ao nobre Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Valdir Raupp, colegas Senadores e Senadoras, eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Eu queria, na tribuna do Senado, fazer um registro, como alguns colegas já fizeram, como o meu Líder Humberto Costa já fez, da 5ª Marcha das Margaridas. Eu queria cumprimentar a Contag e todas as entidades que ajudaram a mobilizar mais de 70 mil pessoas que estão aqui, em Brasília, registrando as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, mais especificamente, e também apresentando uma pauta de reivindicações, uma especificamente para o Congresso Nacional e outra para o Executivo.

A Marcha das Margaridas começou no ano 2000. Era um movimento de mulheres lutando por questões básicas, que encontrou no governo do Presidente Lula a acolhida que buscavam. Foi no governo do Presidente Lula.

Ontem, eu conversava com o Presidente Lula, e relembávamos; e com o ex-Ministro da Previdência, José Pimentel, que tem uma boa memória das conquistas. Nós comentávamos três importantes conquistas

que a Marcha das Margaridas alcançou no governo do Presidente Lula e que segue conquistando no Governo da Presidenta Dilma, porque são ouvidas, porque são consideradas, são recepcionadas aqui como legítimas representantes de mulheres que sofrem, que trabalham e que buscam igualdade. Vou-me referir a pelo menos três grandes conquistas.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Até o início da Marcha das Margaridas, a reforma agrária não reconhecia a mulher como proprietária ou como uma beneficiária direta da reforma agrária. Era sempre o homem. Isso mudou no governo do Presidente Lula. As políticas sociais e previdenciárias eram feitas para o homem, pois o homem era o chefe da família. Isso mudou. E as mulheres também passaram a ser consideradas, quando sozinhas ou tipificadas como chefes de família, para os benefícios sociais.

Também há outra mudança – estou ressaltando só três –, que são os créditos dos programas de financiamento agrícola. Não consideravam as mulheres como beneficiárias. Era sempre o homem.

Este é o nosso País de 15 anos atrás, e essas são as conquistas desses últimos 15 anos.

Eu queria dar as boas-vindas às mulheres, às Margaridas do meu Estado, que vieram de ônibus participar de mais essa marcha. Alguns podem perguntar o porquê de ser chamada de Marcha das Margaridas, se isso não seria depreciativo. Tem muita gente que não sabe por que se chama Marcha das Margaridas e deve achar que esse é um jeito de se referir às mulheres. Não! O nome “Marcha das Margaridas” é uma homenagem à Margarida Maria Alves, uma mulher camponesa, lutadora, sindicalista, presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande, na Paraíba, que, em 12 de agosto de 1983, foi assassinada. Ela tinha uma frase que ficou registrada, lamentavelmente, depois da sua morte: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome.” Essa era a frase que a Margarida Maria Alves falava quando batalhava por direitos para as mulheres, por igualdade no campo e pelo fim da violência no campo. Ela foi vitimada no dia 12 de agosto de 1983.

Então, a Marcha das Margaridas é uma homenagem à Margarida Maria Alves, assassinada em 1983.

Vou concluir, Sr. Presidente, porque vou presidir agora a Comissão da Reforma Política, e temos um trabalho intenso. É mais um dia que não dá para almoçar, nessa correria que é o Senado, especialmente na terça, na quarta e na quinta-feira. Aliás, em todas as terças, quartas e quintas-feiras.

Queria aqui deixar o meu abraço. O Presidente Lula ontem fez mais um gesto que sempre repete. E é um gesto pedagógico, que serve de exemplo para todos nós. Estava lá – lá no Mané Garrincha –, falando para as milhares de trabalhadoras, as milhares de Margarida Maria Alves que seguem lutando por outros benefícios, que agora lutam pelo desenvolvimento sustentável, por uma agricultura sustentável.

E o Presidente Lula abraçou todas, foi abraçado. E amanhã a nossa Presidenta Dilma vai estar – eu acredito – coroando, concluindo essa 5ª Marcha das Margaridas, apresentando a resposta do Governo Federal às reivindicações que elas trazem nessa 5ª Marcha.

É este tipo de encontro, da Chefe do Executivo com o movimento social legítimo, que o Brasil precisa ver multiplicado. Foi exatamente a organização dos movimentos sociais, especialmente do campo, mas também das cidades, que pacificou o nosso País e que faz com que as reivindicações sejam feitas de maneira acertada, legítima – reivindicações que precisam ser ouvidas.

Que essa Marcha, que levou o Presidente Lula ontem até elas e que vai levar a Presidenta Dilma amanhã, possa também sensibilizar o Congresso Nacional na sua pauta, na sua agenda. Essa é a pauta legítima a ser debatida.

E estamos, agora, com a Agenda Brasil, que chama a atenção do Brasil inteiro por sua qualidade. Vamos aperfeiçoar, vamos melhorar essa agenda, mas vamos trabalhar para que o Brasil vença a crise, vamos trabalhar para pacificar o nosso País, vamos trabalhar para que o diálogo prevaleça. Esse é o propósito, essa é a oportunidade que temos e a expectativa que o Brasil tem de todos nós.

Então, concluo aqui a minha fala, dizendo que acredito que o próprio Governo Federal, os governos estaduais e as prefeituras têm muito a aprender com os nossos movimentos sociais, porque eles trazem pautas que são modernas, contemporâneas, atualizadas, como a busca da sustentabilidade na agricultura, a busca da sustentabilidade nas políticas sociais.

E tomara também – por fim, digo e repito – que esse gesto, essa maneira de trabalhar, essa maneira de reivindicar, essa maneira de melhorar o Brasil que vem do exemplo das Margaridas, essa Marcha, a 5ª Marcha das Margaridas, possa tocar a elite brasileira. Os incluídos, os que têm, os que acham que sabem e os que acham que podem tudo precisam ter um pouco mais de humildade e entender que a paz que o Brasil vive – que ainda precisa ser melhorada – só acontece porque nós tivemos políticas públicas, políticas sociais, políticas para o campo e um diálogo permanente no Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma com esses setores que são fundamentais na vida da sociedade brasileira.

Que a Marcha das Margaridas mostre para a nossa juventude, que é o nosso grande patrimônio, como se deve fazer política neste País: reivindicando nas ruas, mas sempre trabalhando para construir um Brasil melhor, um Brasil mais justo, um Brasil mais igual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E eu encerro parabenizando a Contag, todos os sindicatos, todas as organizações que ajudaram a realizar essa 5ª Marcha das Margaridas, que já é vitoriosa e que, certamente, vai influenciar, vai ajudar na pauta do nosso País, tanto aqui no Legislativo como no Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Amorim. (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Agora convido para falar como orador inscrito, em permuta com o Senador Romero Jucá, o Senador Raupp. (Pausa.)

Se o Senador não se incomoda, com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

**A SRª MARTA SUPLICY** (S/Partido - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Raupp, é que eu também vou para a discussão da reforma política.

Quero parabenizar as Margaridas, a Marcha tão forte, como sempre, e que significa tanto para nós, mulheres brasileiras. Essa possibilidade de sentir o pulsar das mulheres do campo, as suas necessidades, as suas propostas, isso enriquece o Congresso Nacional e a sociedade como um todo.

Também queria falar sobre a pesquisa que o Senado realizou e que ontem foi apresentada na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher. Parabenizo o Senado, que, na verdade, agora é o único órgão que, a cada dois anos, faz uma pesquisa consistente sobre violência contra mulher. É interessante porque muitos órgãos poderiam fazê-la, mas é o Senado que está ...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARTA SUPLICY** (S/Partido - SP) – ...tendo essa preocupação. Então, parabenizo a nossa Casa por essa iniciativa.

E os dados nos levam à reflexão, porque nós fizemos grandes avanços em relação ao combate à violência. O mais importante de todos, elogiado internacionalmente, é a Lei Maria da Penha.

Porém, ao mesmo tempo em que temos esse avanço, a pesquisa mostra que aumentou o medo da mulher, a insegurança da mulher frente a um ataque de qualquer tipo à sua integridade, e isso principalmente entre as mulheres mais pobres. Uma em cada cinco brasileiras é vítima da violência doméstica.

Eu fiquei pensando, Senador Raupp, no que está por trás disso. É uma maior visibilidade, porque aparece mais que as mulheres estão sendo atacadas? Ou é um aumento maior da violência contra a mulher? Também pensei em outra possibilidade: toda vez que se liga a televisão se vê escândalo de corrupção ou crime, e os crimes contra a mulher são passados com pormenores, porque são horríveis, cruéis, são crimes que realmente chocam a sociedade – é um que estupra, mais dois que também estupram e jogam do precipício, é outro que esquarteja... Então, eu me perguntei: será que também dá essa agonia na mulher, principalmente numa mulher menos protegida, com menos condição social, de andar na rua em lugares mais escuros e ser vítima de um ataque? Isso pode ser também.

Acredito que, na consciência de homens, hoje – que são os maiores agressores das mulheres, principalmente no âmbito doméstico –, essa questão da Lei Maria da Penha e do receio de haver uma questão jurídica a partir de uma agressão acabem influenciando. Então, fico meio na dúvida sobre como seria esse aumento da insegurança ou do medo.

O DataSenado neste ano, de junho a julho, ouviu 1.102 brasileiras – a pesquisa é telefônica – de todas as regiões do País – são 27 unidades da Federação –, a partir dos 16 anos até mais de 60. São desempregadas, domésticas, estudantes, aposentadas, pensionistas, servidoras, donas de casa, funcionárias da iniciativa privada, de todas as etnias. Esta é a sexta edição da pesquisa.

Cem por cento das entrevistadas responderam que sabem da existência da Lei Maria da Penha – isso é ótimo! Realmente, a persistência das mulheres e do Governo, que criou a lei, rendeu frutos. É preciso ressaltar o papel da mídia também, que ajudou a colocar essa pauta para todas as mulheres terem acesso.

Sessenta e três por cento das mulheres acreditam que a violência está aumentando, e esse percentual está na média da pesquisa histórica.

Um número muito alto de mulheres afirmou que as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil. Quanto a isso, nós também podemos pensar em várias possibilidades, porque houve uma piora de oito pon-

tos percentuais, e a sensação é pior para as mulheres mais idosas e menos escolarizadas. De novo, alcança as mulheres mais fragilizadas pela idade e as menos escolarizadas – provavelmente, uma faixa mais pobre da população –, que sentem que estão sendo desrespeitadas. Com relação às empregadas domésticas, 59% delas sentem que são as menos respeitadas.

Embora a maioria, 56% das mulheres, aponte estar mais protegida com a Lei Maria da Penha... Antes 66% se sentiam mais protegidas. Quer dizer, essa queda passa por essas hipóteses que eu levantei, e seria interessante investigarmos o que está acontecendo. Por que a mulher está se sentindo mais exposta a uma agressão? Se formos considerar que é uma violência doméstica, não é uma agressão que ocorre quando ela está pegando um ônibus em uma rua escura, é uma agressão dentro da sua casa... Isso, muitas vezes, pode estar relacionado – eu já vi muitas pesquisas – a alcoolismo, a desemprego. Pode estar começando a acontecer um aumento do desemprego, o que pode bater em casa, e esse tipo de agressão começa a ocorrer.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARTA SUPLICY** (S/Partido - SP) – Esse excesso de informação violenta também é responsável pelos medos, por tudo mais. Em casa, situações que a mulher talvez não fosse classificar como agressões, hoje, com mais informação – pensando no lado bom... Um desrespeito, uma agressão verbal, uma fala abusiva já pode ser considerada uma agressão – coisas que a avó dela não consideraria nunca; a sua mãe, talvez. Aí nós estamos melhorando. Esse índice é bom, não é ruim. Então, precisamos saber em que patamar nós estamos.

O problema da violência doméstica é grave. O sofrimento emocional é muito complicado, porque depois tem uma decorrência que pode ser depressão, ansiedade.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª MARTA SUPLICY** (S/Partido - SP) – Nós queremos dizer – só para completar – que essa pesquisa é extremamente bem-vinda. Precisamos agora de maiores detalhamentos e que outras instituições e institutos de pesquisas se debrucem sobre o tema da mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Senador Raupp, por me ceder este espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Convido para falar, como orador inscrito, o Senador Romero Jucá.

Tenho a honra de registrar as presenças de ilustres sergipanos na tribuna do Senado Federal: o jovem Igor, responsável pela liderança do PST Jovem; o ex-Deputado Federal por Sergipe, por Poço Verde, Everaldo; e o Deputado Estadual Capitão Samuel. Sejam bem-vindos a esta Casa, venham sempre, suas presenças muito nos honram.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero hoje inovar criando o “tempo compartilhado de pronunciamento de Parlamentar”. Vou usar por cinco minutos a palavra e vou cedê-la ao Senador Raupp também – portanto, vamos poder nos manifestar brevemente sobre uma questão fundamental e sobre a qual eu queria aqui marcar minha posição.

Eu usei diversas vezes esta tribuna para discutir a economia do Brasil, a gravidade da crise e as medidas que o Brasil precisava tomar. Desde o início do ano eu discuto a questão da meta de superávit que o Governo tinha fixado. Disse que a meta era inviável, falei do esforço que se tinha que fazer de animação econômica, de retomada do crescimento, porque entendo, e continuo entendendo, que o ajuste fiscal é apenas um ponto do conjunto que o Governo tem que executar, com rapidez e determinação, para tirar o Brasil da situação em que se encontra.

E essa situação, Sr. Presidente, tem se agravado. A situação dos Estados está extremamente difícil, a dos Municípios também. Nós vemos agora a crise do Rio Grande do Sul; em Pernambuco, os salários estão atrasados; em Sergipe, os salários estão atrasados. E esse quadro vai criando um processo depressivo na economia, de contenção de consumo, de anulação dos investimentos, processo que tem um efeito nocivo multiplicador muito forte.

Temos que sair dessa espiral negativa, e o Senado, em boa hora – o Presidente Renan, os Senadores –, consubstanciou uma série de propostas, algumas já apresentadas e outras que estão sendo confeccionadas, para que possamos apontar para o País uma agenda produtiva.

Sabemos que os Parlamentares estão vindo dos Estados apreensivos, a retomada do trabalho legislativo é algo que preocupa Senadores e Deputados.



Nós temos que usar essa preocupação, essa angústia, essa inquietação de forma positiva, canalizando não para a aprovação de despesas que o Estado não pode cumprir, mas para a aprovação de medidas que podem retomar a situação que nós já tivemos no passado, de crescimento econômico, de estabilidade no emprego, de responsabilidade, de segurança jurídica e de credibilidade interna e externa, como porto seguro para investimentos. Temos que fazer tudo isso.

E hoje, às 16 horas, o Ministro Joaquim Levy vem a esta Casa discutir com Senadoras e Senadores, num debate aberto, como poderemos confluir rapidamente para que essa pauta comece a sinalizar positivamente para o País.

Quero registrar aqui que, hoje pela manhã, tivemos um café com o Vice-Presidente Michel Temer, com o ex-Presidente Lula, com figuras da Câmara e do Senado, do PMDB, discutindo exatamente que papel cada um pode exercer para ajudar o Brasil neste momento decisivo. Defendo que nós votemos rapidamente o ajuste fiscal, o último ponto para que nós passemos essa página e entreguemos ao Governo o ajuste que ele pediu, e que ele possa atuar em outras ações que considero muito mais relevantes e estratégicas do que o ajuste fiscal.

O ajuste fiscal não resolve o problema do País, ajusta um pouco as contas atuais. Nós temos que construir credibilidade, possibilidade e previsibilidade na economia para sinalizar aos agentes econômicos quando essa tempestade vai passar.

Hoje, a situação é de falta de planejamento total. E tenho cobrado isso do Governo, porque, se não temos condição de sinalizar para os agentes econômicos se o esforço, se a dificuldade será de um, de dois ou de três anos, todos tendem a projetar o pior cenário, a refluir da pior forma, e isso agrava o quadro que estamos vivendo.

Portanto, quero registrar o papel histórico que o Senado está desempenhando e conclamar todas as Senadoras e os Senadores a contribuírem com esse processo, que cada um e cada uma aqui tenha condição de dar uma contribuição importante. E, mais do que isso, dizer da relevância imprescindível do papel da Câmara dos Deputados, do Presidente Eduardo Cunha e dos Deputados Federais. Não faremos uma transformação se as duas Casas não trabalharem integradas. Os papéis do Senado e da Câmara são complementares. Essa posição é do Congresso Nacional, e a sociedade brasileira cobra hoje da classe política uma saída para a crise que estamos vivendo.

Vamos ser parceiros de soluções. Temos que criar aqui pautas construtivas, edificantes, que tenham efetiva condição de melhorar a vida do povo brasileiro, que está lá fora, Sr. Presidente, espalhado por este País, sem saber se vai manter o emprego, sem saber se vai conseguir pagar a prestação do apartamento, a prestação do carro ou o colégio do filho.

Tudo isso tem que ser levado em conta. O esforço tem que ser rápido e a solução precisa ser apontada, a fim de construirmos um futuro melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Romero Jucá. V. Ex<sup>a</sup>, regimentalista que é, acaba de criar um novo instrumento no Regimento, o tempo compartilhado – que se registre –, que foi compartilhado com o nobre Senador Valdir Raupp.

Continua V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Amorim.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, que será sobre economia e juros também, quero parabenizar a Marcha das Margaridas.

Minha mãe foi uma Margarida. Minha mãe ajudou meu pai, trabalhando na roça, a criar 14 filhos. Minhas irmãs mais velhas também foram Margaridas, trabalharam na roça no Estado de Santa Catarina.

Essa é uma profissão digna porque é dali que sai o sustento da família, não só das famílias das Margaridas e de seus esposos, mas de praticamente toda a população brasileira, como também – por que não? – alguns produtos para exportação.

Parabéns às Margaridas de Rondônia. Parabéns às Margaridas do Brasil.

Todos nós, Sr. Presidente, brasileiros, estamos acompanhando o momento delicado pelo qual passa a economia do nosso País.

Quero parabenizar o Senador Romero Jucá pela fala que aqui proferiu, ainda há pouco.

Embora o Governo Federal tenha adotado diversas medidas para retomar o crescimento econômico, as notícias nesse segmento não são as mais animadoras.

No momento em que o desemprego e a inflação continuam a preocupar todos nós, diversos jornais publicaram os lucros das maiores instituições financeiras no segundo trimestre do corrente ano.

O Banco Itaú, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, teve um lucro líquido de R\$5,98 bilhões, quase R\$6 bilhões no primeiro semestre. O Bradesco, R\$4,47 bilhões, quase R\$4,5 bilhões. Ambas as instituições registra-

ram o maior lucro líquido da história para um segundo trimestre. O maior lucro da história para um segundo trimestre, olhem a contradição.

Com essa informação, podemos dizer que vivemos um período de aparente contradição. De um lado, temos previsão de queda da economia brasileira, aumento da inflação e desemprego; de outro lado, temos as instituições financeiras alcançando lucros recordes.

Recentemente, ouvi do Presidente da Abimaq que os juros – ele jogou pesado mesmo – estão pornográficos. Está faltando, ex-Ministro e Senador Fernando Bezerra, um José Alencar, Vice do Presidente Lula, que cobrava, todas as semanas, a queda dos juros. Não dá mais para aguentar as altas taxas de juros. Além disso, aumentam as dívidas do País, aumentam as dívidas dos Estados e dos Municípios. Não adianta economizar, fazer ajuste fiscal por um lado, e os juros corroerem por outro.

A política monetária adotada hoje, que se utiliza de juros altos para diminuir a demanda, leva a que a população que deseja e necessita comprar não possa mais fazê-lo. Enquanto isso, repito, os bancos alcançam os maiores lucros da história. Mais uma vez repito: saudades do José Alencar! Portanto, essa equação não fecha.

Recordo que demanda baixa significa, ao lado de um possível controle da inflação, produção baixa, desemprego e, ao final da linha, uma estagnação de toda a economia, que certamente levará a perdas de todos os segmentos, inclusive do próprio setor bancário.

É importante lembrar que a economia brasileira se valeu até aqui de uma demanda interna que se encontrava reprimida há muito tempo. Podemos dizer que havia mais brasileiros com desejos reprimidos de demanda do que todos os argentinos. Ou, segundo alguns estudos, duas vezes os nossos *hermanos* argentinos. Dois países do tamanho da Argentina espalhados pelo nosso imenso Território, rico em possibilidades de produção.

O Governo Federal propiciou que esses brasileiros tivessem acesso ao que antes lhes era impossível. Isso é verdade. Se hoje temos uma situação de inadimplência dessa mesma população, é exatamente em função da exorbitância das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro. Assim, o País acaba sendo penalizado de duas formas: diretamente, por ter de retornar aos tempos de desejos e demandas reprimidas, que não são somente por bens e serviços supérfluos, mas muitos deles de necessidade imediata para a construção da verdadeira cidadania e para alcançar o objetivo de todos nós, de ao menos diminuir as nossas desigualdades regionais e pessoais de distribuição de renda; e, indiretamente, porque juros altos afetam em maior montante a dívida pública, em detrimento de gastos em educação, saúde, segurança pública e o próprio fomento à economia.

Diversas vezes, já estive nesta tribuna comentando sobre a alta taxa de juros e seus efeitos colaterais nocivos. A taxa de juros mais baixa permite às indústrias o desenvolvimento e o aquecimento da economia. Como consequência disso, o País torna-se mais competitivo e gera mais oportunidades de empregos.

Registro, ainda, que não sou contra o lucro por parte das instituições financeiras, mas sou favorável a que todos os ganhos decorrentes do nosso esforço produtivo sejam melhor distribuídos, não só aos bancos.

Vivemos uma grande crise econômica, reclamada por todos os trabalhadores e empresários brasileiros; ao mesmo tempo, os bancos alcançam os maiores lucros da sua história. A crise penaliza, portanto, com intensidade, exatamente quem produz. Aí está a grande contradição da nossa crise.

Sabemos que a retomada para o crescimento do País não é fácil. O Governo Federal tem que ter sabedoria para corrigir o que deu errado e coragem e ousadia para tomar medidas que alavanquem o Brasil rumo ao crescimento e ao desenvolvimento tão desejado e sonhado por todos nós brasileiros.

A crise é mais visível, obviamente, onde moram os brasileiros. Ela é mais sentida, portanto, nos Estados e Municípios. Para o cidadão, é lá que se realiza a vida e, conseqüentemente, é lá que ele sente, com maior intensidade, a crise. Daí que o Senado Federal, como Casa da Federação, tem que participar ativamente desse debate. Nós não podemos permanecer inertes a essa situação evidente de geração de maiores desigualdades, contrária ao nosso discurso de diminuí-las.

Os agentes financeiros são necessários, eles promovem o financiamento da produção, mas não podemos esquecer que eles trabalham exatamente com os recursos gerados pela produção do empresário e do trabalhador. É preciso que essa equação seja resolvida. Na situação atual, a crise afeta muitos, para não dizer todos, porque alguns poucos lucram ainda mais com ela.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Para concluir, Sr. Presidente, mais dois minutinhos.

Sr. Presidente, por último, quero parabenizar o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pela apresentação da Agenda Brasil.

Trata-se de importante iniciativa que visa impulsionar o País.



Dentre as medidas propostas, destaco as seguintes: desoneração da folha e acesso a crédito subsidiado a metas de geração de empregos; melhoria das regras para concessões de infraestrutura; garantir maior segurança jurídica nos contratos de investimentos; novas regras para investimentos em mineração; e proibição de programas federais que geram despesas para os Estados e Municípios sem novas receitas.

E importante lembrar que todas as propostas apresentadas serão debatidas pelo Parlamento, onde poderão ser aprimoradas. E espero que não demore muito, que seja rápido.

Num momento de crise como o nosso...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VALDIR RAUPP** (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... o importante é que caminhos sejam apontados para que o Brasil possa retomar o seu rumo, que é o do desenvolvimento e do crescimento.

Portanto, parabeno o Senador Renan Calheiros pelas propostas e espero que elas sejam votadas, o mais rápido possível, no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.*

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Parabeno V. Exª pelo importante pronunciamento.

Chamo para usar da palavra, como Líder, o Senador Eduardo Amorim, do PSC.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Lídice.

Ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais e todos que estão aqui no plenário, com muita honra, volto a registrar a presença do jovem Igor, lá de Poço Verde, do ex-Deputado Federal Everaldo, e do amigo Capitão Samuel, Deputado Estadual pelo meu Estado, o Estado de Sergipe.

Srª Presidente, colegas Senadores, que o País está mergulhado em uma enorme crise moral, ética e econômica não é novidade para ninguém. Dia após dia, a imprensa nacional e internacional noticia os desdobramentos de uma situação como há muito não se via.

Estamos com a nossa economia fragilizada, com um altíssimo número de desemprego em todo o País. O comércio teve a maior queda dos últimos 12 anos, apenas no primeiro semestre, e a confiança do mercado e do empresariado interno e externo está completamente abalada.

Alie-se a tudo isso a grave crise financeira que assola mais da metade dos Estados brasileiros e que têm gastos com pessoal acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, além do próprio Governo Federal que está com as contas contestadas pelo Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, colegas Senadores, dentre os 23 Estados que entregaram relatórios de gestão do primeiro quadrimestre ao Tesouro Nacional, a maioria apresenta despesas com pessoal no “limite de risco” estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Do total, 19 unidades da Federação estão nessa situação. A quantidade é mais alta do que no final do ano passado, quando 15 Estados e o Distrito Federal estavam em situação semelhante.

Entretanto, lamentavelmente, meu Estado, o Estado de Sergipe, está numa situação mais grave e já atingiu o “limite prudencial” que é de 46,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), que é a soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, com algumas deduções legais, como as Transferências Constitucionais e Legais.

A saúde financeira das contas públicas do Estado de Sergipe está, já, há algum tempo, verdadeiramente, na UTI, e claro, atinge diretamente o nosso povo, a nossa gente, especialmente os servidores públicos. Os reajustes de salários, definidos por lei, de algumas categorias do funcionalismo público estadual, não foram cumpridos há muitos anos. Os salários dos servidores têm sido parcelados e o resultado de tudo isso tem sido greves, greves legítimas, mas não sem prejuízo à comunidade sergipana.

Ainda ontem, neste plenário, falei que desde o dia 3 de agosto, policiais civis e delegados de Sergipe estão realizando a Operação Parcelamento, justamente porque o Governo de Sergipe decidiu, de maneira covarde – de maneira covarde – parcelar o salário dos servidores públicos. Diante desse quadro, os policiais civis e os delegados sergipanos decidiram iniciar esta operação, que consiste na redução das atividades de polícia judiciária em resposta a esse cruel parcelamento.

Isso, Sr. Presidente, sem falar em todas as outras categorias do funcionalismo público sergipano, como os professores, que fizeram greve para reivindicar legitimamente seus direitos e foram desrespeitados e tratados com total descaso pelo Governo sergipano; sem falar nos auxiliares e técnicos de serviços diversos, enfermei-

ros e médicos do hospital de urgência de Sergipe, que além de lidarem dia a dia com condições desumanas de trabalho, ainda precisam encarar os salários parcelados. É uma verdadeira maldade, uma perversidade!

Contudo, Sr<sup>a</sup> Presidente, colegas Senadores, como se já não bastassem todas as dificuldades, todas essas mazelas e todo tipo de comprometimento financeiro, com dívidas que se foram sobrepondo, o Governo do meu Estado decidiu inovar de forma maldosa, perversa, mais uma vez. Dessa vez, cria um tipo de empréstimo que, no mínimo, pode ser caracterizado como uma espécie de confisco, como uma apropriação indébita, um fato de extrema gravidade para o Estado de Sergipe e para todos os seus cidadãos. Imaginem que o Governo do meu Estado está querendo tomar emprestado quase R\$1 bilhão em depósitos judiciais, dos quais o Governo não é parte, mas depósitos judiciais de qualquer cidadão, do mais pobre ou mais rico, da pequena à maior empresa sergipana, de empresas, de pessoas físicas, para garantir, segundo informações, o pagamento do funcionalismo público ou para fazer outra ganância qualquer.

Isso, em verdade, caracteriza-se como apropriação indébita de valores particulares, fato inconcebível, inaceitável, pura maldade, pura irresponsabilidade. E, pior, diante de tal situação financeira do Estado, qual a garantia de que, ao final dos processos, ao final do julgamento, as sentenças sejam cumpridas, ou seja, o cidadão tenha a possibilidade de ter o seu direito garantido?

Segundo informações, o Governo propõe o ICMS como garantia, mas também já pegou antecipadamente todos os *royalties* e, nos últimos anos, só tem vivido de empréstimos, e, dessa vez, inova, criando um novo tipo de empréstimo, que, na verdade, prefiro chamar de confisco. Toda a arrecadação do Estado já está suficientemente comprometida com as despesas de pessoal.

Há cerca de um mês, esse mesmo pleito do Governo do Estado iria ser apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – está aqui o Deputado Capitão Samuel para testemunhar –, mas o próprio Governo entendeu que a sociedade sergipana e o Poder Judiciário não concordaram e foi retirado o pleito de pauta. Agora o Governo volta a insistir nessa questão. Conclamo a OAB sergipana, as instituições para que se unam, porque a Amase, Associação Magistrados de Sergipe, já se manifestou claramente, repudiando tal atitude do Governo de Sergipe. Com certeza, o Judiciário e o Legislativo do meu Estado não permitirão, se unirão e defenderão os direitos legítimos do nosso povo e da nossa gente.

Inclusive a Associação Magistrados de Sergipe – Amase –, através de seu nobre e ilustríssimo Dr. Gustavo Plech, já se manifestou contrariamente a esse pleito.

Sr<sup>a</sup> Presidente, colegas Senadores, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou pela inconstitucionalidade em situações semelhantes em outros momentos.

Espero que o Governo do meu Estado não cometa mais essa insensatez de pegar, de realizar esse confisco do povo sergipano. O povo sergipano não merece isso. Isso, se acontecer, é confisco. Retirar do cidadão que, muitas vezes, não tem como vestir e não tem como comer, não tem como comprar o medicamento, para dar garantia nos depósitos judiciais.

Sr<sup>a</sup> Presidente, para finalizar, eu não poderia deixar de expressar aqui o meu respeito e a minha admiração à Marcha das Margaridas, que é considerada a maior manifestação pelos direitos das mulheres no mundo. Mulheres de todos os segmentos da sociedade, que lutam por mudança em estruturas históricas, que ainda sustentam as desigualdades e a discriminação no Brasil e seguem buscando ações de combate à pobreza no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma sociedade sem preconceito de gênero, de cor, de raça, de etnia, sem homofobia e sem intolerância religiosa.

Aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, colegas Senadores, quero homenagear todas as margaridas, por meio da Margarida Maria Pureza dos Santos, do povoado São José, no Município sergipano de Japaratuba, que faleceu durante a marcha, que faleceu lutando, como disse aqui o Senador Jorge Viana, buscando os seus direitos, ou melhor, não só os seus, mas, com certeza os direitos de muitas outras margaridas, os direitos de muitas famílias brasileiras, a luta pela dignidade.

Estendo aqui o meu sentimento de pesar a toda família de Maria Pureza dos Santos, a todas as mulheres sergipanas, a todas as margaridas brasileiras. Maria Pureza dos Santos, verdadeiramente, faleceu lutando.

Que Deus a ilumine! E sua família, com certeza, vive este momento muito triste, mas um momento realmente de orgulho para uma mulher simples como essa, que na sua luta veio a perder a sua vida.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senador.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, está acontecendo algo muito grave nesta Casa no dia de hoje. Nós estávamos numa reunião da Comis-

são Especial para discutir o projeto do Senador José Serra, que fala sobre a Petrobras, os 30% a que a Petrobras tem direito no pré-sal, e não deixaram que os trabalhadores da FUP entrassem na sala de reunião. Não houve nenhum fato, não houve nenhum aplauso, nenhuma vaia. Simplesmente impediram.

Mas o fato mais grave é que a Federação Única dos Petroleiros, entrou com *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, para garantir, Senador Humberto, a presença de 15 pessoas acompanhando todos os trabalhos da Comissão. E o Supremo decidiu. Deu o *habeas corpus* favorável, inclusive ao seu presidente, José Maria Ferreira Rangel, e mais 15 membros.

O que aconteceu? A direção desta Casa colocou o nome dessas quinze pessoas que tinham ganho o *habeas corpus* nas portarias, e essas pessoas que tinham conquistado esse *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal foram impedidas de entrar neste Senado Federal.

Essa é só uma das arbitrariedades, Sr<sup>a</sup> Presidente, mas há outras. Na semana passada a Comissão foi instalada, e houve uma grande polêmica. Primeiro porque nós achávamos que devia haver um critério de proporcionalidade. Se o Presidente indicado pelo Senador Renan Calheiros foi o Senador Otto, que é do bloco PMDB/PSD, pelo critério da proporcionalidade, o justo seria que o relator fosse indicado pelo segundo bloco, no caso o bloco do PT e da maioria do Governo. Pois bem, não aceitaram.

Mas, na semana passada, Senadora Lídice da Mata, o Presidente, indicou os catorze nomes, e eu liguei para o Presidente, liguei para o Bandeira e disse: "Olha, o PT quer indicar seus nomes." Então, apresentamos uma lista: meu nome, o Senador Humberto Costa, a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Telmário. Parece que V. Ex<sup>a</sup> também lançou outros nomes, colocando o nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

O fato é que nós acabamos de conquistar a maioria na Comissão.

Havia oito Parlamentares com posições contrárias ao projeto do Senador José Serra e seis Parlamentares favoráveis.

O que acontece no dia de hoje? O Presidente Renan volta atrás em sua posição e indica os representantes do PT e do PSB. Desconsiderou a nossa posição. Tirou o Senador Humberto, tirou a Senadora Fátima, tirou o Senador Telmário.

Senadora Lídice, eu estava buscando um consenso. Eu tinha conversado com o Senador Requião diante do impasse que existia na Comissão, até mesmo de aceitarmos o que achávamos que era absurdo, de o relator ser o Senador Ricardo Ferraço, de ficarem dois do mesmo Bloco. Estava conversando com o Senador Requião, pensando em preparar um relatório paralelo, e, ao final, nós votamos. Agora, do jeito que está, com essa interferência nos nomes que nós escolhemos, não dá para aceitar!

Eu tive uma discussão áspera com o Presidente Renan, porque ele não pode se espelhar em Eduardo Cunha, nas posições autoritárias dele na Câmara. Se ele quer nos colocar para fora da Comissão, é só nos dizer.

Então, nós saímos da Comissão, estamos protestando contra essa composição, essa indicação pelo Presidente do Senado, desrespeitando as nossas posições, as nossas indicações. Queríamos também protestar contra este abuso: o Supremo deu *habeas corpus* para 15 representantes da Federação Única dos Petroleiros. O que houve foi o efeito contrário: a Presidência da Casa determina que essas pessoas não entrem no Senado Federal.

Estou aqui indignado! Se prevalecer essa posição, não nos resta outro caminho senão sair daquela Comissão. Eu não entendo a paixão do Presidente Renan por esse tema, parece mais envolvido que o Senador José Serra. Ele está agindo de forma desproporcional, e, digo mais, desrespeitosa com os Senadores da Casa.

Estou fazendo este desabafo aqui. Estou doido que o Presidente Renan chegue a essa Mesa, porque eu e outros Senadores vamos fazer esse questionamento a ele, pois essa não é a postura dele, ele sempre teve outro trato aqui.

Então, queria aqui fazer este protesto. Nós saímos dessa Comissão se não houver uma mudança de linha. Nós vamos nos reunir nesta tarde, os Senadores todos, para conversarmos sobre esse tema, porque dessa forma nós não podemos participar de uma Comissão como essa.

Muito obrigado, Senadora Lídice, por esse tempo.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senadora Vanessa.

Antes de V. Ex<sup>a</sup> se pronunciar, levando em conta a fala do Senador Lindbergh, gostaria de dizer que, como Presidente *ad hoc* neste momento, eu posso encaminhar essa situação para o Presidente Renan e conversar com ele no sentido de que nós possamos encontrar um denominador comum, porque estamos buscando dentro do Senado exatamente uma convivência mais proativa. Eu creio que o Senador Renan ficará aberto a nos ouvir.

Muito obrigada.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero apenas corroborar o que disse o Senador Lindbergh. Em primeiro, registro o equilíbrio com que V. Exª acolhe a questão de ordem do Senador Lindbergh, mas este é um tema que, de fato, nós precisamos tratar com o Presidente da Casa, Senadora Lídice, Senador Renan Calheiros.

Num primeiro momento, ele formou uma comissão com 27 membros. V. Exª indicou o meu nome, e lá estava eu. Num segundo momento, o Presidente da Casa mudou a Comissão e me colocou na condição de suplente. Foi quando eu me dirigi à Líder do nosso Bloco, que é V. Exª, que, imediatamente, encaminhou um ofício em nome do nosso Bloco, da Liderança do nosso Bloco, para que meu nome fosse recolocado como membro efetivo. Até agora não aconteceu. A informação que temos é que não foi acatado o pleito pelo Presidente da Casa. Este é um problema: a composição da Comissão.

Um segundo problema: hoje, quando eu chegava, na reunião já em curso – eu até fui um pouco indelicada com o Senador Lindbergh Farias, porque estava utilizando da palavra no momento em que adentrei a Comissão –, confesso que adentrei a Comissão muito chateada, Presidente, porque encontrei em torno de oito trabalhadores da Petrobras nos corredores. E eu disse em tom de brincadeira: “Vamos entrar, gente, vocês não vão acompanhar a sessão?” Disseram: “Não, Senadora. A senhora não está vendo a barreira ali? Eles nos proibiram. O Presidente proibiu a nossa entrada.” Aí eu questioneei a eles: “Vocês estavam dentro e foram retirados porque desrespeitaram o Regimento?” “Não, Senadora, nós sequer tivemos o direito de entrar na sala.” Então, eu entrei na sala, solicitei ao Presidente da Comissão, Senador Otto, que revisse a sua decisão, porque o Regimento é claro, a Constituição é clara: nossas sessões são públicas. Até as pessoas podem ser retiradas de qualquer recinto desta Casa quando desrespeitam o Regimento, mas não era o caso, porque a eles sequer foi dado o direito de entrar na Comissão.

Pedi que ele revisse a sua decisão. Ele não o fez. Não me coube alternativa se não sair da reunião, porque é a nossa atividade, Senadora Lídice, como Senadora e Senador da República, que fica tolhida. Nós não fomos eleitos para fazer reunião secreta. “Ah, porque aquelas pessoas que estavam lá, na reunião anterior ou no corredor ou não sei onde, desrespeitaram um Senador.” Mas isso foi antes. Não foi naquela sessão. Eu conversei com os servidores. “Vocês entram, sabem, conhecem o Regimento?” “Conhecemos, Senadora.” Eu disse: “Olha, se qualquer um fizer qualquer manifestação de apoio ou de desaprovação a quem quer que seja aqui dentro, eu serei a primeira a apoiar a atitude do Presidente e pedir o esvaziamento.”

Na sessão do Congresso Nacional foi isso o que aconteceu: o Presidente Renan teve de pedir esvaziamento, mas ele jamais, em momento nenhum, impediu a entrada das pessoas. Foi o que aconteceu hoje na Comissão. Então, eu quero aqui fazer... Que V. Exª, da mesma forma, encaminhe para que, na Ordem do Dia, a gente possa fazer uma reclamação em relação ao colega. Lamento muito! Lamento muito ter de fazer isso, mas o faço, porque o Presidente tem poder, mas ele não tem um poder acima do Regimento da Casa, ele não tem um poder acima da Constituição e, tampouco, poder acima das leis.

Então, fica a reclamação. Eu acho que nós temos de resolver esse problema no diálogo, mas eu não poderia, da mesma forma que fez o Senador Lindbergh, deixar de vir aqui ao plenário, fazer esse registro e dizer que vamos retomar esse diálogo durante a Ordem do Dia.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida, Senadora. V. Exª usa do instrumento que o Regimento lhe permite. No entanto, eu quero apelar à senhora e ao Senador Lindbergh no sentido de que nós possamos, antes mesmo da Ordem do Dia, conversar com o Senador Renan para que possamos ter uma Ordem do Dia mais tranquila. Muito obrigada.

Faria uso da palavra, neste momento, como orador inscrito, o Senador Lasier Martins. No entanto, ele trocou de lugar com o Senador inscrito, como Líder, que é o Senador Hélio José. Na verdade, é uma troca... Falaria o senhor e, depois, Hélio José. Vocês trocaram e, portanto, chamo o Senador Hélio José para usar da palavra no tempo regimental.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar V. Exª, Senadora Lídice da Mata, pela condução dos trabalhos; quero agradecer ao Senador Lasier por essa gentileza de troca. Fico bastante lisonjeado com essa deferência de nosso querido Senador pelo Rio Grande do Sul. Gostaria de cumprimentar nossos ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado, nesta tarde importante. Quero, também, antes de começar minha fala, meu discurso, me solidarizar com o que foi aqui colocado e concordar com os encaminhamentos que V. Exª colocou sobre as questões de ordem. Pelo que conheço do Senador Renan, eu acho que ele vai ter tranquilidade de conversar, dialogar e contornar essa questão. Acho que é um mal-entendido que será resolvido. Concordo, plenamente, com seu encaminhamento.

Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, vou falar sobre a saúde no Distrito Federal. Hoje, eu tive o privilégio de ir à Comissão de Direitos Humanos desta Casa e aprovar duas audiências públicas para discutir a questão grave da saúde aqui no Distrito Federal, que é um caos. E no Brasil não está muito diferente.



Nesse sentido, em nome do meu Partido, o PSD, que é composto por quatro Senadores nesta Casa, vamos promover essa audiência pública, com vários representantes tanto do Senado Federal quanto do Governo, do Executivo de Brasília e do Brasil, para discutir a problemática da saúde aqui e no Brasil e dar um novo rumo para a saúde no Distrito Federal, colaborando com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há exatos três meses, no dia 12 de maio, estive nesta tribuna para homenagear os enfermeiros, por ocasião de seu dia comemorativo.

Na mesma oportunidade, Sr<sup>a</sup> Presidente, fiz algumas observações e reflexões sobre a situação da saúde no Distrito Federal. Quis, daquela vez, chamar a atenção para o estado desolador em que se encontrava a saúde pública no DF. Infelizmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as perspectivas hoje continuam desanimadoras. A verdade é que a saúde no DF continua enfrentando uma crise grave e aguda, que precisamos superar antes que se torne um problema crônico e permanente.

Tanto é assim, Sr<sup>a</sup> Presidente, que o Governador Rodrigo Rollemberg prorrogou por mais seis meses, até janeiro do próximo ano, a decretação do estado de emergência na saúde aqui no DF. A medida já havia sido tomada no início deste ano para dar aos gestores mais flexibilidade e agilidade. Os problemas eram e são ainda graves, como falta de remédios, falta de pessoal, ameaça de suspensão de pagamentos de salários, sem falar nas questões de infraestrutura precária, falta de leitos e espaços físicos degradados nos hospitais e postos de saúde. Esse procedimento, de decretar o estado de emergência, no entanto, não pode se eternizar. Nenhuma emergência pode ser permanente.

A própria Justiça já se pronunciou: em maio deste ano, a Segunda Vara da Fazenda Pública do TJDF proferiu sentença em ação movida pelo Ministério Público do DF, na qual dá o prazo de um ano para que o GDF regularize a situação da saúde pública, em especial no que se refere às contratações temporárias. A sentença estipula uma série de determinações, que devem ser cumpridas, sob pena de multa.

No começo deste mês, o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal deu início ao seu programa anual de visitas às unidades de saúde do DF. O primeiro hospital a ser visitado foi o Hospital de Base.

A lista de problemas encontrados não é nenhuma novidade: internação de pacientes pelos corredores, poucos profissionais, problemas no sistema Siga Brasília, pacientes em estado grave sem atendimento adequado, leitos de UTI fechados, falta de medicamentos básicos, como anestésicos e antibióticos, equipamentos sem contrato de manutenção. Em um quadro desses não é difícil entender por que neste ano pelo menos sete pessoas já morreram contaminadas com superbactérias em unidades hospitalares do Distrito Federal.

No primeiro semestre deste ano, já sob a vigência do estado de emergência na saúde, o Governo diz que começou a equacionar alguns problemas. Os medicamentos com estoque zerado caíram de 300 para 73, e foram reabertos 50 leitos de unidades de terapia intensiva que estavam desativados. Houve concurso público para reduzir a carência de servidores, mas apenas 335 dos mais de 500 chamados tomaram posse. No início do ano, falava-se em um déficit de mais de 2 mil médicos e 2 mil técnicos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ou seja, os avanços vêm a conta-gotas, mas as necessidades do cuidado com a saúde continuam prementes e urgentes. É preciso, na medida do possível, acelerar esse processo.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há menos de um mês, um novo titular assumiu a Secretaria da Saúde do DF – trata-se, aliás, de pessoa bem conhecida desta Casa, o Consultor de Orçamento Sr. Fábio Gondim – com a promessa de promover um choque de gestão na área de saúde no Distrito Federal. Já tive a oportunidade de me encontrar com ele e de manifestar meu empenho e meu compromisso em ajudar no que estiver ao meu alcance. Esta é, afinal, como anunciei desde o início de meu mandato, uma de minhas prioridades.

O desafio da gestão da saúde, como bem se sabe, não é pequeno. Os custos são altos, as necessidades são grandes e prementes, o trabalho é ininterrupto, os riscos são elevados e os cuidados, correspondentemente, devem ser redobrados. Manter em bom funcionamento um sistema tão complexo e tão vasto não é tarefa pequena. Recuperar um sistema sucateado e precário é ainda mais difícil. É tentar trocar o casco de um navio em alto-mar. Não podemos parar tudo para consertar. As pessoas não vão deixar de ficar doentes, não vão suspender temporariamente suas necessidades médicas. Temos de atender as pessoas ao mesmo tempo em que resolvemos os problemas que, justamente, impedem o bom atendimento das necessidades da população. Não é simples, disso todos nós sabemos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Estou concluindo, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Justamente por isso, Srª Presidente, é preciso aliar competência com diligência, além de uma vontade decidida e forte o bastante para dirigir os esforços por longo tempo. Como eu disse há pouco, o Governador Rollemberg renovou no mês passado, por mais seis meses, a decretação do estado de emergência na saúde no DF.

Ele não foi, no entanto, o primeiro a fazer isso. Seu antecessor, Governador Agnelo Queiroz, também já o havia feito no início de seu mandato, em 2011. Médico que era, chegou a assumir temporariamente a Secretaria de Saúde. Ou seja, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a situação de emergência não é de hoje. Há muito, a saúde no DF está mal. É uma emergência que, paradoxalmente, já está se tornando crônica.

Estou concluindo.

No começo do ano, o GDF assinou com o Ministério da Saúde um termo de cooperação para a troca de conhecimentos, experiências e tecnologias, para aprimorar a gestão de saúde no DF.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF) – Tivemos notícia de que, em julho, o Ministério entregou ao Governador um relatório com um diagnóstico do modelo de gestão e assistência à saúde do DF. Esperemos, Srª Presidente, que esse relatório seja o pontapé inicial de uma série de mudanças para melhorar a saúde no Distrito Federal.

Quero encerrar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, mais uma vez exprimindo meu compromisso com o esforço para salvar o sistema de saúde do DF e colocando-me inteiramente à disposição, como coordenador da Bancada do Distrito Federal e dentro do que me cabe como representante de Brasília nesta Casa, para continuar lutando pela efetividade do direito que todos temos à saúde.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Agradeço, mais uma vez, ao nosso querido Senador Lasier a gentileza que me fez.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço ao caro Senador Hélio José, que convido para sentar à mesa.

E convido também o Senador Lasier, para que possa usar da palavra como orador inscrito.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Presidente Lídice da Mata, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, a nossa Capital Federal está se transformando não num vale de lágrimas, mas num planalto de lamúrias, de lágrimas, tanto quanto esta tribuna.

Há poucos instantes, tínhamos aqui o Senador Eduardo Amorim descrevendo a calamitosa situação que vive seu Estado de Sergipe, inclusive às portas do parcelamento dos salários dos funcionários públicos, o que já ocorre no meu Estado.

Temos informações de que Goiás e Paraná também vivem situações críticas, mas nenhuma delas como a que vive o meu Estado do Rio Grande do Sul, situação dramática jamais vivida. Informar o que lá está se passando é repisar o lugar-comum, porque o País inteiro já sabe disso pelos noticiários e também pelos pronunciamentos que têm sido feitos desta tribuna.

O Rio Grande do Sul faliu, Srª Presidente, não tem recursos para pagar funcionários, não tem recursos para repassar às prefeituras. Alguns hospitais estão fechando. A criminalidade aumenta, porque parte da Polícia do Rio Grande do Sul está em greve. Só registram ocorrências graves. Os jornais estão registrando que dobrou o número de roubos de automóveis na capital e na região metropolitana de Porto Alegre. Até bem pouco tempo, a média de roubo de automóveis era de 25 por dia e, agora, é de 42 por dia. Quer dizer, é o caos.

Se isso não bastasse, ontem, ao fim da tarde, o governo gaúcho foi comunicado do bloqueio da parcela que já estava disponível ao Rio Grande do Sul para atualizar salários dos funcionários. Esses R\$60 milhões foram sequestrados, enquanto mais R\$203 milhões estão para serem sequestrados, à medida que forem entrando no caixa do Rio Grande do Sul. Quanto à dívida que meu Estado tem, pelo acordo de 1998, a prestação é de 13%, e o normal é uma prestação mensal de R\$263 milhões. Então, agora, em vez de o Governador esperar pelo resultado das entradas para atualizar o salário de seus funcionários, ele é obrigado a recolher, para pagar a dívida com a União, sem nenhuma compaixão, sem dó nem cortesia.

O Governador gaúcho, que, ontem à noite, veio para Brasília, deixou de ser recebido hoje, pela manhã, às 10h30, conforme estava agendado, pelo Ministro da Fazenda, o Ministro Levy. Foi recebido pelo Diretor do Tesouro. Daqui a instantes, em um dos plenários da Câmara dos Deputados, o Governador Sartori, do Rio Grande do Sul, estará reunido com a bancada do Rio Grande do Sul, para expor o resultado de seus contatos em Brasília. Mas já temos a informação extraoficial de que, até este momento, não há nada concreto.



A situação é inevitavelmente caótica sob todos os aspectos. A diferença é que o Rio Grande do Sul, Sr<sup>a</sup> Presidente, tem uma crise econômica. Falta recurso, não há recurso para nada. Não há mais de onde tirar recurso. Os depósitos judiciais estão esgotados. O Governador anterior consumiu os R\$6 bilhões que lá estavam. A capacidade de endividamento também está esgotada. O Rio Grande do Sul não pode tomar empréstimos. Hoje, o Governo do Rio Grande do Sul não tem dinheiro para comprar uma bicicleta, não tem dinheiro para comprar nada, não tem dinheiro para pagar seus funcionários. E a arrecadação de impostos vem caindo terrivelmente, verticalmente. A diferença é que o Rio Grande do Sul sofre uma crise econômica, diferente da crise que sofre a União, que é uma crise econômica, uma crise política e crise moral, por tudo que sobejamente se sabe e se tem acompanhado.

Isso significa, Sr<sup>a</sup> Presidente, o fim de um ciclo, um ciclo de práticas erradas, de vícios gerenciais que fracassaram. Quem sabe haverá até o esgotamento de um sistema de governo? Nesta hora, se tivéssemos o sistema parlamentarista, a Chefe do Governo estaria automaticamente sendo substituída, sem nenhum abalo quanto a isso. Mas esse presidencialismo imperial que vivemos vem fracassando, principalmente quando o eleitorado brasileiro se equivoca na escolha, porque aí tem de suportar o mau governante por quatro anos. É o que se desenha neste momento.

Não falamos em *impeachment*, porque não há fundamento jurídico para pensar em *impeachment*. Se vierem elementos do Tribunal de Contas da União ou do Tribunal Superior Eleitoral, quem sabe se abre uma discussão? Mas, no momento, isso é incogitável. A tendência do momento é suportarmos os erros da governante, que não estava preparada para assumir o Brasil. Nessa confusão em que vive, ela está cercada de adversidades em seu próprio Partido, que está dividido. Há conflitos entre os Presidentes das Casas do Congresso. Há manifestações da opinião pública, que se prepara para a maior passeata da história do País em todos os tempos, no próximo domingo.

Então, crise pouca é bobagem, Sr<sup>a</sup> Presidente! Agora, como é que nós vamos sair disso? É hora de pensarmos profundamente na reforma política, que não estamos sendo capazes de fazer. Integro a Comissão de Reforma Política e estou frustrado, porque não passamos, até agora, de uma cosmética reforma eleitoral.

Os grandes fundamentos políticos precisam ser discutidos, como o nosso sistema e o Pacto Federativo, que não existe, que não passa de ficção, apesar de a Constituição dizer que somos uma República Federativa, composta de Estados e de Municípios, com autonomia administrativa. Isso é ilusório. Não há autonomia administrativa, porque não há recursos. É preciso rever outra distribuição de recursos que impeça o esbanjamento, o desperdício e as falhas de fiscalização nas estatais que vêm causando as maiores corrupções e desvios no País.

Então, os erros são incontáveis. Por isso, que todo esse caos que estamos vivendo não apenas no meu Estado – hoje, a crise se alastra para os demais Estados, pelos comunicados de que estamos tomando conhecimento –, que tudo isso sirva, finalmente, para uma profunda reflexão. Nós, que temos enormes responsabilidades com aqueles que nos mandaram para cá, para o Congresso Nacional, temos de, sem perda de tempo, alterar os costumes, as práticas que estamos vivendo neste País. Precisamos, Sr<sup>a</sup> Presidente Lídice, de uma guinada na vida administrativa do País.

Ontem, o Senador Renan desfiou uma série de medidas que ele está a fim de pôr em execução. É o que nós esperamos. Que não fique apenas no discurso! Poderá ser um começo de mudança dos hábitos políticos, mas a verdade é que não há mais tempo a perder. O Brasil precisa mudar.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador Lasier. Solidarizo-me com a situação do Estado do Rio Grande do Sul, desejando que se possa encontrar um caminho de saída para a situação desse grande Estado brasileiro.

Quero registrar a presença dos alunos do ensino médio do Instituto Adventista Brasil Central, de Abadiânia, agradecendo a presença de todos que estão na galeria.

É com enorme prazer que o Senado Federal recebe vocês, jovens, para conhecerem a atuação dos representantes do povo brasileiro.

Peço ao Senador Garibaldi Alves para assumir a Presidência, para que eu possa me dirigir à tribuna.

*A Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, além de registrar a presença dos jovens, quero dar as boas-vindas aos Deputados que, há pouco, estavam aqui, na nossa sessão, acompanhando seu desdobramento, em particular ao Deputado Estadual Marquinhos Viana, do meu Estado da Bahia. Agradeço sua presença no Senado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento, como diversos oradores o fizeram, homenageando a Marcha das Margaridas, essa Marcha que, por cinco anos, tem trazido e registrado a movimentação, a mobilização de milhares e milhares de mulheres brasileiras que, do campo e da cidade, para Brasília se dirigem, para trazer e colocar na pauta do Brasil a agenda dos direitos da mulher, a agenda da participação feminina na política, na vida política do nosso País.

Hoje, pela manhã, o Senado Federal realizou, por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, uma sessão especial em homenagem à Marcha das Margaridas. Não pude, Sr. Presidente, estar presente, porque eu estava dirigindo uma audiência pública, em que se debateu a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas no Estado do Tocantins, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa.

Mas não é possível, ao tempo em que registramos a Marcha das Margaridas, deixar de registrar também que estamos vivendo um momento extremamente importante da vida nacional. É um momento de dificuldades em que vive o nosso País, um momento de dificuldades na economia e de dificuldades na política. Não creio que o Senado Federal se negará a tomar a decisão correta de não contribuir para o aprofundamento da crise.

Pelo que todos os Senadores têm falado, Sr. Presidente, quaisquer que sejam suas legendas... Ontem, vimos e ouvimos isso quando do pronunciamento do Senador Presidente da Casa, Renan Calheiros. Inclusive, parte da oposição se pronunciou sobre a iniciativa do Presidente Renan de trazer à tona uma pauta propositiva, para que o Senado Federal pudesse assumir uma posição de protagonista nesta discussão sobre as saídas da crise brasileira.

Que nós, no Senado, não apostemos no “quanto pior, melhor”. É certo que a população brasileira não espera isso de nós. É certo que, quando voltamos aos nossos Estados, o que ouvimos é que as pessoas desejam uma saída para crise política e para a crise econômica. E esta é a missão dos Senadores que estão neste Senado neste momento: apresentar-se de maneira corajosa no enfrentamento deste debate, no sentido de dar condições de governabilidade à Presidente da República, no sentido de afastar do Senado Federal e, por que não dizer, do Congresso Nacional... Não vejo a possibilidade de esse movimento ocorrer apenas no Senado Federal. Ele tem de ocorrer no Senado e na Câmara, fazendo com que o Congresso Nacional assuma uma posição de responsabilidade com povo brasileiro, porque quem paga o principal preço da crise são os trabalhadores brasileiros. Não podemos, por nenhuma razão, distanciarmo-nos dos interesses daqueles que mais precisam do Governo, que precisam de um governo que seja capaz de retirar o Brasil do perigoso caminho de aproximação de uma recessão econômica como a que vivemos.

A garantia dos empregos, a garantia da retomada do desenvolvimento, a garantia da segurança dos investimentos dos empresários brasileiros não são de responsabilidade apenas do Governo Federal ou do Poder Executivo, mas são também de responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e, portanto, do Congresso Nacional, que tem de se pronunciar claramente contra a hipótese de apostar no caos, de apostar num Congresso que contribua para aprofundar a crise. É preciso se colocar claramente, de forma decidida, contra o aprofundamento da crise, numa posição absolutamente propositiva, para buscar saídas.

A pauta apresentada pelo Senador Renan – a quem parabeno pela iniciativa – não é uma pauta que nos unifique. Nós temos divergências, muitas, naquela pauta. Alguns Senadores, inclusive, já destacam aqui a questão do SUS, que acho que deve ser afastada da pauta.

Acho que o caminho será nós encontrarmos, até ampliarmos num primeiro momento a pauta, para depois cada partido escolher a sua prioridade de apoio a pontos daquela pauta, para que, finalmente, possamos chegar a cinco ou seis pontos que representem a posição não apenas do Presidente da Casa, mas uma agenda de todos os partidos, do Senado Federal, para ser oferecida como contribuição à Presidência da República e ao Poder Executivo.

Nesse momento, nós estamos certamente recebendo o Ministro da Fazenda, que vem ao Senado para intensificar esse diálogo com esta Casa de leis e esta Casa revisora, para que nós possamos trocar ideias sobre que agenda é possível. E eu não tenho dúvida de que a crise do Rio Grande do Sul aponta, Senador Paim, para que entre com prioridade na pauta de saída da crise a situação do Pacto Federativo, a situação dos Estados brasileiros.

Quanto pior for a crise, mais rapidamente ela se abaterá sobre os Estados, cada um do nosso País, especialmente aqueles mais pobres, como os nossos Estados do Norte e do Nordeste, Presidente. Por isso mesmo, nós temos maior responsabilidade ainda de apresentar saídas para essa situação.

Não se pode, em nome da aprovação ou da desaprovação de um presidente, se colocar na pauta prioritária da Nação uma discussão sobre *impeachment*. Trata-se, sim, de assumirmos as responsabilidades, de apontarmos o caminho e o caminho de saída. E esse caminho de saída tem que fazer com que a pauta do Pacto Federativo assuma prioridade. Sair da crise, mas sair fortalecendo os Estados; sair da crise, mas sair fortalecendo os Municípios. É isso que nós desejamos nesse momento.

Portanto, creio que nós não devemos fugir e criar a unidade. Se não houver consenso, por maioria, apresentarmos a discussão de projeto que já está em andamento na Casa, o projeto do Senador Randolfe, de discussão da repatriação de recursos, vinculando-se também à PEC de unificação do ICMS, que não passará se nós não tivermos definido claramente o fundo de compensação, e esse fundo de compensação com os recursos que lhe darão sustentação definidos também.

Por isso, Sr. Presidente, eu creio que nós não devemos sequer nos limitar à discussão dessa imensa, importante pauta colocada, mas redefinir, primeiro, a votação, até hoje, do fim do processo do projeto de ajuste fiscal, aprovando o projeto que já está na pauta prioritariamente...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e, logo depois, aprovando o projeto do Senador Randolfe, de repatriação de recursos. E, finalmente, quem sabe na próxima semana, já poderemos nos debruçar para apreciar a PEC relatada pelo Senador Walter Pinheiro no sentido de que tenhamos uma nova base de ICMS, unificada, mas com garantias claras para os Estados, aqueles Estados que são mais pobres deste País e que se beneficiaram da chamada guerra fiscal para poder, realmente, atrair investimentos.

Esta é a nossa posição, Sr. Presidente, com clareza, porque nós não podemos apostar no caos, não podemos apostar na situação do “quanto pior, melhor” e temos que garantir à Presidente da República as condições...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Continuo, Sr. Presidente, agradecendo a sua paciência: as condições de governabilidade que o povo brasileiro precisa, para garantir também que o País não aprofunde a crise econômica em que se encontra.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata e concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, como Líder da Bancada do DEM (Democratas).

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, o atual Governo não cansa de praticar barbaridades contra o setor da saúde e dos médicos deste País.

Sr. Presidente, nós fomos surpreendidos com um decreto assinado pela Presidente da República, no último dia 5 de agosto, ou seja, na última quinta-feira, em que a Presidente se arvora de legisladora. Ela extrapola as prerrogativas de Chefe do Executivo e baixa um decreto em que ela inova no sentido de desconsiderar, de anular tudo aquilo que as entidades e sociedades de especialidades fizeram no decorrer de todos esses anos.

Nós temos duas grandes linhas da Medicina no mundo: são, sem dúvida nenhuma, a tendência americana, que é mais de livre mercado, e a da Inglaterra, que é mais no sentido de apoio a esse mesmo sentimento que nós temos no País, do ponto de vista social, e também no atendimento das pessoas mais carentes, necessitadas e desprovidas desses seguros, como é a linha do SUS.

Sr. Presidente, a Presidente da República resolveu anular tudo que nós já fizemos no Brasil no avanço da qualificação do médico e revolveu apoiar agora a linha cubana. Esse decreto deixa clara a linha que a Presidente pretende implantar, dando prerrogativas a um Ministro da Saúde, que agora vai decidir se realmente o cidadão que tem a vocação para ser cardiologista terá vaga na residência para poder fazer cardiologia ou não.

Ele vai dizer que as informações que são repassadas por todas essas entidades, como as sociedades de especialidades que temos no Brasil muito bem articuladas, vão ser comparadas e terão equivalência a cursinhos de mestrado, de alguns doutorados que são feitos, como também alguns outros projetos com o intuito de ter aquela “pós-graduação” – entra aspas –, que, muitas vezes, é vendida com mensalidades altas e com pouca capacidade de crescer algo ao cidadão.

Mas eu acredito que os colegas Senadores e Senadoras, quando ouvirem a Presidente e o Ministro da Saúde falarem em mais especialistas, acreditaram que nós, médicos especialistas, estaríamos preocupados com a concorrência e que, por isso, estaríamos fazendo essa crítica.

O Ministro Chioro deu uma declaração dizendo que a postura das entidades representativas do setor da medicina, do setor médico era patética. Sr. Presidente, realmente, é constrangedor para a classe médica ouvir algo de um ministro que não tem qualificação moral para atingir a nossa classe nesses termos, até porque ele não se qualifica como médico. Ele se qualifica muito mais como um cidadão que conhece bem da área de seguros de saúde, um administrador de seguros de saúde, e vem tentando desqualificar o nosso trabalho.

Eu quero pedir aos meus colegas Senadores e Senadoras que prestem atenção naquilo que o Governo exatamente propôs. Como ele quer criar uma equivalência entre cursos que são dados hoje nas residências

médicas para nós sermos especialistas e aquilo que ele deseja fazer a partir de agora para que o Ministério da Saúde o reconheça especialista?

O cidadão sai da faculdade e tem de fazer um concurso duro, passar para uma residência médica – dependendo da especialidade, são três anos de residência numa carga horária de 2.880 horas por ano, mais de oito mil horas para atingir o final da sua residência médica. Depois disso, faz uma prova de seleção para saber se ele é aprovado naquela especialidade e, aí sim, ele é reconhecido como especialista.

O Governo, então, resolve implantar o modelo cubano. Ele diz o seguinte: a partir de agora, o médico que puder fazer uma parte de mestrado e doutorado, em que temos 240 horas para fazer o curso – quantas horas na parte prática, ou seja, operando, atendendo paciente? Zero. Nem um minuto na parte que se faz aqui de mestrado ou doutorado. No doutorado, 360 horas. Essas pessoas, médicos que fizeram esses cursos, poderão receber amanhã do Ministério da Saúde, de acordo com critérios que o Ministro vai definir – lei não autoriza isso para o Ministro da Saúde, tanto é que entrei com um projeto de decreto legislativo para sustar o decreto da Presidente da República e vou pedir a urgência para que, rapidamente, possamos derrubar essa excrescência que foi feita. E, depois, o Ministro ainda acha que pode utilizar do curso de pós-graduação, em que o médico terá ali 495 horas de teoria... Mas eles colocam: “Não, mas ele também pode elaborar uma tese”. Tudo teoria. Prática mesmo de atender o paciente, zero. Esse cidadão, amanhã, poderá ter a mesma qualificação de um médico que, hoje, se nós somarmos aqui três anos, vai para mais de oito mil horas para ter uma especialidade; e 90% desse tempo do médico é exatamente operando e atendendo, ou seja, a parte prática, e apenas 10% é parte teórica.

Ou seja, a Presidenta da República e o Ministro da Saúde resolveram fazer médicos especialistas igual à linha de montagem dos fabricantes de carros do ABC paulista, as montadoras. A Presidente da República se enganou, foi enganada pelo Ministro da Saúde, que não sabe que poder formar e qualificar um médico é diferente de uma linha de montagem das montadoras de São Paulo. Lá eles decidem: vamos produzir dez mil carros por minuto?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ou vamos produzir 50 mil carros por minuto. Tudo bem, mas médico, não. Médico, para ser especialista, além de uma boa formação na faculdade, precisa ter exatamente isto que nós temos, ou seja, condições de ser um especialista e, como tal, de poder resolver o problema do paciente.

Nesta hora, vão dizer: “Os médicos reagem, porque eles querem manter o seu mercado, o seu nicho de trabalho”. Ora, por favor, não venham com esse nível de debate baixo, chulo. O que nós queremos é não levar a medicina brasileira para o patamar que eles desejam. Não adianta nós querermos amanhã trazer uma política, Sr. Presidente, que desmotive os jovens a se qualificarem, fazendo uma pós-graduação medíocre. Eles não serão reconhecidos como especialistas e praticarão muito mais iatrogenias do que realmente resolverão o problema dos pacientes.

Nós temos que reagir duramente a isso. É por isso, Sr. Presidente, que nós já encaminhamos à Mesa um projeto de decreto legislativo para que possamos derrubar, anular aquilo que foi assinado pela Presidente na última quinta-feira.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> sabe que todos nós, independentemente de classe social e econômica, sempre queremos, principalmente na área da saúde, o que existe de melhor, especialmente quando se trata de um ente querido, de um filho nosso. Eu pergunto: alguém levaria um filho com uma lesão grave para um médico que tem uma pós-graduação de 360 horas? Quando a Senhora Presidente, o ex-Presidente, todos nós, que podemos ter problemas de saúde, somos vitimados, nós procuramos um médico de 360 horas ou procuramos especialistas que foram formados com toda uma grade curricular com mais de 9 mil horas de especialidade, com pós-graduação, com a prática de anos, para que ele possa desenvolver o que existe de melhor, quando atende?

Quer dizer que, para a elite do PT que está no Palácio do Planalto, ela pode direcionar a fim de ser atendida pelos melhores especialistas no Brasil que são preparados com mais de 9 mil horas, depois de toda a sua preparação na especialidade, mas, para o povo, para o interior, pode-se levar um especialista em ortopedia, para falar que há um ortopedista, que teve 360 horas de um curso de doutorado, mas que nunca operou um paciente? Porém, ele tem o título do Ministério da Saúde de ortopedista, de neurocirurgião, de cardiologista. Ele é especialista em quê?

Para concluir, Sr. Presidente, a situação é grave. Nós estamos, cada vez mais, deixando com que as coisas aconteçam – não da nossa parte. Nós temos perdido, muitas vezes, nossas lutas no Congresso Nacional e estamos vendo o Brasil se deteriorar em tudo. É por isso que, no início do meu pronunciamento, eu disse que este Governo não cansa de praticar barbaridades: destrói a esperança do cidadão, destrói a Petrobras, destrói



o BNDES, destrói os fundos de pensão, destrói a crença de um povo e quer destruir a Medicina, que sempre foi respeitada em qualquer lugar do mundo.

Se o Governo quiser qualificar médicos, faça concurso público. Eu desafio o Governo a aprovar carreira de Estado para médico. Aí, sim, vai se levar médico para o interior. O cidadão vai chegar à condição de médico de Estado por competência, por mérito...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... para atender em qualquer lugar deste mundo afora, deste Brasil afora, porque sabe que terá uma carreira de Estado e não vai ficar na dependência do humor, da vontade de um líder político.

Sr. Presidente, querem melhorar a saúde no Brasil? Aceitem os 10% da receita corrente bruta para financiar a saúde, mas não venham com essa demagogia de destruir o que existe de mais reconhecido e respeitado no Brasil que são as sociedades das entidades de especialidades em nosso País. Querem jogar aquilo que nós construímos terra abaixo e anular o que existe hoje de mais sério, que é a Medicina feita em nosso País da qual nos orgulhamos. Ela tem que chegar a todos os quadrantes do País? Tem, mas não é da maneira sorrateira, sordida, baixa, bolivariana que querem implantar neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, eu encerro, ao final de tudo, pedindo a todos que estejam nas ruas, dia 16 de agosto. É fundamental. Agora...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... e muito menos da corrupção.

Vamos dar um basta nisso. Dia 16, domingo, pela manhã, vamos fazer aquilo que o Brasil todo espera. O Brasil vai estar de pé, levantando a bandeira verde-amarela e dizendo: "O problema do Brasil é um só, o diagnóstico está feito. O Brasil está, hoje, com uma hérnia de disco". É fácil resolver, Sr. Presidente: basta tirar o PT e a Presidente Dilma. No outro dia, o Brasil respira; no outro dia, o Brasil cresce; no outro dia, o Brasil supera as adversidade e vai voltar a ter tranquilidade, emprego aos cidadãos que precisam, dignidade a quem aqui trabalha e segurança jurídica ao povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente pelo espaço que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ronaldo Caiado.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Filho, nós vimos falando, desde a semana passada, sobre a gravidade da crise no Rio Grande do Sul.

Eu lamentei, como os outros Parlamentares gaúchos já lamentaram, que o Ministro Levy não tenha recebido hoje o Governador do Rio Grande do Sul, do PMDB. Eu acho que, independentemente de concordar ou não, ele deveria ter recebido. O Governador estava aqui para dialogar sobre a crise, que, de forma devastadora, acontece no meu Estado.

Não é novidade a grave crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul. As contas do Estado estão bloqueadas, em consequência da não quitação de parcela da dívida com a União, no valor de 280 milhões. Após quitar os salários do funcionalismo, restaram 60 milhões de saldo, que seriam usados para pagamento de hospitais e prefeituras. Ocorre que esse montante foi sequestrado das contas do Estado do Rio Grande pela União, bem como serão os demais recursos que entrarem em caixa. Segundo o Secretário do Tesouro Nacional, trata-se somente de execução das garantias contratuais, tendo sido promovida a recuperação de parte do Fundo de Participação do Estado (FPE) referente ao mês de agosto. Isto mesmo: todo recurso que ingressar nos cofres públicos gaúchos serão retidos, até atingir 280 milhões, uma situação insustentável.

Ocorre, Sr. Presidente, que a verdade histórica dos fatos é que a dívida inicial contratada pelo Rio Grande do Sul foi de 9,7 bilhões, mas os gaúchos pagaram 21,6 bilhões e ainda devem 47 bilhões – são juros extorsivos. Realmente, uma conta absurda, especialmente porque não estamos tratando de financiamento bancário, mas de empréstimo entre entes federados. Entendo que os Estados-membros são autônomos, mas são, ao mesmo tempo, a própria personificação do Poder nacional e, nesse sentido, não podem ser tratados como entes apartados da União. A cobrança de juros dessa monta é leonina, visto a posição privilegiada do prestador, as altas taxas da operação, a ausência de cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro e a exigência de garantias robustas. A forma de capitalização de juros é verdadeiro anatocismo, Sr. Presidente, configurando prática abusiva nos contratos privados.

Esta semana, Sr. Presidente, eu recebi aqui, no Congresso, o meu amigo ex-Deputado Federal Constituinte Hermes Zaneti, que nos apresentou uma sugestão de projeto de lei complementar que traria um alento à situação do nosso Estado e dos demais que se encontram em situação idêntica. A proposta pretende resolver definitivamente a situação do endividamento em que se encontram Estados e Municípios, acabando com o passivo gerado pelos encargos, e corrigir uma injustiça histórica praticada contra os princípios federativos. A ideia não é de calote, ninguém está pedindo perdão, mas justiça, impondo como único encargo financeiro a atualização monetária calculada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo. A proposta pretende uma readequação das condições de remuneração dos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional em formas totalmente incompatíveis com as adotadas entre o Governo Federal e o setor privado.

Por fim, eu quero dizer que a ideia é colaborar com medidas necessárias para pôr fim a esta situação gravíssima, como representante dos gaúchos e das gaúchas aqui, no Senado Federal, junto com os outros dois Senadores e a Bancada dos Deputados também. Enfim, temos que afirmar: aqui é a Casa da Federação. Colocamo-nos, assim, à disposição para que, se esse projeto, mediante um amplo entendimento, for aprovado, tenhamos uma solução razoável que atende aos interesses do povo gaúcho e também corresponda à expectativa mediada da própria União.

O Governador se encontra hoje em Brasília. Daqui, eu vou me deslocar para dialogar também com ele com esse objetivo.

Por fim, Sr. Presidente, faltando cinco minutos ainda, eu não poderia deixar de registrar a importância da 5ª Marcha das Margaridas, que hoje fizeram um grande movimento aqui em Brasília e estão ainda num grande ato público. Ontem, elas estiveram em um encontro com o Presidente Lula. Uns falam que são 10 mil, outros que são 20 mil, outros que são 40 mil. Enfim, Sr. Presidente, o importante é poder registrar que milhares de mulheres estiveram aqui apresentando as suas reivindicações numa marcha democrática em defesa da própria democracia, da liberdade e da justiça.

Sr. Presidente, eu entrego na íntegra este pronunciamento, mas não posso também, ainda aproveitando o tempo que aqui tenho, deixar de registrar minhas preocupações em relação ao número de vetos a projetos aprovados pelo Congresso Nacional e ao exagero de medidas provisórias. Somente em 2015, foram encaminhados ao Congresso Nacional 30 vetos e 20 medidas provisórias, demonstração clara de que, com mais vetos e medidas, nós estamos fazendo uma grande confusão entre quem tem o poder de legislar e quem tem o poder de executar.

Temos recebido vetos que não são, no meu entendimento, justificáveis. Só como exemplo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência teve uma série de vetos. Cito o art. 29, que trata simplesmente das instituições de educação profissional e tecnológica; e o artigo 82, que determina prioridade na tramitação processual, judicial e administrativa para pessoas com deficiência. Esses foram apenas dois exemplos dos nove vetos.

Em 2014, o Governo Federal opôs 36 vetos em projetos de lei. Em 2015, já estamos com 30 vetos.

Não são somente os vetos encaminhados que nos preocupam, Sr. Presidente, o número de medidas provisórias contribui muito com essa minha preocupação. O instituto da medida provisória vem sendo colocado, no longo dos anos, de forma a deturpar o próprio processo legislativo.

Sr. Presidente, eu quero reafirmar que a utilização excessiva das medidas provisórias vem pautando as votações da Câmara e do Senado, trancando a pauta do Congresso, atrasando o exame de matérias importantíssimas para o País.

Por isso, sou um daqueles que acha mesmo que o Presidente Renan foi correto em apresentar uma pauta, para que a gente não fique somente à mercê de ser pautado por medida provisória e por veto, enquanto que nosso dever de legislar fica em segundo plano.

Quero aqui lembrar que um exemplo claro é a edição da MP 676/2015, que altera as regras para a aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social.

O Congresso já havia aprovado a mesma regra 85/95, que foi acatada e vetada. Ou veta ou acata. Poderia até ele mesmo dizer: olha, num gesto não veto, promulgo esta decisão do Congresso, com a fórmula 85/95 e, durante dois anos, ou por cinco anos, vamos debater, discutir uma alternativa. Vetou e mandou para cá uma medida semelhante, e provavelmente aqui não vai ficar aquela fórmula de cada ano aumentar um ano, a partir de 2017. O documento trouxe, em tese, a mesma regra, não havia motivo para vetar e encaminhar uma medida provisória.

O mesmo ocorreu com a MP 673, que trata do licenciamento das máquinas agrícolas.

Após ser aprovado o projeto de Lei 3312/2012 aqui, a Presidenta opôs o Veto 5/2014, depois mandou uma medida provisória, que vai na mesma linha.

Tivemos também o veto ao reajuste dos aposentados e pensionistas com base no PIB. Vetou o quê? Vetou um PIB que é igual a zero. Então, não tem essa de dizer que teria um bilhão, dois bilhões, três bilhões. Como?



Digam-me que PIB é esse? Se houver um PIB que diz que o aposentado iria ter reajuste, me mostrem. Mas não tem. O PIB dos últimos anos é zero ou próximo de zero. E quando digo próximo de zero é menos que zero. Consequentemente, o reajuste não aconteceria. O que aconteceria é, pelo menos, a expectativa de uma lei que estaria dizendo o seguinte: quando o PIB aumentar, os aposentados também terão o direito ao seu reajuste.

O resumo que fica é: por que isso?

Sr. Presidente, somente durante os 15 dias de recesso parlamentar foram editadas cinco medidas provisórias.

Precisamos fazer o reexame *interna corporis* e reavaliar essa questão, Sr. Presidente.

Tantos e tantos temas foram aqui levantados por nós. Poderíamos lembrar o Estatuto do Idoso, da pessoa com deficiência, da morosidade do Parlamento; poderíamos lembrar aqui a morosidade da Casa quanto ao PL nº 2, de 2015, que destina, assegurado pelo Executivo, 368 milhões do orçamento da Previdência para o Aerus. O recurso iria garantir o pagamento do benefício de cerca de 10 mil aposentados e pensionistas, e não é votado porque não se votam os vetos. Se não votam os vetos, não liberam esse dinheiro já assegurado, depositado, mas não é liberado por falta de votação da Casa.

Sr. Presidente, a dívida é decorrente da execução provisória, já definida e tomada, é só pagar. A matéria figura na pauta do Congresso desde 18 de junho e o Congresso não vota.

Ocorre, Sr. Presidente, que é preciso apreciar os vetos e as medidas provisórias para a chamada limpeza de pauta e tornar viável a deliberação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, assim, votar o PL do Aerus, o PL nº 2. Se não querem votar o veto, então abram uma exceção e votem o PL nº 2, para assegurar o pagamento de 10 mil aposentados e pensionistas do Aerus.

Não dá para ficar nesse faz de conta de que vota e não vota, de depender de uma MP ou de um veto e depois, quem sabe, todavia, contudo, se um dia o Congresso se reunir, delibera sobre a matéria que está aí na expectativa de alguns milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, são 28 anos de Congresso Nacional. Apresentei nesta Casa mais de 1.200 proposições. Só no Senado, 973. Nunca vi um momento como este, esta morosidade, tanto do Executivo como do Legislativo.

Por isso, Sr. Presidente, é o apelo que eu faço aqui. Vamos votar, como dizia o inesquecível Ulysses Guimarães. Não há acordo? Não há entendimento? A saída é o voto. Alguém vai ganhar e alguém vai perder, mas vamos votar. O que não pode é continuar como está.

O que não pode, Sr. Presidente – e isso machuca a alma e o coração de qualquer homem público –, é ouvir que não vai melhorar enquanto não se nomearem pessoas ligadas a esse ou aquele Parlamentar. Virou público isto: vamos liberar emenda para esse ou aquele Parlamentar. O que é que é isso? Isso era feito até às escondidas e, hoje, ouvimos claramente pessoas dizendo: “Não, se eu nomear tantos cargos para esse ou aquele Parlamentar – ‘claro que aqui eu não vou citar nomes, mas isso é conhecido por todo País’ – as coisas melhorarão”. Não pode! Não pode melhorar assim. Política não se faz dessa forma, na base de cargos e de emendas. É um absurdo! A que ponto chegamos ao achar que isto é natural: “Ah, não, mas é isso mesmo, tem que nomear, carguinhos para um, carguinhos para outro, liberar emenda para um, emenda para outro.”

Comigo não. Isso não funciona e não vai funcionar nunca comigo. Nunca dependi de emenda e muito menos de cargos.

É lamentável estarmos ouvindo, eu diria, até com muito barulho, que esse é o processo do Parlamento. Eu não me entendo assim. Para mim, os homens públicos devem ser eleitos pelas causas, pelos projetos, pelas ideias que defendem e não votar simplesmente com base em cargos ou emenda, ou dinheiro para ponte, para estrada, para rodovia. Não é isso que eu entendo. Nós estamos aqui para outra coisa.

E, no mais, por que o Orçamento tem que ser impositivo? O Orçamento impositivo aprova-se, como em tantos outros países, cumpra-se e ponto.

Sr. Presidente, eu peço que V. Exª considere na íntegra o meu pronunciamento, porque vou tentar chegar em tempo à reunião com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para contribuir com esse debate e encontrar uma saída para a crise do meu Estado gaúcho.

Obrigado, Presidente.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é novidade a grave crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul.

As contas do Estado estão bloqueadas em consequência da não quitação da parcela da dívida com a União, no valor de R\$ 280 milhões.

Após quitar os salários do funcionalismo, restou R\$ 60 milhões de saldo em caixa, que seriam usados para pagamento de hospitais e prefeituras.

Ocorre que este montante foi sequestrado das contas do Estado do Rio Grande do Sul pela União, bem como serão os demais recursos que entrarem no caixa.

Segundo a Secretaria do tesouro Nacional, trata-se tão somente de “execução das garantias contratuais, tendo sido promovida a recuperação de quota parte do Fundo de Participação dos estados - FPE referente ao mês de agosto”.

Isso mesmo, todo recurso que ingressar nos cofres gaúchos será retido até atingir os R\$ 280 milhões da dívida.

Uma situação verdadeiramente insustentável.

Ocorre que a dívida inicial contratada foi de R\$ 9,7 bilhões, os gaúchos já pagaram nominalmente 21,6 bilhões e ainda devem 47,2 bilhões.

Realmente uma conta absurda, especialmente porque não estamos tratando de financiamento bancário, mas de empréstimo entre entes federados.

Entendo que os Estados-membros são autônomos, mas são ao mesmo tempo a própria personificação do poder nacional.

Nesse sentido, não podem ser tratados como entes apartados da União.

A cobrança de juros dessa monta é leonina, visto a posição privilegiada do prestador, as altas taxas da operação, a ausência de cláusula de equilíbrio econômico-financeiro e a exigência de garantias robustas.

A forma de capitalização de juros é verdadeiro anatocismo, configurando prática abusiva nos contratos privados.

Esta semana recebi do Deputado Constituinte e amigo Hermes Zaneti, uma sugestão de projeto de Lei complementar que traria um alento à situação do meu Estado e dos demais que se encontram em situação idêntica.

A proposta pretende resolver definitivamente a situação de endividamento em que se encontram Estados e Municípios, acabando com o passivo gerado pelos encargos e corrigir uma injustiça histórica praticada contra os princípios federativos.

A ideia não é de calote nem de perdão, mas de justiça, impondo como único encargo financeiro a atualização monetária calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A proposta pretende uma readequação das condições de remuneração dos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional, em formas totalmente incompatíveis com as adotadas entre o Governo Federal e o setor privado.

Por fim, quero dizer que a ideia é colaborar com as medidas necessárias para por fim a essa gravíssima situação.

Como representante dos gaúchos no Senado Federal, a Casa da Federação, me coloco a disposição para buscar um entendimento que leve a soluções factíveis.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por questão de agenda na Comissão de Direitos Humanos (realizamos uma audiência pública sobre os desafios e oportunidades para as pessoas com deficiência nos Estados Unidos e Brasil) não pude comparecer hoje pela manhã na Sessão Especial aqui no Plenário em Homenagem as Margaridas.

Portanto, aproveito este espaço para deixar aqui meu total apoio a Marcha das Margaridas, que este ano está em sua quinta edição.

A primeira ocorreu em 2000. Contou com o apoio do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, depois vieram eventos em 2003, 2007 e 2011. Em cada edição, novos problemas são abordados a partir da realidade vivida de cada mulher trabalhadora rural.

É importante destacar que esta marcha tem inspiração na sindicalista e ativista Margarida Maria Alves, nascida em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande, Paraíba.

Ela lutava pelos direitos das mulheres camponesas. Queria justiça. Por isso recebia ameaças de morte. Foi assassinada, em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, por um matador de aluguel.

Margarida se tornou um símbolo das lutas das mulheres no campo.

De todas as mulheres brasileiras, brancas, negras, indígenas, de todas as idades Ela inspira a luta contra as discriminações, à violência no campo, no dia a dia.

Margarida é exemplo de mobilização e ação por igualdade de gênero, respeito, por justiça, paz, liberdade, trabalho, pão e terra.

Como disse o poeta “Margarida Maria Alves não morreu, suas pétalas se espalharam e florescem a cada dia, se multiplicando num imenso jardim”.

Sr. Presidente, a pauta de reivindicação da 5ª Marcha das Margaridas é fruto de uma construção coletiva que teve início com um amplo debate realizado em várias atividades nacionais e regionais.

O lema deste ano é: Margaridas Seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça e Autonomia, Igualdade e Liberdade.

O debate do movimento tem os seguintes eixos temáticos: Soberania Alimentar; Terra, água e agroecologia; Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; Autonomia econômica: trabalho e renda; Educação não sexista, educação sexual e sexualidade; Violência; Direito à saúde e direitos reprodutivos; Democracia, poder e participação.

Um dos objetivos desse movimento é o de fortalecer a instituição de leis que contribuam para solucionar problemas que desafiam as organizações de mulheres e que viabilizem a interlocução com a sociedade e o Estado para realizar as mudanças necessárias.

O movimento pede que o Congresso Nacional aprove vários projetos, entre eles, cito alguns:

PL 52/2011 - Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar

PLS 258/2010 - Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural

PL 293/2015 - Cria o controle da produção e consumo de agrotóxicos por meio de vigilância eletrônica e sanitária

PL 1486/2015 - Dispõe sobre o Estatuto das Populações Extrativistas, institui o Dia Nacional do Extrativismo e dá outras providências

PL 4685/2012 - Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária

PL 7371/2014 que Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Em documento elas ressaltam “também o papel fiscalizador do Congresso Nacional para o fortalecimento de nossa democracia.

É preciso democratizar a esfera de debate político, de decisão sobre o gasto público e promover mudanças radicais no planejamento e execução dos recursos públicos, ainda cegos às desigualdades de gênero e raça e incapazes de promover redistribuição social na magnitude necessária ao enfrentamento das profundas desigualdades existentes no Brasil”.

A Marcha das Margaridas faz um alerta ao Congresso Nacional:

Há sérios riscos de retrocessos com leis tramitando nas duas Casas Legislativas, que, se aprovadas, comprometerão os direitos das mulheres.

Inúmeras dessas propostas que tratam da questão agrária podem agravar a situação de violência e injustiça no campo; dezenas de projetos propõem alterações inócuas ou negativas à Lei Maria da Penha; os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres vêm sendo ameaçados, numa crescente onda de contra-ataque aos direitos conquistados.

Como exemplo, cito algumas propostas que o movimento pede a REJEIÇÃO:

PL 4703/1998 – Transforma o aborto em crime hediondo;

PL 478/2007 – Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro;

PL 5444/2005 – Flexibiliza a legislação, precarizando ainda mais as relações de trabalho no campo;

PLS 202/2005 – O projeto desatrela os parâmetros chamados de grau de utilização da terra (GUT) e grau de eficiência na exploração (GEE)

PL 30/2015 – Trata da terceirização Um dos maiores retrocessos nos direitos dos trabalhadores. “Seria a revogação da lei Áurea”.

PLS 107/2011 - A proposição remete para o Congresso Nacional a responsabilidade de definir, por meio de lei, a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. A proposta pretende impedir que propriedades improdutivas sejam desapropriadas para fins de reforma agrária.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje é um dia histórico. Mulheres dos quatro cantos do Brasil pintaram a Explanada dos Ministérios numa grande aquarela em defesa de mais políticas para o campo

Foram mais de 40 mil manifestantes com seus cantos e hinos de paz, mas, sobremaneira, abrindo a garganta e reivindicando um país melhor e mais justo para todos.

Parabéns as entidades organizadoras, parceiras e colaboradoras. Citando a CONTAG e as FETAGs parabenizo a todas.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar minha preocupação em relação aos inúmeros vetos da Presidência da República aos projetos aprovados pelo Congresso Nacional e ao número exagerado de Medidas Provisórias editadas.

Somente em 2015 foram encaminhados ao Congresso Nacional 30 vetos a projetos de Lei e 20 medidas provisórias.

Demonstração clara de que o Poder Executivo tem tentado fazer prevalecer certa ascensão em relação ao Legislativo.

Temos recebidos vetos que não são nem um pouco plausíveis em suas justificativas.

No Estatuto da Pessoa com Deficiência observamos dispositivos vetados que se por um lado não trariam qualquer prejuízo econômico para o governo federal, por outro acenderiam uma chama nos direitos sociais.

A exemplo citamos o art. 29, que trata das instituições de educação profissional e tecnológica, E o art. 82 que determina a prioridade na tramitação processual judicial e administrativa.

Em 2014 o Governo Federal opôs 36 vetos em projetos de lei, em 2015 já estamos com 30 vetos.

Mas não são somente os vetos encaminhados ao Congresso que tentam inferir uma pauta legislativa, as Medidas Provisórias contribuem em muito com essa presunção.

O instituto da medida provisória vem sendo deturpado ao longo dos anos e, ainda mais, pelo atual governo, que edita matérias sem qualquer relevância e urgência, requisitos esses com status Constitucional.

A utilização excessiva e imprudente vem pautando as votações da Câmara e do Senado Federal, trancando a pauta no Congresso Nacional e atrasando o exame de matérias importantíssimas para o País.

Um exemplo claro é a edição da MP 676/2015, que altera as regras para a aposentadoria do Regime Geral da previdência Social a partir de 2017.

O Congresso já havia aprovado a regra 85/95, porém foi vetado e editado novo texto.

O novo documento trouxe a mesma regra e, ainda, impõe uma majoração que passará a valer somente a partir de 2017.

Pergunto, qual a razão de editar uma Medida Provisória?

O mesmo ocorreu com a MP 673, que trata do licenciamento das máquinas agrícolas.

Após ser aprovado o projeto de Lei 3312/2012 no Congresso Nacional, a Presidenta opôs o veto 5/2014 à referida norma!

Editando, imediatamente, Medida Provisória sobre a matéria!

Tivemos depois, o veto ao reajuste dos aposentados com base no PIB. Vetou um PIB que é igual a zero, ou – zero.

Para que este veto? Para não permitir sequer que o aposentado sonhe em ter aumento quando a crise passar e o PIB crescer.

Porque isso???

Minha impressão é que estamos vivendo uma guerra desnecessária entre os poderes da União, uma queda de braço que não levará a lugar algum senão ao enfraquecimento do sistema democrático brasileiro.

Somente durante os 15 dias de recesso parlamentar foram editadas 5 (cinco) medidas provisórias.

A meu ver esse exagero na edição de MPs decorre, em parte, da morosidade do Congresso em aprovar matérias relevantes à sociedade.

Precisamos fazer um reexame interna corporis e reavaliar essa questão.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência tramitou durante 15 anos nessa casa.

O Estatuto do Idoso levou mais 7 (sete) de tramitação até a sanção presidencial.

Esses são apenas 2 exemplos de leis de enorme relevância social que levaram milhares de dias até a aprovação.

Essa morosidade legislativa afeta a vida dos cidadãos e provoca enorme desgaste à imagem do parlamento brasileiro.

Outro exemplo claro da morosidade influenciando diretamente na vida do cidadão trata-se da votação do PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões do orçamento federal para o Ministério da Previdência Social.

O recurso irá garantir o pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social, fundo de pensão dos ex-empregados das empresas Varig (e suas filiais) e Transbrasil.

A dívida é decorrente de execução provisória requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil em 2004.

A matéria figura na pauta deliberativa do Congresso Nacional desde 18 de junho.

Ocorre, porém, que é preciso apreciar os vetos e as medidas provisórias, para a chamada “limpar a pauta”, e tornar viável a deliberação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o PLN 2/2015.

Não é possível continuarmos nesse ritmo, as necessidades avançam e a sociedade exige respostas mais céleres.

Falo isso porque não cheguei aqui ontem. São 28 anos de Congresso Nacional, tenho mais de 1200 proposições apresentadas no Senado Federal e outras 973 na Câmara dos Deputados, incluindo PECs, Projetos de Lei, emendas, requerimentos etc.

São anos trabalhando nos meus projetos e dos demais parlamentares tentando aprovar matérias que descansam por anos nos Gabinetes.

Por inúmeras vezes propus pautas positivas, de interesse da sociedade.

Acredito que vivemos um momento político e econômico importante para repensarmos o que é bom para o Brasil e para os Brasileiros.

Nesse sentido, me coloco a disposição para contribuir a fim de alcançarmos o país que sonhamos, com justiça social, desenvolvimento sustentável respeitando o meio ambiente e buscando justiça, igualdade e liberdade.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira, como Líder.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Apoio Governo/PP – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que me faz vir, na tarde de hoje, a esta tribuna é falarmos um pouco a respeito do que nós temos conversado ultimamente, daquilo de que se fala muito, da crise econômica e política que nós estamos vivendo.

Apesar de ser do Bloco de Apoio ao Governo nesta Casa, não posso deixar de reconhecer que a economia do nosso País vem enfrentando sérias dificuldades nesses últimos tempos. Aliás, a própria Presidenta Dilma reconheceu isso ao enviar ao Congresso um conjunto de medidas propondo um ajuste fiscal e uma revisão de alguns direitos trabalhistas. Longe de ser uma incoerência ou demonstração de fraqueza, essa atitude da nossa Presidenta demonstra que o Governo está atento para a realidade do País e busca corrigir o rumo da política econômica.

Como Parlamentares, independentemente de estarmos na Base de Apoio ao Governo ou na oposição, entendo que o nosso dever é discutir as melhores alternativas para promover o desenvolvimento nacional, alternativas que gerem empregos, que gerem renda, que gerem melhores condições de vida para o nosso povo. E é exatamente esse o objetivo, de minha parte, da nossa vinda à tribuna do Senado Federal na tarde de hoje.

O cenário macroeconômico é preocupante. O modelo que vinha sendo adotado até o final do ano passado, baseado na promoção do consumo via desoneração de setores produtivos, não mais se sustenta. Existe uma estimativa de que o resultado dessas desonerações seja um passivo da ordem de mais de R\$300 milhões. Então, essa realidade traz à tona a necessidade e o realinhamento dos preços administrados pelo Governo.

De acordo com o Ministro Joaquim Levy, o Brasil enfrenta três grandes desafios neste momento: 1) reconquistar a estabilidade fiscal e monetária; 2) realinhar os incentivos governamentais aos objetivos finais das políticas públicas; e finalmente, 3) promover o crescimento sustentável de longo prazo. Na verdade, o desafio maior é exatamente esse último, o crescimento econômico de longo prazo, em bases sustentáveis. Mas não faremos isso sem o firme compromisso com a estabilidade fiscal e monetária.

Considero importante destacar, agora, alguns dados e fatos que bem demonstram a dificuldade do atual momento e a importância de buscamos o equilíbrio fiscal e monetário.

Começo por mencionar o déficit fiscal: o Governo tem um déficit fiscal anual da ordem de R\$32,5 bilhões, simplesmente porque gasta mais do que arrecada. Em 2014, não conseguimos pagar um único centavo dos juros sobre a dívida pública, que já chegou a 6% do PIB.



Nossa atividade econômica é preocupante: no ano passado, crescemos apenas 0,2% do PIB, ou seja, quase nada, e as perspectivas para este ano são ainda piores, com a possibilidade de crescimento negativo, ou seja, recessão.

Como resultado desse pequeno crescimento econômico que experimentamos no ano passado, os reflexos no mercado de trabalho foram imediatos: a geração de empregos foi a menor dos últimos 11 anos, com uma queda de 65% em relação a 2013.

Se olharmos a inflação, veremos que o IPCA superou todas as metas fixadas pelo Governo em 2014 e fechou o ano com a média de 6,41%.

O pior é que as projeções para 2015 não são nada animadoras porque existem fortes pressões inflacionárias sobre os preços públicos, como energia elétrica, combustível e outros fatores que contribuem para a alta da inflação.

Tudo isso acaba sendo agravado pelos indicadores do setor externo. Nossas contas externas estão estruturalmente desequilibradas, e não é só devido ao déficit na balança comercial.

O que mais tem pesado nas contas correntes do balanço de pagamentos são os gastos rígidos e inevitáveis com as remessas de juros da dívida externa, lucros e *royalties*, além de viagens e transportes. No conjunto, são U\$90 bilhões que, em apenas quatro anos, poderiam consumir todas as atuais reservas cambiais do Brasil.

É preciso mencionar, Sr. Presidente, também, a ação do BNDES nesses últimos tempos. De certa maneira, o Banco tem contribuído para abalar a credibilidade do Governo porque se envolveu numa controvertida política de criação de empresas chamadas de «campeãs nacionais», na qual o Estado investia em algumas empresas do setor privado, a fim de criar gigantes brasileiras para competir no mercado externo.

Se internamente as coisas não vão muito bem, é claro que os reflexos se fazem sentir na política externa. De acordo com um dos maiores especialistas no assunto, o Prof. Amado Luiz Cervo, não há política de inovação tecnológica para elevar a produtividade e aumentar a competitividade da indústria brasileira, tampouco há política de comércio exterior para sanar o malogro do multilateralismo da época do Ministro Celso Amorim.

Então, isso tem afetado a imagem do Brasil no exterior, que vem perdendo espaço econômico e político para a China e para a Rússia.

Todas essas variáveis demonstram que temos pela frente um momento bastante delicado, que vai requerer uma verdadeira engenharia política, social e econômica, para que possamos alcançar a meta do crescimento econômico sustentável de longo prazo proposta pelo Ministro Joaquim Levy.

Diante de tudo isso, o que fazer? É mais do que evidente que o Brasil não pode mais continuar emitindo títulos da dívida pública para capitalizar bancos públicos, porque isso tem um custo muito alto para o País. Chegamos ao limite.

Além disso, é preciso rever as metas de investimento desses bancos. O BNDES, no meu entendimento, deveria trabalhar com restrições, ser mais parcimonioso e direcionar seus investimentos para onde os benefícios sociais são maiores, como em projetos de infraestrutura.

Outra medida importante seria buscar um modelo econômico que estimulasse a poupança interna e aumentasse a taxa de investimento, deixando de lado o atual modelo pró-consumo, que passa por uma fase de esgotamento. Contudo, não podemos esperar que todas as soluções venham do Palácio do Planalto. O Congresso Nacional pode e deve contribuir com medidas propositivas que recolorem o Brasil nos trilhos do desenvolvimento. O Ministro Levy é um homem sério, competente, que inspira confiança do mercado. Contudo, ele precisa ter o respaldo político desta Casa e do Congresso Nacional para poder avançar nas medidas que precisam ser implantadas.

Existem muitos aqui nesta Casa que são da tese do “quanto pior, melhor”. Mas acho que agir dessa forma é ter uma atitude leviana e irresponsável para com o País; é uma atitude que não está à altura das responsabilidades a que somos chamados enquanto Senadores da República. O que precisamos fazer é debater, é conversar, é chegar a um denominador comum sobre quais as melhores alternativas para o País.

Precisamos crescer, gerar emprego e renda. Por outro lado, não há crescimento sem novos investimentos, sem energia e infraestrutura. Então, por onde começar essa imensa tarefa de reconstruir um País para todos os brasileiros? De onde virá o dinheiro? O investidor precisa de confiança para aportar novos capitais.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Se for preciso fazer ajustes na economia, que sejam feitos, mas sem prejudicar os benefícios sociais e as conquistas dos últimos anos, que incluíram milhões de brasileiros no mercado consumidor.

Somos um grande País. Somos uma grande Nação. Se olharmos ao nosso redor, veremos que países muito menores, com muito menos recursos, conseguiram superar grandes dificuldades e hoje são potências



econômicas formidáveis. É o caso, por exemplo, do Japão e da Coreia do Sul – ambos com poucos recursos naturais e acostumados a grandes catástrofes humanas e naturais; ambos com uma enorme e inquebrantável determinação de progresso e de bem-estar para o seu povo. São exemplos assim que devem nos inspirar. Se eles conseguiram, nós também podemos conseguir.

Faço, portanto, um apelo a esta Casa, aos Srs. Senadores, independentemente de posição, de oposição ou de Governo, no sentido de que possamos nos debruçar sobre essas questões afetas ao desenvolvimento econômico do nosso País. Façamos quantas sessões temáticas forem necessárias, trazendo aqui especialistas de todas as matrizes ideológicas para discutir essas questões e as alternativas mais adequadas para a retomada do crescimento da economia.

O Congresso precisa assumir a liderança desse processo. Não podemos ter medo de conversar, de debater; afinal, essa é uma das principais funções do Parlamento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando uma nação do porte e da envergadura do Brasil chega a um momento como este, decisivo para o futuro das próximas gerações, é preciso ter coragem e criatividade para decidir as melhores opções para conduzir aos melhores destinos. Não é fácil. O mundo contemporâneo, altamente globalizado e interconectado, exige que sejam considerados diversos fatores durante o processo decisório. Contudo, não podemos jamais perder de vista as conquistas sociais alcançadas nos últimos 12 anos; ao contrário, devemos ter essas conquistas cada vez mais permanentes, com o norte a seguir, para que sejam preservadas no futuro.

Que esta Casa possa dar o exemplo e ajudar o Governo naquilo que for melhor para o País. O que precisamos neste momento é de união para criar as condições favoráveis para uma rápida superação deste quadro de adversidade momentânea. Uma guerra não pode ser vencida quando estamos divididos.

Quem são os nossos inimigos? A inflação, o desemprego, a corrupção, a recessão econômica. Esses são os verdadeiros vilões do povo brasileiro, contra os quais devemos lutar juntos, unidos pelo ideal de um Brasil mais próspero, justo e solidário. Esse é o compromisso de luta do meu Partido e daqueles que representam os Estados nesta Casa.

Aqui nós aproveitamos para fazer um chamamento, para que as ações que sejam desenvolvidas aqui não fiquem apenas no som das quatro paredes do plenário da Casa, mas que sejam colocadas em prática.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem mesmo nós ouvimos aqui uma nota de 28 ações que o Congresso ou o Senado Federal deseja fazer para ajudar a desenvolver a atividade de crescimento da economia e criar um ambiente de tranquilidade, politicamente falando, porque, à proporção que nós temos uma atividade política um pouco desencontrada, é evidente que isso reflete na economia de qualquer nação do mundo e com especialidade a nossa, porque não há segurança, não há aquela garantia, porque é o Congresso Nacional, que tem de dar o respaldo ao País para desenvolver as suas ações, para desenvolver os seus objetivos de crescimento. E quem não teve crise neste mundo? Quem não passou por dificuldades?

Mas é preciso que tenhamos serenidade para encontrarmos os caminhos, o diálogo, as conversas, os ajustes, porque, acima do meu interesse político pessoal, está o interesse do Brasil.

Eu tenho certeza absoluta, porque conheço todos os 81 Senadores com assento nesta Casa, que eles têm esse mesmo objetivo, essa mesma função, esse mesmo desejo de proporcionar a oportunidade de uma conciliação nacional, para que possamos ter uma economia forte. O País do tamanho do nosso, em que tem uma extraordinária área agricultável, podemos investir muito no setor primário, para que possamos encontrar as soluções, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, por eu ter ultrapassado o tempo regimental para este momento. Mas eu queria fazer esse chamamento, como Senador da República, representando um dos Estados mais pobres do Brasil, no sentido de que juntos possamos encontrar, sem dúvida nenhuma, o caminho para desenvolver o Brasil e para a conciliação política, que é exatamente o que gera paz e tranquilidade para a sociedade, para aqueles que investem, para aqueles que precisam do emprego e para aqueles que estão trabalhando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o desejo de todos nós, de quem faz a Base do Governo...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... conversando e dialogando com todos os segmentos da sociedade (Fora do microfone.) e com aqueles que dignamente representam a oposição nesta Casa.

Então, como o Brasil precisa de todos nós, teremos de dar as mãos e encontrar os caminhos. Digo mais uma vez que o que foi dito ontem, através do Presidente desta Casa, que não fique nas quatro paredes. Vamos discutir e encontrar os caminhos, encontrar as regras, as fórmulas para que o Brasil possa amanhã dizer “muito obrigado” ao Congresso Nacional, que teve a paciência necessária, o equilíbrio necessário para conduzir esse processo de desencontro na atividade política e fazer com que a nossa economia possa se restabelecer para gerar emprego, renda e melhoria de vida e qualidade de vida para a nossa população.

Esse é o grande objetivo.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador.

Pela ordem, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Antes, porém, eu apenas gostaria de parabenizar o Senador Benedito de Lira pelo diagnóstico e, sobretudo, pelo encaminhamento de soluções e propostas. Nós estamos todos angustiados em busca de uma saída para a crise, que é ampla e que nos constrange a todos. Parabéns!

Com a palavra, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito de V. Ex<sup>a</sup> informação sobre a Ordem do Dia.

O Regimento diz que a Ordem do Dia tem início às 16 horas. Nós estamos às 17h24min e estamos desinformados sobre a realização da Ordem do Dia na sessão de hoje ou a não realização, porque o Plenário do Senado foi transferido para a sala da Presidência da Casa, já que o Presidente Renan Calheiros recebe, neste momento, o Ministro da Fazenda.

Eu creio que o momento culminante do Parlamento é a sua sessão plenária, que está totalmente esvaziada. Aqui é que devem ser discutidos os grandes temas, as deliberações mais urgentes, e nós não temos notícia sobre a realização da Ordem do Dia na sessão de hoje.

Por isso, eu solicito a V. Ex<sup>a</sup> se há alguma orientação em relação à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Nós estamos consultando aqui a Mesa. Como eu sou um Presidente eventual e muito passageiro, estou consultando a Mesa, para que daqui a pouco possamos dar a V. Ex<sup>a</sup> uma resposta, Sr. Senador.

Eu passo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

Com a palavra, Senador Raimundo Lira.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Donizete, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, eu queria agradecer a generosidade do meu amigo estimado Senador Ataídes Oliveira, que me cedeu a vez. Desta forma, eu pude ocupar a tribuna neste instante.

Eu gostaria de, mais uma vez, convidar todos os Srs. Senadores para que possamos, neste momento crucial da história política e econômica do nosso País, relembrar o que todos nós já sabemos, Sr. Presidente, que, pela primeira vez, desde a redemocratização do Brasil, nós estamos vivenciando uma crise econômica conjugada com uma crise política.

Então, nós precisamos resolver a crise política para que o País possa resolver a crise econômica e possamos, assim, oferecer ao povo brasileiro, aos agentes econômicos, aos empreendedores, aos cidadãos, às donas de casa, aos trabalhadores, uma perspectiva de que o Brasil vai se recuperar em um prazo mais curto do que, eventualmente, possamos prever neste momento com as duas crises conjugadas, política e econômica.

E, neste momento o Senado Federal, Senador Alvaro Dias, tem a obrigação de exercer o seu papel previsto na Constituição Federal, que é o papel de Casa Revisora, e tem a obrigação de exercer também o seu papel político na condição de poder moderador da República brasileira. Quando a crise política se instala no País, as emoções se afloram e é preciso moderação, é preciso comedimento nas nossas ações. E o Senado tem o papel histórico de ajudar o Brasil a sair dessa crise política e, em seguida, ajudar na pauta econômica, para que possamos recuperar, em um prazo relativamente curto, o crescimento econômico do nosso País. É bom para o Brasil, é bom para o povo brasileiro e é, portanto, uma obrigação intransferível do Senado Federal.

É por isso, Sr. Presidente, que a Constituição Federal prevê que o cidadão, o eleitor para ser candidato a senador tem que ter 35 anos. Na primeira vez que fui Senador da República, eu cheguei aqui com 42 anos, 43 anos incompletos, Senador Ataídes. E eu achei naquele momento que eu precisava inclusive ter mais experiência, que eu precisava ser mais maduro para desempenhar com eficiência, com critério, com patriotismo o papel determinado na Constituição para os Senadores e o Senado Federal.

Quando a Constituição prevê a idade mínima para exercer o cargo de senador é porque os legisladores estavam prevendo que o senador precisa ser uma pessoa com larga experiência. E aqui nós encontramos ex-

-governadores, a exemplo do Senador José Maranhão, da Paraíba, que já foi governador três vezes, a exemplo do Senador Cássio Cunha Lima, também da Paraíba, que já exerceu o mandato de governador duas vezes, já foi deputado federal, já foi constituinte.

Então se você analisar o perfil dos 81 Senadores, você vai verificar, Presidente Donizeti, que o corpo que constitui o Senado Federal é de pessoas maduras, experientes. E temos que aproveitar esse amadurecimento para que possamos exercer com eficiência, com dedicação, com patriotismo o poder moderador que o Brasil e os brasileiros esperam do Senado Federal.

Temos que ter personalidade. Temos que ter decisões que venham ajudar o Brasil a sair dessa crise política e econômica. Não interessa ao País, não interessa ao povo brasileiro essa máxima popular que nós gostamos todos de dizer, de rememorar, de quanto melhor pior. Melhor para quem? Pior para o povo brasileiro e pior para o Brasil.

Vamos exercer, Presidente João Capiberibe, esse papel do poder moderador, de Casa Revisora, porque isso é o que determina a Constituição Federal e essa é a nossa obrigação. E foi para isso que o povo brasileiro colocou aqui os 81 Senadores.

Concluo o meu pronunciamento rápido, simples e singelo dizendo mais uma vez, Presidente, Senador João Capiberibe, que nós temos essa obrigação.

Não vamos pensar só em exercer esse direito que a Constituição nos propicia. Neste momento de crise, ele passa a ser uma obrigação, porque não temos como contornar essa crise política e essa crise econômica sem ser com determinação, com personalidade e com patriotismo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador.

Concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup>. O momento é de buscar uma ação equilibrada. As crises estão aí para ser resolvidas, e tenho certeza de que nós vamos resolver.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Capiberibe, eu tenho vindo a esta tribuna nos últimos dias para mostrar ao povo brasileiro a situação econômica que o Governo do PT colocou sobre as costas desta nação brasileira. Falei sobre a taxa de juros, sobre a recessão, sobre a perda de poupança, sobre os R\$57 bilhões já perdidos em juros do *swap* cambial, falei sobre o desemprego, sobre a perda de poupança, sobre a perda que nós tivemos, neste ano, de R\$122 bilhões de receitas e outras informações.

Diante desse quadro terrível em que hoje se encontra o nosso País, com essa crise econômica e política, há um fator que me preocupa ainda mais, Presidente Lira, porque tudo isso que está acontecendo vai desencadear, vai cair tudo numa coisa chamada desemprego. O que mais me preocupa neste momento e no curto e médio prazo é o desemprego. Um pai de família acordar de manhã, olhar – se no espelho e perceber que não tem para onde ir, saber que ele não tem um trabalho para a manutenção da sua família, esse é um risco enorme para qualquer nação. E eu tenho chamado muito a atenção para esse desemprego.

Eu começo, então, Presidente.

No dia 9 de fevereiro deste ano, eu estive aqui, nesta tribuna, para demonstrar que as verdadeiras taxas de desemprego eram muito maiores do as divulgadas pelo Governo. E o Governo já vinha enganando o povo com essa taxa de desemprego. Afirmiei, no início de fevereiro, com todas as letras, naquela ocasião, que iria desmascarar a última mentira que ainda restava a este Governo falido, que alardeava aos quatro ventos que o desemprego estava na casa dos 4,3%. Era o pleno emprego.

Na verdade, nós nunca tivemos pleno emprego neste País. Nunca tivemos. Citei, inclusive, em meu discurso o grande Abraham Lincoln, o libertador dos escravos, que afirmou: “Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por todo o tempo, mas não se pode enganar a todos todo o tempo.”

Infelizmente o tempo me deu razão, Sr. Presidente, e em apenas cinco meses os fatos prevaleceram. Estou falando sobre o desemprego, sobre os devaneios de uma propaganda enganosa do Governo. No primeiro semestre deste ano, o País perdeu 345 mil empregos com carteira assinada.

Sabemos que a nossa mão de obra no País, lamentavelmente, é desqualificada e de baixa produção. Eu tenho dito que daquele trabalhador que tem carteira assinada e que tem uma pequena experiência o mercado de trabalho não abre mão. E olhem que, neste primeiro semestre, nós perdemos 345 mil empregos de carteira assinada.

E aí vem essa metodologia. Eu já disse que essa metodologia de cálculo do desemprego no País é errática, é enganosa. Na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego já alcançou 13,2%, segundo o Dieese. Sabemos que é só o começo e que a situação se agravará nos próximos meses devido à desaceleração da economia e aos aumentos dos juros.

A taxa de desemprego de homens e mulheres de 16 a 29 anos, essa força robusta de trabalho, era de 15,7%. Acredito que ela esteja acima desses 15,7%. Não vou nem me dar ao trabalho de, como em outras vezes, apontar o desastre e os erros na condução da política econômica pelo PT. As causas já estão mais do que provadas e a inflação descontrolada corrói dia a dia a renda dos trabalhadores.

As consequências disso já são claras no consumo e no investimento e agora, volto a dizer, no desemprego. E volto a ratificar a minha imensa preocupação com o desemprego no Brasil. Isso já é sabido por todos os brasileiros, que estão sendo severamente massacrados pela desaceleração econômica sem precedentes a essa altura do campeonato. O estelionato eleitoral já está mais do que constatado por todos neste País.

Vou tratar hoje, Sr. Presidente, do drama do desemprego, como eu já disse, drama para os pais e mães de família, drama para a juventude, drama para produtividade, drama para a economia nacional de nosso querido Brasil.

Quando realizei as minhas pesquisas sobre a Pesquisa Mensal de Emprego, o PME, fiquei estarelecido com as minhas descobertas e as manipulações da metodologia oficial, que eu disse que é errática, que é danosa para nossa economia.

Para começo de história, concluí ser inadmissível que o dado de desemprego fosse baseado em apenas seis regiões metropolitanas do País. Veja só, o PME calcula o desemprego no Brasil em apenas seis regiões metropolitanas. São elas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre, isso em um País com mais de 5.500 Municípios.

Nessas regiões metropolitanas é onde nós temos empregador. É exatamente nessas regiões que nós temos grandes indústrias. Só lá é que se faz então essa pesquisa do PME. Então, já começa aí o grande erro, a grande enganação do povo brasileiro.

Além disso, concluí ser totalmente despropositado considerar, para efeitos da taxa de ocupação, apenas aqueles que procuraram emprego nos últimos 30 dias.

Ou seja, caso a pessoa – mesmo os que estão de carteira assinada –, dentro de 30 dias em que está batendo em cada porta, procurando trabalho, não tenha encontrado emprego, essa metodologia errática o coloca na estatística como desalentado, e não como desempregado.

Olha só que beleza. Depois de 30 dias já não é mais desempregado, é desalentado. Poderia, inclusive, usar outro conceito: não desalentado, mas desanimado, desestimulado.

Então, percebe-se que isso aqui está errado: se em 30 dias não conseguir um emprego já não é mais desempregado no nosso País. É considerado desalentado pelo Governo e não entra mais nas estatísticas oficiais.

Sugeri ao Governo mudar essa nomenclatura para desesperançado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por enquanto, não há outro orador. Eu posso continuar, Sr. Presidente?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Governo insiste em dizer que o desemprego estava em queda, mesmo quando havia retração na procura por trabalho. Para o Governo, mesmo quem possui um trabalho eventual ou temporário, ou seja, aquele trabalhador que vive de bico é considerado ocupado.

Olha outra falha dessa metodologia de calcular o desemprego no Brasil. O cidadão que faz bico, para o Governo, é empregado – e nós sabemos que bico é bico. Você pode trabalhar hoje e amanhã, não – é considerado ocupado.

Também considerado ocupado quem não teve remuneração em dinheiro. Isso é uma piada de mau gosto. Aquele cidadão que faz um bico, mas não tem remuneração, é considerado empregado por essa metodologia de cálculo de desemprego no Brasil.

Para completar a mentira, mesmo quem recebe Bolsa Família ou está no seguro-desemprego pode ser considerado ocupado para efeitos oficiais.

Aqui, eu fico estarelecido. Quem está no seguro-desemprego, quem está usando este benefício por nome seguro-desemprego, na estatística, é considerado empregado – ele está trabalhando. A etimologia da palavra é desemprego, seguro-desemprego. No entanto, ele é considerado empregado. Quem recebe bolsa família no Brasil também é considerado, por essa metodologia, como empregado.

Somente dessa forma foi possível o Governo ter aumentado os gastos do seguro-desemprego quase 400% em uma década e, ao mesmo tempo, dizer que o desemprego estava em queda. Obviamente, uma mentira deslavada que faria inveja até ao Pinóquio.



Com o seguro-desemprego, em 2013, foram gastos R\$22 bilhões; em 2014, o Governo gastou R\$32 bilhões. Com o seguro-defeso, aquele seguro do pescador, em 2013, o Governo gastou R\$598 milhões; em 2014, gastou R\$2,117 bilhões.

Como eu disse, depois de uma pesquisa, o Fies hoje é só para rico, só para filho de rico. Lamentavelmente, essas minhas palavras estão se tornando verdadeiras com relação também ao Fies.

Com o Fies, em 2013, o Governo gastou seis bilhões e pouco. Em 2014, gastou R\$13,7 bilhões. Eu quero saber como não ganha a eleição desse jeito! Aí não é ganhar a eleição com cabo eleitoral, não, Presidente – nós temos que verificar essa história de cabo eleitoral também. Aqui, não. É com salário mínimo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com milhões e bilhões em salário mínimo. Somente dessa forma, repito, o Governo pôde inflar esses números.

Hoje em dia, 9,3 milhões de pessoas recebem o benefício do seguro-desemprego. Em 2003, eram somente 5,1 milhões de pessoas.

Eu falei, então, em valores de 22 para 32 bilhões, e agora eu estou falando de pessoas, que em 2003 eram 5,1 mil, hoje, 9,3 milhões.

As despesas saltaram, então, de R\$6,6 bilhões para R\$36 bilhões em 2014. Na verdade, não são 32, são R\$36 bilhões em 2014.

Agora a mentira, que, conforme o ditado popular, tem perna...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, já chegou novo orador? Agora a mentira, que, conforme o ditado popular, tem pernas curtas, acabou. A realidade nua e crua prevaleceu sobre todos.

O Governo brincou com algo muito sério. O desemprego abala a autoestima das pessoas, que se sentem culpadas por algo de que não têm controle. Perdem o brilho nos olhos e sentem-se envergonhadas diante da família, dos amigos, da sociedade pela falta de ocupação e senso de utilidade. Aí, vem a preocupação maior, que esse pai de família pode procurar um outro rumo na vida, uma vez que ele se encontra sem brilho nos olhos, envergonhado diante de sua família, ele pode ir, então, para o crime. Aí é lamentável.

O desemprego é uma verdadeira chaga nacional, e, por isso, compadeço-me com todos aqueles que atravessam esse período de sofrimento.

A Presidente Dilma prometeu que faria o primeiro emprego. Eu me lembro disso, todo mundo se lembra disso. “Olha, jovem de 15 anos, não se preocupe que eu vou te dar o primeiro emprego.” E, aqui, agora, eu aproveito para perguntar à Presidente Dilma: Cadê esse primeiro emprego para esse jovem de 15 anos que V. Exª prometeu na campanha?

Esse PPE, que eu tenho dito, isso não é mais um tiro no pé, é um tiro no peito. E, na verdade, chegou nesta Casa, e, por enquanto, até agora não veio a julgamento. Vou adiantar, Sr. Presidente.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Infelizmente, essa foi mais uma das suas falsas promessas. Um dos piores problemas que o País enfrenta é a triste geração dos nem-nem, jovens entre 15 e 29 anos que não estudam, não trabalham e já são mais de 10 milhões de jovens dos nem-nem, que estão aí, não têm uma oportunidade nem mesmo de fazer um curso profissionalizante.

A ociosidade do jovem representa grave perigo para a nossa sociedade e compromete o futuro do País, além de perder essa força de trabalho.

O jovem sem perspectiva torna-se vulnerável às drogas, ao crime e à exploração. Além disso, dificilmente, conseguirá recuperar o tempo perdido algum dia.

Hoje, o País enfrenta uma das maiores turbulências de sua história. Temos, ao mesmo tempo, uma crise econômica, política e de valores. O pessimismo generalizado se instalou no País. Não temos mais liderança, e o País está desgovernado.

Precisamos ter fé de que tempos melhores virão para que este País rico, com pessoas honestas e trabalhadoras. O ciclo do desgoverno do PT chegou ao fim.

Esperamos que, agora, o Brasil possa se reerguer e voltar ao rumo do desenvolvimento e da melhoria, da qualidade de vida para todos os brasileiros.

Só que eu disse aqui, Sr. Presidente, e volto a repetir, um Governo que perdeu literalmente a sua credibilidade e a sua confiabilidade, este Governo não tem condições de continuar comandando uma Nação. Vejo que a saída para o País é a saída do PT do Governo. E repito: e levar o pai de tudo junto, Luiz Inácio Lula da Silva. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna a Senadora Ana Amélia, Senadora pelo Rio Grande do Sul, nosso querido Estado, Estado irmão da Paraíba.

Mas antes...

Pode ocupar, Senadora.

Antes, eu gostaria de aproveitar aqui, da Presidência do Senado Federal, para homenagear a cidade de Cajazeiras, Paraíba, a cidade que ensinou a Paraíba a ler, como gosta de ser chamada pelos paraibanos, um pólo de desenvolvimento do Sertão da Paraíba, junto do Estado do Ceará. No próximo dia 22, estará aniversariando, que é exatamente a data do nascimento do seu fundador, o Padre Inácio de Souza Rolim.

Cajazeiras é chamada a cidade que ensinou a Paraíba a ler porque nasceu de um colégio e, hoje, é um centro universitário, tem uma grande escola técnica federal, que tive o prazer de, ao longo de cinco anos, construir, na condição de Senador da República.

Foi lá que eu nasci, Senadora Ana Amélia.

Quero mandar um abraço e os parabéns para Cajazeiras e para o seu povo. E dizer que, no próximo dia 22, data do seu aniversário, estarei lá comemorando com os meus irmãos de Cajazeiras.

Muito obrigado.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador, eu também quero mandar o meu abraço para Cajazeiras, porque é um nome suave, é um nome sonoro. E quando o senhor conta a história, acabamos gostando mais de uma cidade que não conhecemos. Mas só no dizer de V. Exª, gostamos da cidade.

Quem não canta a sua terra, acho que não a merece. Temos sempre que destacar o lugar onde nós nascemos, o lugar onde nós vivemos, onde nós tivemos a nossa família, onde fomos gerados, onde tivemos os primeiros amigos, onde demos os primeiros passos. Por isso, eu também canto a minha Lagoa Vermelha, lá na região nordeste do Rio Grande do Sul.

Então, como o senhor, tenho muito orgulho da minha terra. E a minha terra me trata muito bem. E é assim que a sua terra o trata também, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Ana Amélia, quando eu disse a V. Exª que o Rio Grande do Sul era um Estado irmão da Paraíba, é porque na Revolução de 30, quando o Rio Grande do Sul iniciou a revolução, a Paraíba foi o primeiro Estado do Brasil a se solidarizar com ele. O primeiro apoio que o Rio Grande do Sul recebeu, em 1930, foi do Estado da Paraíba. Em seguida, veio o Estado de Minas Gerais e, posteriormente, outros Estados brasileiros. Portanto, como eu já tinha dito aqui ao Senador Paulo Paim, o Estado do Rio Grande do Sul é o Estado irmão da Paraíba.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nas lutas e nas dificuldades, Senador.

Aliás, é sobre elas que o Governador do nosso Estado recém terminou uma reunião com a Bancada do Rio Grande do Sul, Deputados e Senadores de todos os partidos. A situação, como reconheceu o próprio Governador, é grave e vai ficar ainda mais séria no próximo mês, quando vai se repetir a dificuldade de caixa, a impossibilidade de o Governador pagar os salários na integralidade aos servidores públicos. O que aconteceu ontem, um bloqueio do repasse que o Estado tem que fazer. Acabou a União determinando um bloqueio das contas, determinando ao Banco do Brasil e ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul que fossem suspensos todos os repasses da União para o Estado, diante do não pagamento da parcela da dívida da União com o Estado.

Veja que tratamento grave este, do ponto de vista federativo, mesmo, Senador Dário Berger, que os termos do contrato de financiamento renegociado, o contrato com os Estados e os Municípios, preveja exatamente essa cláusula. Porém, em um momento grave, de emergência e de urgência, como estamos vivendo no Rio Grande do Sul e em outros Estados, que também já parcelaram o pagamento dos seus salários, eu penso que era preciso que a União, como a prima rica da Federação, tivesse um pouco de sensibilidade nesta hora. Eu só espero que a União... Hoje já está quase parecendo o Rio Grande.

Veja como é necessário. Olha só a situação, caro Senador Eduardo Amorim. A situação financeira da União, por isso que a solidariedade é relevante, é tão séria que foi criado um dispositivo, um mecanismo que favorecia os aposentados do INSS, para receber em julho metade do décimo terceiro salário – uma antecipação, às vezes, para pagar um medicamento, para pagar umas dívidas.



Então, 50% do décimo terceiro dos aposentados do INSS pagavam-se em julho. Isso, aliás, foi uma inovação feita pelo governo do ex-Presidente Lula. E, neste ano, não está certo se haverá a possibilidade do recebimento dos aposentados de pagarem 50%; até agora não foi pago, e só será pago, segundo informações que estamos ouvindo, se o ajuste fiscal for aprovado no Senado Federal. Veja em que situação estamos, Senador Eduardo Amorim: é uma situação extremamente preocupante.

Então, quando a União está diante de uma dificuldade financeira grave também, fazendo um pedido de sacrifício aos trabalhadores, aos aposentados, à sociedade, ao setor produtivo, quando faz a reoneração do setor produtivo, é preciso que a União também dê um gesto, tenha um gesto de sacrifício, porque aí é um exemplo. A União diz: "Vamos cortar Ministérios, vamos reduzir gastos!" São 22 mil cargos comissionados no Governo Federal. Não dá para reduzir 10%, 20%?

Talvez, Senador Amorim, Senador Flexa, Senador Dário, isso, do ponto de vista financeiro, não signifique grande coisa, mas, do ponto de vista do exemplo que o Governo dá para a sociedade, é muito relevante. E pena que a Presidente da República perdeu o chamado *timing*, a hora de fazer isso, porque agora, quanto maior a crise, mais se agrava a crise, maiores dificuldades terá o Governo de convencer a sociedade, esta Casa e a outra, a Câmara Federal, de que é preciso fazer um grande e duro ajuste. O Governo o que está fazendo, Senador? Que cortes está promovendo? Sem prejudicar, claro, a saúde e outras áreas. Então, é por isso, Senador, que nós estamos aqui com essa apreensão.

Com muito prazer, eu concedo um aparte ao Senador Eduardo Amorim.

Queria agora, publicamente, aqui – hoje já foi feito –, Senador, agradecer V. Exª pela relatoria brilhante do PLS nº 200, assinado pelo Senador Walter Pinheiro, do PT, da Bahia, pelo Senador Waldemir Moka, do PMDB, do Mato Grosso do Sul, e por mim, que trata da pesquisa clínica, para melhorar a chance e a esperança de dias melhores para as pessoas que estão doentes com doenças graves, como câncer, Alzheimer, lúpus e tantas outras. Essa pesquisa clínica é para simplificar, é para desburocratizar. V. Exª fez um relatório primoroso.

Agradeço também à Comissão de Constituição e Justiça, em que foi aprovado. Espero que, nas outras comissões, tenha o mesmo êxito.

Então, muito obrigada de novo, Senador Eduardo Amorim.

**O Sr. Eduardo Amorim** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Nós, Senadora Ana Amélia, é que temos que agradecer a V. Exª, ao Senador Moka, ao Senador Walter Pinheiro e, especialmente, ao povo do Rio Grande do Sul de ter dado a oportunidade de ter uma pessoa, de ter uma cidadã como a senhora aqui num espaço como este. Este País tem jeito. O jeito quem dá somos nós com as nossas escolhas, sobretudo com o voto, aquele que realmente faz uma boa opção, como fez o povo do Rio Grande do Sul, ao mandar a senhora aqui para cumprir essa missão. Os profissionais da saúde, os pacientes, com certeza, agradecem pela atitude do PLS nº 200, que irá desburocratizar, irá facilitar, irá realmente promover uma nova era na pesquisa clínica no nosso País. Eu, como médico, como cidadão, como conhecedor dessa causa, só tenho a agradecer a oportunidade de relatar um projeto de V. Exª, um bom projeto como esse. Mas a senhora tem toda razão, quando diz que o Governo Federal poderia dar esse exemplo.

Não que esse exemplo de reduzir Ministérios fosse pagar todas as contas, mas o Governo, ao dar o bom exemplo, evitando o mau exemplo – porque é só o que assistimos hoje em dia ao mau exemplo, como não se deve fazer – estimula Estados, como o meu também, que teve os salários fatiados, parcelados. Lá também foi cometido mais um estelionato eleitoral, porque se dizia que as contas do Estado estavam realmente em plena normalidade, mas eu sabia, porque estudei um pouco as contas do meu Estado. Lá, Senadora Ana Amélia, fruto desse mau exemplo também, o Governo do meu Estado está indo atrás dos depósitos judiciais, não aquele que foi aprovado aqui, em que o Estado é parte. Não, todos os depósitos judiciais! Acredite nessa maldade, nessa perversidade, vai atrás de todos os depósitos judiciais, do cidadão mais simples ao mais afortunado; da pequena empresa à grande empresa, exatamente para cobrir o rombo, essa má gestão, esse péssimo exemplo de gestão que, infelizmente, temos assistindo Brasil afora. Hoje, o Senador Romero Jucá, dessa tribuna, disse que tudo que está acontecendo neste País de ruim é falta de planejamento, é falta do bom exemplo, porque o que se tem seguido, infelizmente, são os maus exemplos. Volto a dizer, o País vive não só uma crise econômica, não só uma crise fiscal. É pior do que tudo isso. É uma crise ética, é uma crise moral no trato, no respeito, no zelo, na condução com a coisa pública. Haveremos de passar por tudo isso, com muito sofrimento é verdade, não há como ser diferente. Temos que aprender com tudo isso. A Nação brasileira tem que aprender com tudo isso, e o Parlamento tem uma responsabilidade enorme: de não iludir, de não enganar, de só mostrar a verdade para o povo brasileiro e votar aqui, situação ou oposição, aquilo que for bom. Agora, chega de sacrifício só para o pobre, só para o povo, enquanto o Governo não faz a sua parte, não corta na própria carne, como diz o ditado popular. É hora de dar o bom exemplo, é hora de fazer alguma coisa, é hora de estimular, de motivar

realmente, a saída desta crise. Infelizmente, não vemos nada disso. Ficamos muito tristes e estarecidos, não dá nem para entender por que a Presidente não faz coisas como essas.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço e gostaria, Senador Dário Beber, que esse aparte do Senador Eduardo Amorim fosse incorporado ao meu pronunciamento aqui na tribuna.

O Senador lembrou bem a questão do uso, lançando mão – o Governador de Sergipe, que já também parcelou pagamento de salários – dos depósitos judiciais. Esse dinheiro deveria ser intocável, porque, se o Poder Judiciário tivesse a agilidade que gostaríamos, mas também reconhecemos que a legislação, o Código Penal, o Código de Processo Civil, tudo é muito complicado. Tudo permite demoras, delongas.

Então, essa demora nos julgamentos é que acaba ajudando também, eu diria, de certa forma, a ineficiência. Lançar mão desse depósito e se, de uma hora para outra, as sentenças fossem determinadas e o Estado tivesse que pagar as partes que estão em litígio com o Estado? E aí, como estaria entrando uma intervenção? Então,...

**O Sr. Eduardo Amorim** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso é confisco, Senadora Ana Amélia. Isso é confisco, é apropriação indébita, indevida.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria sublinhar exatamente, Senador, porque veja só: a situação do meu Estado é mais grave ainda – mais grave ainda! –, porque, lá, já não há mais dinheiro dos depósitos judiciais, Senador Dário Berger. Não há mais, já foram sacados todos; há muito pouco para ser sacado dos depósitos.

Então, veja, é uma situação realmente alarmante. Foi um dos primeiros Estados em que a Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul autorizou na falta de recursos financeiros. Então, isso agravou ainda mais, porque agora alguns Estados, como o Estado de Sergipe, estão lançando mão, graças à emenda aqui do Senador Serra, desse recurso, mas o Estado do Rio Grande do Sul não tem mais. O Estado não dá mais incentivo; o Estado não tem mais capacidade de tomada de empréstimos, o que, de certa forma, é bom, porque tem que fazer o dever de casa também, mas se esgotaram todas as fontes de receita e, de novo, vai se lançar mão daquele caminho que é, digamos, eu diria, o mais fácil, mas é o caminho do enxuga-gelo, que é aumentar imposto.

Então, aumentar imposto, carga tributária para uma carga já insuportável para o cidadão não é aceitável, porque ela vai deprimir ainda mais o setor produtivo. Deprimindo ainda mais, você não tem uma ativação da economia para gerar mais emprego, gerar mais renda e gerar maior produção.

Então, é exatamente nesse aspecto que eu penso que não é adequado, como já fizeram os governos anteriores, lançar mão de um aumento de impostos para fazer esse processo de aumentar a sua receita e fazer frente às demandas de pagar salário. Até os fornecedores o governador do Rio Grande do Sul teve que cortar, porque, claro, primeiro os servidores, depois os fornecedores.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, primeiro eu quero me solidarizar com V. Exª e com o povo gaúcho, pelas dificuldades que estão passando. V. Exª é, sem sombra de dúvida, uma das Senadoras mais competentes, e determinadas a trabalhar 24 horas pelo seu Estado e pelo Brasil. Eu lamento ter sabido, hoje, que as contas do Estado do Rio Grande do Sul foram bloqueadas. Acompanhei, pelo noticiário, as dificuldades que o Governador do Rio Grande do Sul vem sofrendo ao longo desses oito meses. Eu lembro que, quando a ex-Governadora Yeda Crusius governou o Estado do Rio Grande do Sul, ela recebeu o Estado também em uma situação crítica de desequilíbrio fiscal e financeiro. Nos seus quatro anos, ela teve que tomar medidas duras para poder reequilibrar o Estado, e o fez. Fez o trabalho que deveria fazer, apesar de impopular. Aconteceu o processo de ela não ter sido reeleita, mas pelo que eu sei – V. Exª pode confirmar ou não, se eu estiver enganado –, ela deixou o Estado do Rio Grande do Sul em uma situação de equilíbrio. Os quatro anos seguintes, do governo Tarso Genro, do PT, conseguiram destruir tudo aquilo que foi feito nos quatro anos de Yeda Crusius. O Estado foi entregue ao atual Governador nessa situação que hoje é conhecida de todos os brasileiros. O ex-Governador Tarso Genro entregou ao Governador atual do Rio Grande do Sul uma bomba sem pavio, já pronta para explodir. É lamentável! Eu digo isso: eu gostaria que as Lideranças do PT me indicassem um – eu só quero um! – Estado que tenha sido governado pelo PT e que tenha tido uma administração exitosa, que veio ajudar e melhorar a qualidade de vida das pessoas daquele Estado. Eu quero só um exemplo. Eles não conseguem me dar, porque, por onde o PT passa, acontece o que está acontecendo para o Brasil, que é o conjunto de tudo aquilo que ele faz nos Municípios, nos Estados, e agora na União. Então, minha solidariedade, Senadora Ana Amélia, e meus parabéns pelo trabalho que V. Exª desenvolve aqui junto com os seus companheiros de Bancada, o Senador Paulo Paim e o Senador Lasier Martins. Que o Rio Grande do Sul consiga vencer essa dificuldade atual e volte a ter o caminho do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida da sua população.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço muito, Senador Flexa Ribeiro, a avaliação que V. Exª fez da situação do governo da Governadora Yeda Crusius, que foi, de fato, de muito compromisso com o ajuste fiscal.

Até porque disputei uma eleição com o ex-governador, não faço juízo de valor – todos sabem a minha opinião –, mas quero dizer que, do ponto de vista da gestão, um dos maiores equívocos, para não dizer irresponsabilidades... Da Lei de Responsabilidade Fiscal deveria constar que nenhum gestor pode conceder reajuste para o sucessor pagar. O Governador José Ivo Sartori terá de pagar reajustes, por mais merecidos que sejam, às categorias dos servidores. Não estou discutindo isso, e sim o ato de um governador transferir para o sucessor a responsabilidade de reajustes que vão até 2018. Aí é que está a questão grave e aguda.

Imagine – estou apenas dando um dado, não estou fazendo juízo de valor, e teria muitos para fazer, muitos e muito sérios. Mas este, permita-me dar apenas esse exemplo...

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me, Senadora. V. Exª, ao dar apenas essa informação já faz com que todos os brasileiros e nós, todos os Senadores, possamos formar o juízo de valor. Por esse motivo é que ele está morando no Rio de Janeiro; não pode ficar no Rio Grande do Sul.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro, pelo seu aparte, que ilustra bem a situação que estamos vivendo.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Zeze Perrella.

Digo a V. Exª, Senador: que pena que não tivemos quórum na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para votar o projeto de sua autoria que determina que os clubes façam um seguro de vida e de acidentes aos atletas, como já está previsto na Lei Pelé, mas incluindo também agora os técnicos de futebol e as equipes técnicas dos clubes.

Então, V. Exª, como experiente dirigente de clube, do Cruzeiro – e aí está um cruzeirense do seu lado. Não, olhe, é atleticano... (*Risos.*) Eu gosto de provocar, porque fazem o mesmo comigo. Eu gosto de provocar! Cruzeirense é o Senador Aécio Neves, que é apaixonado pelo azul. E o Senador Antonio Anastasia é atleticano.

Mas eu queria dizer a V. Exª que faltou apenas um voto para votarmos, na Comissão presidida pelo Senador Romário, o projeto de sua autoria. Eu faço questão de falar porque sou a Relatora desse projeto, Senador Zeze Perrella.

**O Sr. Zeze Perrella** (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – E fez um relatório brilhante, Senadora. É realmente um projeto importante. Eu espero que consigamos votá-lo nas próximas reuniões. Mas só para lembrar que a família do Senador Anastasia foi fundadora do Palestra Itália, que hoje é Cruzeiro. É uma ovelha que desgarrou e foi para o lado do Atlético. É um dos poucos defeitos dele, ou talvez o único. (*Risos.*)

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu concordo com o senhor.

**O Sr. Zeze Perrella** (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Mas, Senadora, o mais preocupante desses confusos, em que se está tirando dinheiro... Eu conversava, semana passada, com o vice-presidente do Banco do Brasil. Esse dinheiro saindo do Banco do Brasil e da Caixa para os Estados, os governadores podem gastar esse dinheiro de uma maneira irresponsável. E, depois, como é que vão pagar essas pessoas, que estão na expectativa, que estão numa luta judicial há anos? Mas o mais sério: a emenda do Senador Serra passou, aqui na Casa, quase que despercebida, e ela vai tirar R\$14 bilhões da Caixa e R\$23 bilhões do Banco do Brasil. Isso quebra os dois bancos se a Presidente Dilma não vetar. E Estados estão fazendo isso à revelia, com legislações estaduais. Isso é preocupante, porque poucas pessoas estão pensando no aspecto dos bancos. Nós podemos quebrar essas instituições, que têm esse dinheiro como capital de giro. A coisa é muito mais séria do que isso. Não é nem questão de o Estado poder pagar ou não. Nós vamos quebrar essas duas instituições se isso realmente não mudar. Eu agradeço a V. Exª pelo aparte.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Zeze Perrella, pelo alerta que fez. Aliás, eu já tinha acompanhado e lido informações preocupantes dessas duas grandes instituições, que são patrimônio brasileiro.

O Banco do Brasil é o maior agente de financiamento da área rural – eu sou Presidente da Comissão de Agricultura, então tenho que zelar pela saúde financeira do nosso grande Banco do Brasil –, e a Caixa Econômica agora também opera com crédito rural, da mesma forma. É claro, porque esses depósitos são colocados em instituições públicas. No caso, uma das duas maiores é o Banco do Brasil. Esta é outra preocupação neste momento, digamos, de dificuldade financeira que o Brasil está vivendo.

O Ministro Joaquim Levy está ali, no gabinete do Presidente Renan Calheiros, com um grupo de Senadores, mostrando novamente a necessidade do ajuste fiscal. É claro que eu reconheço o esforço que o Ministro vem fazendo, digamos assim, nessa via-sacra, nessa romaria para tentar sinalizar com a necessidade de uma aprovação – não de uma pauta bomba, que não é o nosso propósito aqui, de nenhum Senador é de interesse isso.

Vou repetir o que eu disse aqui na tribuna no início desta semana: o Brasil é maior do que o Governo que está aí; o Brasil é maior do que todos os problemas que nós temos; o Brasil é maior do que tudo o que nós podemos imaginar de divisão deste País tão rico e tão espetacular. E é em nome do País, do Brasil, que é maior que tudo isso – que oposição, que situação, que partido político; ele é maior do que tudo isso –, é com este País que nós temos a responsabilidade.

Hoje, quando eu comecei a falar, Senador Anastasia, usei aquela outra tribuna, dei uma breve manifestação – o Senador Dário Berger estava aqui. Fiz apenas uma comunicação inadiável para falar sobre a gravidade da situação a partir do bloqueio do repasse da União, dos repasses devidos da União ao Estado do Rio Grande do Sul. Neste momento, o Governador do meu Estado está no Supremo Tribunal Federal, porque há um risco de intervenção no Estado. É uma situação crucial!

E, quando eu falei, uma ouvinte lá do Rio Grande do Sul, acompanhando a TV Senado... E aí de novo eu digo: essa TV Senado presta um relevante serviço, Senador Flexa, o senhor sabe disso; lá em Belém, em todo o seu Pará, em toda a Amazônia, como a TV Senado é ouvida e acompanhada. E V. Exª sabe que, lá em Santa Catarina, também é assim, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A senhora me permite...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... fazer uma consideração aqui da Presidência?

Eu estava disposto a pedir um aparte para V. Exª, mas confesso que não resisti. Porque para mim, que sou de Santa Catarina, é difícil de acreditar que o Estado do Rio Grande do Sul – um Estado que produziu personalidades extremamente importantes no cenário nacional – se encontre em um estado como esse que a senhora acaba de relatar: está insolvente! E o que é pior, Senador Anastásia: nesta hora, ao invés de encontrar amparo, encontra desprezo, como vem acontecendo aqui, no Governo Federal.

Eu quero expressar a minha mais profunda solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, povo vizinho de Santa Catarina, povo irmão, e me associar, vamos dizer assim, a essa voz atuante, vibrante de V. Exª. O Rio Grande do Sul deve ser orgulhar da forma como a senhora defende o seu Estado e da preocupação que a senhora demonstra neste momento com as consequências, que podem ser drásticas e dramáticas, inclusive com uma intervenção federal ao Rio Grande do Sul, coisa que não posso admitir, não posso acreditar que vá acontecer.

Portanto, quero também me associar a V. Exª e pedir às autoridades federais, pedir à Presidenta Dilma Rousseff para que ela atente para esse problema, porque isso pode se transformar num efeito dominó. Hoje é o Rio Grande do Sul, amanhã pode ser o Paraná, e já há outros Estados que estão parcelando salário. A atividade econômica está diminuindo e, diminuindo a atividade econômica, evidentemente, reduzem-se as receitas de impostos, e os governos podem entrar em insolvência, os governos estaduais. Isso sem levar em consideração – nós não estamos atentando, Senador Anastásia – a questão municipal, que é tão grave quanto a questão estadual.

Portanto, acho que realmente a situação é grave, é dramática, e quero me associar, me solidarizar com V. Exª e com todo povo gaúcho, que não merece estar passando por essa situação. No que estiver ao meu alcance, para poder me associar e ajudar o Rio Grande do Sul a sair dessa triste realidade, estarei sempre disposto a contribuir.

Obrigado pelo aparte, Senadora.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Dário Berger, eu fico emocionada mesmo e, em nome da população do meu Estado, tão rico, tão bonito e de uma história e cultura muito forte... Por onde o senhor andar nesse Brasil há um CTG, que é um Centro de Tradições Gaúchas. Essa é a forma que o gaúcho encontra de mostrar e, aonde chega, levar a sua cultura, o seu chimarrão, o seu churrasco, a sua dança, a sua música, o valor da sua terra, cantando o Hino com a mão no peito. Então, quando o senhor faz essa manifestação, eu fico comovida. E, em nome dos gaúchos e das gaúchas, do meu querido Rio Grande, eu lhe agradeço. Juntos nós vamos vencer.

Essa manifestação sua me lembrou a de uma senhora que, logo que usei a tribuna, ligou para o meu gabinete dizendo: “Parabéns, Senadora, por defender o nosso Estado”. E ela disse o seguinte, Senador Anastasia – uma senhora do povo, veja só. Veja a compreensão aonde chega, quando você fala e diz as coisas como elas são. Eu falei da solidariedade federativa, que era necessária num momento de urgência e emergência como o que está vivendo o meu Rio Grande do Sul. Ela ligou para cumprimentar, dizendo o seguinte: “Este Governo,



o Governo Federal, se fosse com um país africano, com a Venezuela ou com a Bolívia, o Governo ia socorrer. Mas não está fazendo isso com o Rio Grande”. Veja que sentimento é e como as pessoas recebem esses gestos e essas coisas.

Eu penso que a Presidente da República, Dilma Rousseff – que nasceu nas Minas Gerais do Senador Antonio Anastasia, do Senador Perrella, do Senador Aécio, lá de Minas Gerais – precisa entender a emergência que o Estado está vivendo e a herança – já que tanto se falou isso, neste Governo – que o Governo, que há tão poucos meses assumiu, no início deste ano, está vivendo; a herança que foi deixada.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Antonio Anastasia.

**O Sr. Antonio Anastasia** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Ana Amélia. Eu queria também fazer aqui, ainda que de maneira muito breve, uma manifestação de solidariedade ao Estado do Rio Grande do Sul. Como disse muito bem V. Ex<sup>a</sup>, o Estado do Rio Grande do Sul é um dos Estados não só mais desenvolvidos, com os melhores indicadores e qualidade de vida do Brasil, mas, sobretudo, é um Estado fundamental na formação da cultura brasileira, pela sua história, pela sua tradição, pelo brio do seu povo, pela inteligência de sua gente, pelas suas riquezas, por sua beleza natural, por sua arquitetura, por sua culinária e, especialmente, por sua gente, pelos gaúchos, dos quais temos aqui uma representação tão distinta, dos três Senadores, mas quero me dirigir neste momento a V. Ex<sup>a</sup>, uma gaúcha briosa, dedicada, batalhadora, que tem o Rio Grande do Sul no seu coração, assim como o Brasil. De fato, é muito triste nós observamos neste momento o Estado do Rio Grande do Sul passando por uma crise tão grave. Minas Gerais – eminente Senadora e caro Senador Dário Berger, que preside, neste momento, o Senado Federal – passou por uma situação semelhante, no início de 1999, quando o então Governador e ex-Presidente da República Itamar Franco assumiu o governo, mas, por vontade dele, declarou uma famosa moratória, não pagou a União Federal e também teve consequências. Mas havia ali outras questões que não existem agora. O que nós observamos, de fato, Senadora Ana Amélia, é que os Estados federados e os grandes Municípios estão sangrados, em uma hemorragia completamente incontida, no que se refere ao pagamento da dívida com a União Federal. E não é de agora que esse alerta vem sendo dado. Já faz anos e anos a fio que os governadores – e eu me incluo entre eles – do último quadriênio estão alertando a União de que a situação é insustentável. Só Minas Gerais pagou, no último ano do meu governo, R\$6 bilhões de juros para o Governo Federal – juros de usura praticamente. É inadmissível numa negociação que foi feita, num primeiro momento, para ajudar os Estados, Senador Dário Berger, mas que, num segundo momento, lamentavelmente, ficou extremamente nociva. E os Estados não aguentam. E, no Rio Grande do Sul, por ser um Estado já bem consolidado, um Estado antigo, por isso, com um número alto de funcionários, com muitos aposentados, como também em Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo, essas dificuldades são maiores em razão do regime previdenciário. Então, lamentavelmente, observamos que, neste momento, como muito bem disse a Senadora Ana Amélia, a Federação deve surgir com a palavra-chave: solidariedade. A Federação deve ser solidária, deve haver reciprocidade: os Estados colaboram com a União, a União colabora com os Estados. No momento em que o Governador Sartori, um homem de bem, dedicado, reconhecido, um grande administrador, pede socorro à União, ele tem uma resposta negativa. E, ao contrário de qualquer tipo de negociação, o Governo Federal, a meu juízo, de maneira até fria, declara o bloqueio das contas, levando insegurança aos servidores gaúchos, aos fornecedores do Estado do Rio Grande do Sul, a toda cadeia econômica daquele Estado, que já se encontra debilitada. Não é hora de retaliação, é hora do diálogo e da composição. A União Federal sabe muito bem como deve fazê-lo. Eu queria, portanto, eminente Senadora Ana Amélia, trazer aqui também essa solidariedade e o apoio, que tenho certeza de que é de todos os brasileiros, ao Rio Grande neste momento. Por convite da digna Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, eu estarei, na próxima segunda-feira, em Porto Alegre fazendo parte de uma mesa redonda técnica sobre temas relativos à governança. Certamente, lá todos nós vamos, mais uma vez, de viva-voz, declarar nosso apoio ao Rio Grande do Sul e à necessidade que a União Federal tem, neste momento, de levar a sua mão a um dos Estados principais da nossa Federação. Parabéns pelo seu trabalho. E a história da República de Piratini, com a bandeira tricolor gaúcha, neste momento, está nas mãos de todos os Senadores desta Casa, que é a Casa da Federação. Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup>. ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Antonio Anastasia, é um aparte que todos os gaúchos, sem dúvida, colocam no coração e na mente como histórico também, tanto quanto o momento que estamos vivendo. Eu tenho certeza de que, segunda-feira, o Presidente da Assembleia, Deputado Edson Brum, do PMDB, do Partido do Governador Sartori, vai dar-lhe as boas-vindas e a recepção calorosa que merece em retribuição a esse aparte e a esse gesto de solidariedade.

De fato, eu tenho dito também aqui, Senador – nós estamos na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, criada pelo Presidente Renan Calheiros, e estamos tratando dessas questões, dada a situação de crise –, que a crise federativa, em meu modesto entendimento, é tão ou mais aguda e grave que

a crise política e a crise financeira. Nesse bloqueio, também são interrompidos os repasses do Estado para os Municípios e para a saúde, Senador, sendo que a saúde já está na UTI. Então, o corte desses repasses afeta dramaticamente as prefeituras municipais nos serviços essenciais, que é o caso da saúde pública, da segurança e da própria educação. Greves, paralisações. Os servidores entendem a situação grave que estamos vivendo.

O que fez o Governador? Ele estava na escolha de Sofia. Foi a verdadeira escolha de Sofia: ou mandava o dinheiro para Brasília, ou pagava aos funcionários a outra parcela do salário de julho. Nós já estamos quase no final de agosto. Então, foi a escolha dramática de um gestor, de uma pessoa com um mínimo de sensibilidade com o ser humano, que precisa do seu salário – e não são salários altos, são salários médios, R\$3 mil –, pagar esses salários, que estão fazendo falta para os compromissos das pessoas lá no meu Estado. Então, essa questão remonta à necessidade urgente de tratar a questão federativa.

Eu, agora há pouco, recebi um telefonema do Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, porque sou autora da PEC 84, que compõe o conjunto das medidas federativas que o nosso relator, Senador Fernando Bezerra, está apresentando. Essa proposta é para impedir que sejam criadas responsabilidades, atividades, competências ou programas sem a correspondente receita para a sua realização e para o seu financiamento, porque é muito comum a prima rica da Federação, a União, que concentra 60% de tudo o que é arrecadado, lançar um programa muito bonito em que a principal contrapartida vem ou do Estado ou do Município. É o caso de Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, em que o Município tem que comprar toda a área.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É o caso das Upas (Unidades de Pronto Atendimento), por exemplo, em que a União vai lá e constrói – o senhor foi prefeito, o senhor sabe disso – um prédio bonito, grande para a assistência de pronto atendimento. É ótimo. Fazer um prédio – e aqui estão empresários – não é difícil, não é caro. Um prédio bem organizado não é caro. Caro é o custeio, cara é a manutenção, caro é pagar o médico, o enfermeiro, o especialista, toda a área da estrutura para funcionar. Aí é que está o problema. E isso é transferido para o Município.

Vejam só: isso não é justo. Se o Governo cria o programa, ele tem que transferir para o ente federado o recurso. Nessa PEC nº 84, felizmente, foi possível compor uma redação e um texto que igualam as responsabilidades entre União, Estados e Municípios. Pelo menos isso.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A União está com muito receio de que venha a agregar algumas responsabilidades.

Eu agradeço muito, imensamente, as manifestações de todos os Senadores, em nome do povo do Rio Grande do Sul. Faço isso em nome do Senador Paulo Paim, aqui presente, e do Senador Lasier Martins. São manifestações não só, eu diria, de um grande humanismo, mas de uma grande solidariedade com o nosso Estado, que sempre serviu ao País, um Estado que honrou as tradições, um Estado que defendeu a fronteira. É por isso que eu, como representante do Rio Grande, tenho uma grande honra de estar aqui hoje nesta tribuna para agradecer essa solidariedade e dizer que nem o Rio Grande vai faltar ao Brasil e nem o Brasil vai faltar ao Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mais uma vez, eu cumprimento a Senadora Ana Amélia. Quero aproveitar para transmitir a minha profunda admiração por V. Exª, que preside a Comissão de Agricultura e outras comissões e que fez um brilhante pronunciamento, mais uma vez, em defesa do povo do Rio Grande do Sul.

O próximo orador inscrito é o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem convido para subir à tribuna.

Enquanto isso, eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu peço minha inscrição a V. Exª para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª está inscrito e é o próximo orador. Senador Flexa Ribeiro, um minutinho, por gentileza.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – À vontade, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Consta sobre a mesa uma mensagem da Presidência da República,...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tomara que seja boa.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... que passo a fazer a leitura.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tomara que seja boa para o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) –

– **Nº 59, de 2015** (nº 306/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

É a seguinte a Mensagem na íntegra:

#### MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM Nº 59, de 2015

(Nº 306/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

Considerando o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1º, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

**DILMA ROUSSEFF**

Presidente da República Federativa do Brasil

**I - DADOS PESSOAIS**

**Nome :** RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

**Naturalidade:** Belo Horizonte

**Data Nascimento:** 15/SET/1956

**Filiação:** Otto Monteiro de Barros e Maria Janot Monteiro de Barros

**CPF:** 265.478.726-53

**RG:** M 391328/SSP-MG

**II ESCOLARIDADE**

**2.1** Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1979;

**2.2** Especialista em Direito Comercial, pós-graduação, pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1985;

**2.3** Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1986;

**2.4** Especialização na Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento S. Anna, Pisa/Itália, de 1987 a 1989, na área de concentração Meio Ambiente e Consumidor.

**III EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

**3.1** Procurador-Geral da República, 2013/2015;

**3.2** Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, 2013/2015;

**3.3** Presidente da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos, 2013/2014;

**3.4** Membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal eleito para três mandatos: 2005/2007, 2010/2012 e 2012/2014;

- 3.5 Membro da 7ª, 3ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em diversos períodos.
- 3.6 Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, 2006/2010;
- 3.7 Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional do Ministério Público Federal CPSI/MPF, 2006;
- 3.8 Secretário-Geral do Ministério Público Federal, 2003/2005;
- 3.9 Subprocurador-Geral da República desde 2003, com atuação perante o Supremo Tribunal Federal;
- 3.10 Procurador Regional da República, período de 1993/2003;
- 3.11 Professor Titular de Direito Processual Civil I Universidade do Distrito Federal (UNIDF) até 1995;
- 3.12 Coordenador do Meio Ambiente e dos Direitos do Consumidor da Procuradoria Geral da República, 1991/1994;
- 3.13 Secretário de Direito Econômico - Ministério da Justiça, 1994;
- 3.14 Procurador-chefe substituto da Procuradoria da República no Distrito Federal, 1984/1987;
- 3.15 Procurador da República, posse em 01.10.1984;
- 3.16 Professor Assistente de Teoria Geral do Processo e de Títulos de Crédito na Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte, 1981/1984;
- 3.17 Advogado Autônomo, 1980/1984;

#### IV - OUTRAS FUNÇÕES

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR - mandato eletivo de maio de 1995 a maio de 1997.

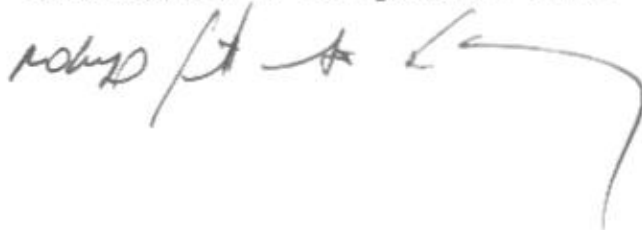


**V - PUBLICAÇÕES**

**BARROS, R. J. M.** Le point de vue du Ministère Public: les particularités du Ministère Public brésilien. Petites Affiches, v. 395, p. 34 - 36, 2006.

**BARROS, R. J. M.** O Caso EMBRAER In: Atualidades Jurídicas. 1 ed. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1993, v.3, p. 295-322. Referências adicionais Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso.

Brasília/DF, 12 de agosto de 2015.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

## DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento às exigências contidas na Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal, e em observância também ao disposto no Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa Legislativa, que não tenho parente algum que exerça ou tenha exercido atividade vinculada a minha função, de Procurador da República do Ministério Público Federal.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Assinatura manuscrita de Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

## DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento às exigências contidas na Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal, e em observância também ao disposto no Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa Legislativa, que, nos últimos 5 (cinco) anos, atuei **(a)** perante o Tribunal Superior Eleitoral, na condição de Procurador-Geral Eleitoral; **(b)** perante o Supremo Tribunal Federal, na condição de Subprocurador-Geral da República e, depois, como Procurador-Geral da República; e **(c)** perante o Superior Tribunal de Justiça, na condição de Procurador-Geral da República.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

A stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large 'R' and 'J' intertwined.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

## DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento às exigências na Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal, e em observância também ao disposto no Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa Legislativa, que não tramitam, no momento, ações judiciais em que eu figure como autor ou réu, ressalvadas as iniciativas coletivas da Associação Nacional dos Procuradores da República em favor dos seus associados.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Assinatura manuscrita de Rodrigo Janot, com uma letra 'R' inicial muito grande e estilizada.

Rodrigo Janot ~~Monteiro~~ de Barros



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

## DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento às exigências contidas na Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal, e em observância também ao disposto no Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa Legislativa, que me encontro em situação regular quanto aos tributos federais e aos tributos da competência do Distrito Federal, local onde resido.

Em anexo, certidões expedidas pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Assinatura manuscrita de Rodrigo Janot Monteiro de Barros, em tinta preta, sobreposta ao nome impresso.

12/08/2015

[www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidaoemite\\_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidaoemite_certidao.cfm)

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

### CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 244-01.030.811/2015  
NOME : RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
ENDEREÇO : SMDB CJ 9 LT 2 UN C  
CIDADE : BRASILIA  
CPF : 265.478.726-53  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

**Válida até 10 de Novembro de 2015.**

Brasília, 12 de Agosto de 2015.

Certidão emitida via internet às 14:30:56 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndCo...>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**CPF: 265.478.726-53**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 14:49:47 do dia 12/08/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/02/2016.

Código de controle da certidão: **0FC5.516A.2BD8.1467**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

## DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento às exigências contidas Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal, e em observância também ao disposto no Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa Legislativa, que não participo, nem nunca participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Assinatura manuscrita de Rodrigo Janot, com uma 'R' e 'J' muito grandes e estilizadas.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS****ARGUMENTAÇÃO ESCRITA****(art. 383, I, “c”, do RISF)**

Com a finalidade de dar cumprimento ao disposto no art. 383, I, “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação conferida pela Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, apresento, para exame dos nobres Senadores, as informações a seguir, com a finalidade de demonstrar a experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para a recondução ao cargo de Procurador-Geral da República, para o qual fui escolhido por votação da categoria com 81% dos votos, vindo a ser indicado pela Presidente da República para ser reconduzido ao cargo no próximo biênio.

Minha experiência profissional resulta de longa jornada, iniciada no ano de 1980, quando nos anos que antecederam meu ingresso no Ministério Público Federal atuei como advogado e como Professor Assistente na cadeira de Teoria Geral do Processo e de Títulos de Crédito na Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte. Após o dia de 1º de outubro de 1984, quando vim a ser empossado no cargo de Procurador da República, foram inúmeras as funções exercidas, ao longo da progressão na carreira, até o cargo de Subprocurador-Geral da República, o qual ocupo desde 2003: Procurador-chefe substituto da Procuradoria da República no Distrito Federal (1984/1987), Secretário de Direito Econômico - Ministério da Justiça (1994), Coordenador do Meio Ambiente e dos Direitos do Consumidor da Procuradoria Geral da República (1991/1994), Procurador Regional da República, período de (1993/2003), Secretário-Geral do Ministério Público Federal (2003/2005), Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional do Ministério Público Federal CPSI/MPF (2006), Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União (2006/2010), Membro da 7ª, 3ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em diversos períodos. Membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal eleito para três mandatos (2005/2007, 2010/2012 e 2012/2014), Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público da União, 2013/2015.





Como Subprocurador-Geral da República, atuei perante o Supremo Tribunal Federal, quando tive a oportunidade de me manifestar acerca de relevantes questões postas a exame daquela Corte. Foram 9.383 (nove mil, trezentos e oitenta e três) pareceres elaborados, entre os quais destaco como mais expressivos os constantes da tabela que segue anexada.

Orgulho-me da formação escolar e acadêmica que balizou minha trajetória profissional, porque, como tive a oportunidade de mencionar na sabatina no Senado Federal ao cargo de Procurador-Geral da República (sessão de 29 de agosto de 2013), foi iniciada no bom e velho estudo público de qualidade universal e gratuito, no Jardim de Infância Bueno Brandão, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e no Colégio Estadual de Minas Gerais, onde fiz ginásio e científico. Abracei o Direito ao ingressar na honrada Casa de Afonso Pena, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde obtive os títulos de graduação, especialista e, após, mestre em Direito. Nova especialização foi obtida anos mais tarde na Escola Superior Santana, na Universidade de Pisa, Itália.

A experiência profissional conduziu-me à cadeira de Procurador-Geral da República, na qual, durante os dois últimos anos, tive a honra de conduzir essa instituição da qual cada vez mais tenho orgulho, que é o Ministério Público da União.

No cargo de cargo de Procurador-Geral Eleitoral, conduzi o Ministério Público Eleitoral nas eleições de 2014. Perante a Justiça Eleitoral, nesse período, conseguimos reduzir significativamente o acervo da Procuradoria-Geral Eleitoral, devolvendo ao Tribunal Superior Eleitoral mais de 7.655 (sete mil, setecentos e cinquenta e cinco) processos, garantindo a celeridade da atuação perante aquela Corte.

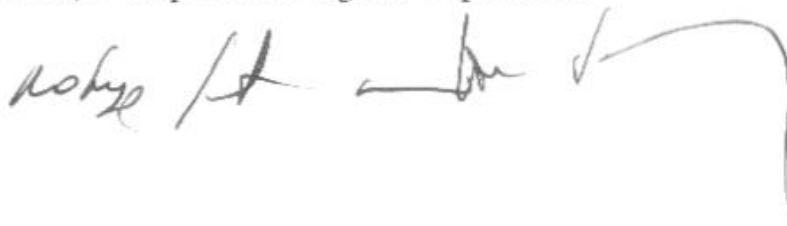
Coordenando os trabalhos do Conselho Superior do Ministério Público Federal foi possível aprimorar e fortalecer a contribuição do CSMPF para a transparência, a eficácia, a economicidade, a efetividade, a presteza e o compromisso público nas atividades do MPF, com a criação de sistema eletrônico de votação, criação de sistema de pauta e sessão eletrônica, definição de processo, rotinas e de indicadores de desempenho e de elaboração periódica de relatórios gerenciais.



No gabinete de Procurador-Geral, implantei nova estrutura orgânica, com modificações nas Secretarias e incremento na especialização das Assessorias, alcançando o objetivo pretendido de promover maior dinamismo e acuidade técnica na atuação. Recebidos 2.330 (dois mil, trezentos e trinta) processos da gestão anterior e recebidos 9.209 (nove mil, duzentos e nove) durante o período, o acervo remanescente atual é de menos de 350 processos. Implantei o banco de teses para compilação e divulgação dos entendimentos manifestados como Procurador-Geral da República acerca das diversas matérias jurídicas analisadas nesses processos, promovendo publicidade e transparência.

Logo em agosto de 2010, ao assumir o cargo, mediante estudos cuidadosos, foi possível elaborar um diagnóstico da situação do Ministério Público Federal e construir um planejamento estratégico institucional com metas até o ano de 2020, para as quais criamos o Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE) e procedemos à regulamentação da gestão por projetos no MPF e à criação do Escritório de Projetos do MPF. Como desdobramento do Plano Estratégico Institucional, durante esses dois anos foi possível realizar os Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, os Planos de ação da Função Eleitoral e da Corregedoria, os Painéis de contribuição das Procuradorias Regionais, o Plano Estratégico de Tecnologia de Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e a Criação do escritório de processos do MPF.

Por fim, a afinidade intelectual e moral que autorizam a minha manutenção no cargo hoje ocupado está espelhada em minha própria atuação, de que a nação brasileira tem sido testemunha. Minha bandeira continuará sendo a de contribuir com todas as forças para a eficiência na atuação do Ministério Público, na nobre missão constitucional de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pela defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Continuo acreditando em uma abertura cada vez maior ao diálogo institucional e a uma atuação combativa e responsável dessa instituição da qual tenho orgulho de pertencer.





## QUADRO SINÓPTICO DE PROCESSOS COM MANIFESTAÇÕES RELEVANTES

NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO
PARECER Nº 8619 RE 609.381-RG/GO TEMA Nº 480	<b>TETO REMUNERATÓRIO.</b> ART. 37, XI, CE EC Nº 41/03. <b>APLICABILIDADE IMEDIATA. NÃO OPORTUNIDADE DO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS AO TETO FIXADO EM MOMENTO POSTERIOR.</b> PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA EM CASO SEMELHANTE: RE Nº 606.358/SP; TAMBÉM COM PARECER DO GABINETE NO MESMO SENTIDO.
PARECER Nº 5580 RE 606.358-RG/SP TEMA Nº 257	<b>TETO REMUNERATÓRIO.</b> VANTAGENS PESSOAIS, ART. 37, XI, DA CF, COM A REDAÇÃO DA EC Nº 41/03. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. <b>INCIDÊNCIA IMEDIATA DO TETO, INCLUSIVE SOBRE AS VANTAGENS PESSOAIS.</b>
PARECER Nº 8528 ARE 662.186- RG/MG TEMA Nº 532	<b>EMPRESA DE ECONOMIA MISTA. DELEGAÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DE ESTADO.</b> EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DE TRÂNSITO: IMPOSSIBILIDADE.
PARECER Nº 8125 RE 635.648-RG/CE TEMA Nº 403	<b>SELEÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO</b> ART. 9º, III, DA LEI Nº 8.745/93, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 9.849/99. VEDAÇÃO DE NOVA CONTRATAÇÃO DO SERVIDOR. CUJO CONTRATO TEMPORÁRIO COM A ADMINISTRAÇÃO TENHA SE ENCERRADO NOS ÚLTIMOS 24 MESES. PREVISÃO PRÓPRIA, RAZOÁVEL E LEGÍTIMA À NATUREZA DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS. CONSTITUCIONALIDADE.
PARECER Nº 6114 RE 638.115-RG/CE TEMA Nº 395	<b>INCORPORAÇÃO DE QUINTOS</b> NO PERÍODO ENTRE A EDIÇÃO DA LEI Nº 9.624/1998 E A MP 2.225-48/2001. LEIS NO TEMPO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. REPRISTINAÇÃO: AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. LEI Nº 9.624/98. NÃO REINSTITUIU OS QUINTOS/DÉCIMOS, MAS LIMITOU TEMPORALMENTE A INCORPORAÇÃO DA REFERIDA VANTAGEM ENTRE 19 DE JANEIRO DE 1995 ATÉ A DATA DA SUA PUBLICAÇÃO EM 08.04.1998.
PARECER Nº 2468 RE 590.260-RG/SP TEMA Nº 139	SERVIDORES PÚBLICOS. <b>PARIDADE REMUNERATÓRIA</b> ENTRE ATIVOS E INATIVOS. <b>REGRAS DE TRANSIÇÃO.</b> EC Nº 41/03 E Nº 47/05. GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO (GAM) LC Nº 977/05 DO ESTADO DE SÃO PAULO. AQUELES QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DAS EC Nº 20/98 e Nº 41/03, E SE APOSENTARAM APÓS REFERIDOS DIPLOMAS LEGISLATIVOS, TÊM DIREITO À INTEGRALIDADE E À PARIDADE REMUNERATÓRIA, DESDE QUE OBSERVADOS OS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTS. 2º E 3º DA EC Nº 47/05, SEMPRE RESPEITADO O DIREITO DE OPÇÃO PELO REGIME TRANSITÓRIO OU PELO NOVO REGIME.  JULGADO PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RE, NO MESMO SENTIDO DO PARECER.
PARECER Nº 8569 RE 636.553-RG/RS TEMA Nº 445	<b>TCU. OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA</b> NO EXAME DE LEGALIDADE DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMAS E PENSÃO APÓS O DECORRIDO MAIS DE 5 ANOS <b>DESDE A CONCESSÃO INICIAL.</b>
PARECER Nº 8611 RE 580.252-RG/MS TEMA Nº 365	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA.</b> INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. OMISSÕES GÊNICAS NÃO ENSEJAM A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EST
PARECER Nº 7535 RE 658.026-RG/MG TEMA Nº 612	SERVIDOR PÚBLICO. <b>CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.</b> PREVISÃO GENÉRICA E ABRANGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA ATIVIDADE DE NATUREZA PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE.
PARECER Nº 5046 AI 791.811/SP (CONVERTIDO NO RE 656.558- RG/SP) TEMA Nº 309	<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.</b> CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS SEM LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE SINGULAR INTERESSE PÚBLICO.
PARECER Nº 5612 RE 602.381-RG/AL TEMA Nº 279	<b>PROCURADORES FEDERAIS.</b> LEIS Nº 2.123/52 E 4.069/62, QUE CONFEREM <b>60 DIAS DE FÉRIAS ANUAIS</b> AOS PROCURADORES FEDERAIS. REVOGAÇÃO PELA MP 1.522/96, CONVERTIDA NA LEI Nº 9.527/97.
PARECER Nº 5699 RE 631.389-RG/CE TEMA Nº 351	SERVIDORES PÚBLICOS. <b>GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO EXECUTIVO - GDPGE.</b> LEIS Nº 11.357/06 E 11.784/08. CARÁTER GERAL DA VANTAGEM ENQUANTO NÃO REGULAMENTADOS OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS.
PARECER Nº 8014 MS Nº 31.235/DF	TCU. LICITAÇÃO. <b>DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.666/93 À PETROBRÁS.</b> INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO Nº 2.745/98 POR REGULAR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SIMPLIFICADO EM CONTRARIEDADE AO ART. 173, § 1º, DA CF, QUE EXIGE LEI.
PARECER Nº 3624 RMS Nº 28.488/DF	<b>CADASTRO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DE EMPRESAS QUE MANTENHAM TRABALHADORES EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO.</b> PORTARIA Nº 540/04 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CONSTITUCIONALIDADE.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL (DIREITOS FUNDAMENTAIS, COMPETÊNCIA, LEGITIMIDADE DO MP, ETC)
PARECER Nº 8615 RE 641.005-RG/PE TEMA Nº 547	<b>AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E NORMAS PROTETIVAS AO CONSUMIDOR (CDC).</b> CURSO SERIADO. NECESSIDADE DE CORRELAÇÃO ENTRE O VALOR COBRADO E OS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS.
PARECER Nº 8642 RE 695.911-RG/SP (AI Nº 745.831/RG) TEMA Nº 492	<b>LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO. LOTEAMENTO FECHADO.</b> ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. COBRANÇA DE TAXA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DE EQUIDADE E ETICIDADE. PRINCÍPIO DE VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.
PARECER Nº 8168 RE 661.702-RG/DF TEMA Nº 546	<b>TRANSPORTE IRREGULAR DE PASSAGEIROS.</b> TRÂNSITO E TRANSPORTE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA: REPARTIÇÃO. LEI DISTRITAL Nº 239/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 953/95. INCONSTITUCIONALIDADE. <b>COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO</b> (ART. 22, XI, DA CF).
PARECER Nº 8249 ARE 649.379- RG/RJ TEMA Nº 491	LEI Nº 5.190/2008 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <b>DETERMINAÇÃO DE APOSIÇÃO DO VENCIMENTO NA PARTE EXTERNA DAS CORRESPONDÊNCIAS DE COBRANÇA.</b> NORMA PROTETIVA COMPLEMENTAR AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. <b>COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO E DOS ESTADOS.</b>



PARECER Nº 5664 RE 603.583-RG/RS TEMA Nº 241	OAB. EXIGÊNCIA DE PRÉVIA APROVAÇÃO NO EXAME DE ORDEM PARA EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º, IV, DA LEI Nº 8.906/94
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL (DIREITOS FUNDAMENTAIS, COMPETÊNCIA, LEGITIMIDADE DO MP, ETC)
PARECER Nº 9098 RE 646.721-RG/RS TEMA Nº 498	RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO DE FAMÍLIA. SUCESSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. HOMOAFETIVA: MESMO REGIME JURÍDICO PREVISTO ÀS RELAÇÕES HETEROSSEXUAIS DE MESMA NATUREZA (ADI Nº 4.277/DF E ADPP Nº 132/DF). REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NOS AUTOS. ART. 1790 DO CC. CONSTITUCIONALIDADE.
PARECER Nº 6675 RE 630.852-RG/RS TEMA Nº 381	PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 10.741/03 AOS CONTRATOS FIRMADOS ANTES DA SUA VIGÊNCIA. ESTATUTO DO IDOSO. AMPLIAÇÃO DO ROL DE GARANTIAS FUNDAMENTAIS À PESSOA HUMANA. ART. 15, § 3º, DA LEI Nº 10.741/03. CONSTITUCIONALIDADE. VEDAÇÃO DE AUMENTOS DISCRIMINATÓRIOS EM RELAÇÃO AOS DEMAIS SEGURADOS, DE MODO A IMPEDIR O ACESSO OU A PERMANÊNCIA DO IDOSO NO PLANO DE SAÚDE.
PARECER Nº 7994 RE 409.356-RG/RO TEMA Nº 561	AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DO ERÁRIO COMO EXPRESSÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.
PARECER Nº 4473 RE 631.111-RG/GO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. BENEFICIÁRIOS DO DPVAT. LEGITIMIDADE DO MP.
PARECER Nº 3052 MI 1.079/DF	MANDADO DE INJUNÇÃO. AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO. ART. 7º, XXI, DA CF. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. OMISSÃO LEGISLATIVA. MORA DO CONGRESSO NACIONAL. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA SUPREMA CORTE. MAIOR EFETIVIDADE AO MANDADO DE INJUNÇÃO. SENTENÇA COM NATUREZA JURÍDICA CONSTITUTIVA. DIREITO SUBJETIVO À EXPEDIÇÃO DE UM ATO NORMATIVO PELO PODER JUDICIÁRIO.
PARECER Nº 1916 RE 552.564/PR	SISTEMA DE COTAS RACIAIS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS. LEGITIMIDADE DE AÇÕES AFIRMATIVAS.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO ECONÔMICO
PARECER Nº 6724 RE 632.250-RG/SC TEMA Nº 352	DIREITOS ANTIDUMPING. CONTRATO ANTERIOR À RESOLUÇÃO CAMEX Nº 79/2008. INCIDÊNCIA SOBRE A IMPORTAÇÃO. IRRELEVÂNCIA DO MOMENTO DE CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO
PARECER Nº 3668 RE 593.068-RG/SC TEMA Nº 163	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS, SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS, ADICIONAL NOTURNO E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NÃO INCIDÊNCIA, POR NÃO COMPOR A BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE MAJORAÇÃO DOS FUTUROS PROVENTOS DE APOSENTADORIA.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL
PARECER Nº 7365 ARE 638.195- RG/RS TEMA Nº 450	REQUISICÃO DE PEQUENO VALOR. RECURSO QUE VERSA SOBRE INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. ART. 100, § 12, DA CF, COM A REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 62/09. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NOS AUTOS SOMENTE QUANTO À INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA APÓS A EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO, "PELO ÍNDICE OFICIAL DE REMUNERAÇÃO BÁSICA DA CADERNETA DE POUPANÇA". PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.
PARECER Nº 4294 RE 581.160-RG/MG TEMA Nº 116	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDENTES NAS AÇÕES SOBRE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS. ART. 29-C DA LEI Nº 8.036/90, INSERIDO PELA MP Nº 2.160-40/2001. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL RECONHECIDA NO JULGAMENTO DA ADI Nº 2.736/DF. ART. 62, § 1º, I, ALÍNEA B, DA CF. VEDAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE MATÉRIA PROCESSUAL EM SEDE DE MEDIDA PROVISÓRIA.
PARECER Nº 7855 RE 635.347-RG/DF TEMA Nº 416	PRECATÓRIO. FUNDER VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO. INDISPENSABILIDADE DE EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO, INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA DO CRÉDITO.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO DO TRABALHO
PARECER Nº 8023 RE 629.053-RG/SP TEMA Nº 497	EMPREGADA GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ART. 10, II, B, DO ADCT. DIREITO SUBJETIVO FUNDAMENTAL. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO. TERMO INICIAL: CONFIRMAÇÃO FISIOLÓGICA DO ESTADO GRAVÍDICO DE FORMA OBJETIVA.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO
PARECER Nº 8641 RE 630.898-RG/RS TEMA Nº 495	CONTRIBUIÇÃO AO INCRA. RECEPÇÃO PELA CF/88. REVOGAÇÃO PELA EC Nº 33/01. NOVOS ASPECTOS QUANTITATIVOS PREVISTOS ÀS CIDEs. ALÍQUOTA AD VALOREM (FATURAMENTO, RECEITA BRUTA OU VALOR ADUANEIRO) E ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, QUE TAMBÉM CONSTITUI BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO ART. 195, I, A, DA CF. <i>BIS IN IDEM</i> .
PARECER Nº 5786 RE 611.601-RG/RS TEMA Nº 281	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ART. 22-A DA LEI Nº 8.212/91, COM A RELEIÇÃO DA LEI Nº 10.256/01. INCIDÊNCIA SOBRE A RECEITA BRUTA PROVENIENTE DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO SOMENTE DAS AGROINDÚSTRIAS. MESMA BASE DE INCIDÊNCIA DA COFINS. <i>BIS IN IDEM</i> . IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.
PARECER Nº 5726 RE 599.316-RG/RS TEMA Nº 244	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS/COFINS. ART. 31 DA LEI Nº 10.865/04. LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA O APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS. NÃO HÁ DIREITO ADQUIRIDO DO CONTRIBUINTE A REGIME JURÍDICO-TRIBUTÁRIO.
PARECER Nº 6223 RE 607.109-RG/PR TEMA Nº 304	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS/COFINS. APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE PIS/COFINS NA AQUISIÇÃO DE DESPÊNDIOS, RESÍDUOS E APARAS. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 47 DA LEI Nº 11.196/05, QUE VEDA O CRÉDITO DE INSUMO RECICLÁVEL.
PARECER 6558 RE 635.443-RG/ES TEMA Nº 391	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. PIS/COFINS. IMPORTAÇÃO POR CONTA E ODEM DE TERCEIROS NO CONTEXTO DO FUNDAP. INCIDÊNCIA DO PIS/COFINS SOBRE O VALOR DA IMPORTAÇÃO E NÃO SOBRE O SERVIÇO. RECOLHIMENTO DO ICMS PARA O ESTADO DESTINATÁRIO JURÍDICO DA MERCADORIA.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO
PARECER Nº 3668	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS, SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS,

NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO
RE 593.068-RG/SC TEMA Nº 163	ADICIONAL NOTURNO E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NÃO INCIDÊNCIA, POR NÃO COMPOR A BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE MAJORAÇÃO DOS FUTUROS PROVENTOS DE APOSENTADORIA.
PARECER Nº 8616 RE 680.089-RG/SE TEMA Nº 615	ICMS. PROTOCOLO CONFAZ Nº 21/2011. VENDA DE MERCADORIA OU SERVIÇOS REALIZADA DE FORMA NÃO PRESENCIAL (INTERNET) A CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO TRIBUTO. IMPOSTO DEVIDO AO ESTADO REMETENTE DA MERCADORIA (ART. 155, § 2º, VII, ALÍNEA B, DA CF).
PARECER Nº 7777 RE 608.872-RG/MG TEMA Nº 342	ICMS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ICMS INCIDENTE SOBRE INSUMOS, MEDICAMENTOS E SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, NA CONDIÇÃO DE CONTRIBUINTE DE FATO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ÔNUS FINANCEIRO. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA Nº 591/STF.
PARECER Nº 6402 RE 635.688-RG/RS (AI Nº 768.491/RS) TEMA Nº 299	ICMS. CESTA BÁSICA. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE QUE A REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO EQUIPARA-SE À FIGURA DA ISENÇÃO PARCIAL E ACARRETA ANULAÇÃO DOS CRÉDITOS DE ICMS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES ANTERIORES.
PARECER Nº 6448 RE 601.967-RG/RS TEMA Nº 346	ICMS. BENS ADQUIRIDOS PARA O USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS LC Nº 122/06. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. NÃO É POSSÍVEL O CREDITAMENTO ENQUANTO NÃO HOUVER AUTORIZAÇÃO LEGAL, POIS TAIS BENS NÃO SE DESTINAM À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS PROPRIAMENTE DITAS. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. NÃO INCIDÊNCIA.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO
PARECER Nº 2703 RE 474.267/RS	ICMS. IMPORTAÇÃO POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA NÃO CONTRIBUINTE APÓS A EC Nº 33/01. MANUTENÇÃO DA SÚMULA Nº 660/STF, NO SENTIDO DA NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NA IMPORTAÇÃO DE BEM POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE NÃO SEJA CONTRIBUINTE DO ICMS.
PARECER Nº 6196 RE 606.107-RG/RS TEMA Nº 283	ICMS E PIS/COFINS. INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS. DESVIRTUAMENTO DOS CONCEITOS CONSTITUCIONAIS DE FATURAMENTO E RECEITA PREVISTOS NO ART. 195, I, ALÍNEA 'B', DA CF EMPRESA EXPORTADORA. ART. 155, § 2º, X, "A", DA CF IMUNIDADE. PRINCÍPIO DO PAÍS DE DESTINO. PARECER PELO DESPROVIMENTO.
PARECER Nº 5415 RE 593.849-RG TEMA Nº 201	ICMS. RESTITUIÇÃO DA DIFERENÇA DE ICMS PAGO A MAIOR NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA A FRENTE. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR.
PARECER Nº 2625 RE 572.020/DF	ICMS. INCIDÊNCIA SOBRE A HABILITAÇÃO DE CELULAR. NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS POR SE TRATAR DE ATO PREPARATÓRIO AO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO
PARECER Nº 6511 RE 627.051-RG/PE TEMA Nº 402	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT. TRANSPORTE DE ENCOMENDAS. ATIVIDADE NÃO ALCANÇADA PELA IMUNIDADE RECÍPROCA.
PARECER Nº 6786 RE 630.790-RG/RS TEMA Nº 336	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IPI. INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS. IRRELEVÂNCIA DA ORIENTAÇÃO FILOSÓFICA OU RELIGIOSA. ESTADO LAICO. IMPRESSÃO DA BÍBLIA E OUTROS IMPRESSOS. ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM AS FINALIDADES ESTATUTÁRIAS DA ENTIDADE. INEXIGIBILIDADE DAS EXAÇÕES.
PARECER Nº 4038 RE 598.468-RG/RS TEMA Nº 207	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. EC Nº 33/01. ART. 149, § 2º, I, E 153, § 3º, III, DA CF EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES. NA SISTEMÁTICA DO SIMPLES A EMPRESA OPTANTE É ONERADA COM ALÍQUOTA ÚNICA INCIDENTE SOBRE A RECEITA BRUTA EM CORRESPONDÊNCIA A DIVERSOS TRIBUTOS, NÃO HAVENDO COMO EXCLUIR DO MONTANTE DO PAGAMENTO A QUOTA DO IPI E DAS CONTRIBUIÇÕES.
PARECER Nº 6160 RE 605.506-RG/RS TEMA Nº 303	IPI. INCLUSÃO DO IPI NA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS. ART. 43 DA MP Nº 2.158-35/01 E IN DA SRF Nº 54/00. INCONSTITUCIONALIDADE. DESVIRTUAMENTO DOS CONCEITOS CONSTITUCIONAIS DE FATURAMENTO E RECEITA PREVISTOS NO ART. 195, I, ALÍNEA 'B', DA CF.
PARECER 8079 RE 606.314-RG/PE TEMA Nº 501	IPI. TABELA DE INCIDÊNCIA DO IPI – TIPI. ALÍQUOTA DO IPI SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO DE EMBALAGENS PARA O ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL, CONSIDERADO PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ESSENCIALIDADE DO PRODUTO. IMPOSSIBILIDADE DE ESTIPULAÇÃO DE ALÍQUOTAS PELO PODER JUDICIÁRIO.
NUMERAÇÃO	MATÉRIA: DIREITO TRIBUTÁRIO
PARECER Nº 7136 RE 666.156-RG/RJ TEMA Nº	IPTU. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS EM RAZÃO DA TIPOLOGIA OU DESTINAÇÃO DO IMÓVEL. CONSTITUCIONALIDADE, ANTES E APÓS A EC Nº 29/00.
PARECER 2384 RE 586.693-RG/SP TEMA Nº	IPTU. ALÍQUOTA PROGRESSIVA APÓS A EC Nº 29/00. CONSTITUCIONALIDADE.
PARECER 2217 RE 581.947-RG/PA TEMA Nº	TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO E DO ESPAÇO AÉREO POR POSTE DE TRANSMISSÃO. PARECER PELA POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DA TAXA EM DECORRÊNCIA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA.



Aviso nº 361 - C. Civil.

Em 10 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA



**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A mensagem será encaminhada, então, à Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Hoje eu venho à Tribuna, Senador Dário Berger, festejar. Graças a Deus, eu vou poder fazer um discurso que não seja de lamentação pela falta de apoio deste Governo que aí está para o meu Estado, o Estado do Pará.

Eu falo para o povo do Pará, meus amigos e minhas amigas do Estado do Pará que nos veem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado.

No dia 3 de agosto, uma segunda-feira, sem ser esta que passou, a outra, o General Ferreira, Comandante do Comando Militar do Norte – o Exército brasileiro tinha o Comando da Amazônia, e o General Enzo, quando Comandante do Exército, criou o Comando Militar do Norte, com sede no Pará, dividindo a Região, que é enorme, em dois Comandos – ligou para me dar uma ótima notícia. Ele fez questão que eu soubesse imediatamente. Há mais de quatro anos, Senador Dário, nós estamos lutando para que Belém tenha um Colégio Militar. Era um único Comando que não tinha um Colégio Militar – todos os outros possuíam. O Exército já estava pensando em construir um segundo Colégio Militar, por uma PPP, em Manaus, e nós não tínhamos ainda um Colégio Militar.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me fazer um aparte, tomando essa ousadia?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que está nos visitando aqui a ex-Deputada Luciana Genro, candidata à Presidência da República, que fez um belo giro pelo Brasil e que foi, no meu entendimento, muito bem nos debates. A presença dela aqui é, neste momento, sem sombra de dúvida, para nós, uma enorme alegria. E ela vem nos convidar para um movimento – liderado pelo Deputado Pedro Ruas, do PSOL, do Rio Grande do Sul, do Partido dela – para dar um basta nessa dívida do Estado, que é impagável. Então, haverá lá um movimento nesse sentido, com uma frente pela suspensão do pagamento da dívida. Eu falei hoje na tribuna: são juro abusivos. São juro que nem a iniciativa privada paga pelos empréstimos no BNDES. Por isso, eu quero fazer esta colocação, cumprimentando essa jovem líder do meu Estado, que é uma referência, com certeza, de liderança nacional do nosso Estado. Obrigado, Presidente, e obrigado, Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu me associo aos festejos pela presença da Sr<sup>a</sup> Luciana Genro.

Já me solidarizei com a Senadora Ana Amélia e com o povo do Rio Grande do Sul pela dificuldade em que o Governo se encontra, inclusive tendo suas contas bloqueadas. Espero que a situação possa ser resolvida brevemente, e o Rio Grande do Sul, aquele Estado querido por todos nós, possa voltar à normalidade e trabalhar para que cresça econômica e socialmente.

Mas, como eu dizia, Senador Dário Berger, em Belém, capital do Pará, não havia um colégio militar. Então, há quatro anos, lutamos permanentemente para que pudéssemos ter o colégio militar.

O Governador Simão Jatene, nosso parceiro durante todo o tempo, também lutou para a instalação do colégio militar.

A Bancada Federal do Pará fez uma emenda de R\$30 milhões, em 2014, para o Ministério do Exército, para o Comando Militar do Norte, voltada para o colégio militar.

À época em que o Comandante Enzo era o Comandante do Exército, o Governador Simão Jatene e eu tivemos uma audiência com ele. Àquela altura, não era Comando Militar do Norte ainda; era 8ª Região Militar. E o Comandante da 8ª Região Militar era o General Peixoto, que foi um entusiasta do projeto.

Eu disse ao General Peixoto: General Peixoto, eu posso falar com o Comandante Enzo para fazermos uma emenda? Ele respondeu: “Senador, eu não tenho permissão para lhe responder dessa forma. É preciso que haja uma audiência com o Comandante.”

Aí o Governador Simão Jatene e eu fomos a uma audiência com o Comandante Enzo. O Governador disse que queria pedir apoio para que o Colégio Militar de Belém fosse instalado, e o Comandante Enzo, com a seriedade com que trata a coisa pública e com sua responsabilidade, disse que o Exército, naquele momento, não podia instalar o colégio, porque não tinha os quadros necessários para que assim fosse feito.

Mesmo assim, eu tive, eu diria, a ousadia de pedir ao General Enzo: General, permita apenas que a bancada do Pará possa fazer uma emenda – isso era 2013 – ao Orçamento, porque já fica o valor assegurado para o Comando do Exército”. Ele disse: “Não faça, Senador, porque eu não vou poder fazer a instalação”.

Todas essas dificuldades, nós procurávamos vencê-las. Agora, o General Ferreira, Comandante Militar do Norte, continuou tão entusiasta que ele diz, Senador Aluizio, que nós não somos parceiros na instalação do Colégio Militar em Belém, nós somos cúmplices, nós estamos juntos nesse projeto.

No dia 30, ele me liga dizendo: “Senador Flexa, quero lhe dar uma boa notícia em primeira mão. O Comandante do Exército, General Villas Bôas, que foi Comandante Militar da Amazônia, vai assinar hoje a portaria, criando o Colégio Militar de Belém”. Essa portaria tem o seguinte enunciado:

O Comandante do Exército, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de Agosto de 2010, o inciso V, do artigo 20, da estrutura regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de Abril de 2006, e, de acordo com o que propõe o Estado Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Criar o Colégio Militar de Belém, com sede na cidade de Belém do Pará, subordinado à diretoria de educação preparatória e assistencial.

Art. 2º Ativar o núcleo do Colégio Militar de Belém, a contar de 1º de agosto de 2015.

Art. 3º Determinar que a primeira turma do Colégio Militar de Belém, a ser matriculada em 2016, seja constituída pelo 6º ano do ensino fundamental.

Art. 4º Determinar que o Estado-Maior do Exército, os órgãos de direção setorial e o Comando Militar do Norte adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 5º Estabelecer que esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A publicação foi no dia 4 de maio, o dia seguinte.

E aí estava, graças a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, criado o Colégio Militar do Norte, uma luta diuturna nossa durante os quatro anos.

O Geraldo Ferreira já tinha conseguido a cessão de uma área da Marinha do Brasil, na Avenida Augusto Montenegro, para construir o colégio. A Bancada do Pará colocou uma emenda de 30 milhões, de 2014 para 2015, para que pudesse ser construído o colégio. Lamentavelmente, até hoje, não foi empenhada. Estávamos numa situação de dificuldade.

O Governador Simão Jatene, que, durante os quatro anos, sempre foi também um lutador pelo colégio militar, reuniu-se com o General Ferreira e com o General Madeira, que é o Comandante da 8ª Região Militar, e entregou ao Comando do Exército do nosso Estado um prédio onde estava instalada a Escola de Governo. É um prédio tombado, patrimônio histórico, que o General Ferreira já tinha ido visitar. Ele disse a mim e ao Governador que lá, naquele prédio, ele instalaria definitivamente o colégio militar. O Governador Simão Jatene não pensou duas vezes. Então, será entregue ao Exército esse prédio onde funciona a Escola de Governo.

Jornal de oposição publicou que o Governador havia extinto a Escola de Governo, o que não é verdade. O que o governador fez? Transferiu a Escola de Governo para o prédio onde funcionavam as Secretarias Especiais, na Avenida Nazaré. Lá, a Escola de Governo continuará atendendo, em cursos, a melhoria dos funcionários do Estado.

O General Ferreira convidou-me para que fôssemos, Presidente Dário Berger, fazer uma visita ao prédio onde o colégio militar será instalado.

Segunda-feira retrasada, ele não pôde ir porque tinha um compromisso de viagem. Marcou para esta segunda-feira, às 9 horas, e lá eu estava. Fui recebido pelo General Madeira, Comandante da 8ª Região Militar, pelo General César, que é o Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Norte e vários outros oficiais do Exército. E justificaram que o General Ferreira não estava presente porque tinha novamente que viajar, para atender a necessidades do Exército.

Senador Anastasia, é uma honra um aparte de V. Exª.

**O Sr. Antonio Anastasia** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Flexa. Eu queria tão somente me congratular com V. Exª, com o Estado do Pará, com a alegria que percebo em V. Exª ao relatar esse fato, levar meus cumprimentos ao Governador Jatene pela a instalação do colégio militar em Belém do Pará. Sou testemunha em minha terra, Minas Gerais, Belo Horizonte, da qualidade do ensino do colégio militar. Aliás, nos exames nacionais de qualidade, o colégio militar de Belo Horizonte está entre os dez melhores do Brasil, é uma qualificação excepcional. Seguindo inclusive sempre a ponderação do Senador Cristovam, que mostra qualidade de fato do ensino federal. E tenho certeza de que o colégio que está sendo instalado em Belém do Pará será da mesma qualidade. Por isso só posso me congratular e dar parabéns por esse esforço, pelo trabalho, pela dedicação, pelo labor. É aquele velho ditado: água mole bate na pedra dura até que vem o resultado. Por isso, V. Exª está de parabéns com essa bela conquista para a educação pública no Estado do Pará.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço aos dois Senadores.

Senador Aloysio.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Flexa, eu acompanho a luta de V. Exª sobre essa reivindicação que vem defendendo ao longo deste mandato. E confesso a V. Exª que à medida que a narrativa que V. Exª faz da tribuna ia-se desenvolvendo, passo a passo, eu fiquei com o coração na mão. Porque

as coisas iam indo, iam indo, o relato dava a ideia de uma progressão rumo a um desfecho positivo, e eu fiquei com medo de que, ao final, houvesse uma frustração. Porque são tantas as frustrações que se têm nos dias de hoje, quando dependemos de iniciativa deste Governo, que eu imaginei que de repente V. Ex<sup>a</sup> anunciasse uma frustração. Mas, felizmente, graças ao seu trabalho, ao trabalho do Governador, ao trabalho da comunidade, ao trabalho do General Villas Bôas, e também à proteção de Nossa Senhora de Nazaré, as coisas correram bem. Eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> e com o povo paraense.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Aloysio e Senador Anastasia, é um honra receber apartes de V. Ex<sup>as</sup>, porque não só enriquecem o meu pronunciamento como aumentam o entusiasmo que me toma neste momento, chegando ao ponto de me emocionar.

Eu pediria, Senador Dário Berger, ...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que fosse excluída, do meu pronunciamento de hoje, a parte inicial. Eu fiz um preâmbulo e me referia ao Governo Federal. Eu pediria que fosse excluído, para que o pronunciamento só tratasse do colégio militar, para que ele pudesse constar nos *Anais do Senado* sem a mancha do Governo que aí está de plantão. Então, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que o introito que eu fiz seja excluído...

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vamos providenciar com a assessoria do Senado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... do meu pronunciamento, ainda mais depois dos apartes dos Senadores Anastasia e Aloysio Nunes.

Então, como eu dizia, chegamos, nessa segunda-feira que passou, para visitar as instalações do prédio onde funcionará, a partir de 2016, o colégio militar. Para nossa surpresa, Senador Aloysio, na segunda-feira, começava a inscrição para o concurso de admissão ao colégio militar.

Eu fui surpreendido com este *folder*, que diz: "Concurso de admissão ao 6º ano do ensino fundamental do Colégio Militar de Belém – período: 10 de agosto a 11 de setembro de 2015".

Coincidência – como Deus é generoso! – eu ir visitar o colégio militar, porque eu já conhecia, e chego lá e era o primeiro dia das inscrições.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E aí tive a oportunidade de conversar com o pai que fez a primeira inscrição do seu filho ao concurso de admissão.

O Sr. Pedro Barbosa, que é militar, estava na porta do prédio desde as seis horas da manhã e a inscrição começava às nove horas. Ele foi, pegou a relação dos documentos, foi buscá-los em sua casa, voltou e fez a primeira inscrição para admissão do seu filho, chamado Pedro Gabriel. Já havia duas outras pessoas tratando da inscrição: a Sr<sup>a</sup> Gisele Helen...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que estava para inscrever o filho Lucas Helen, e o Sr. Jefferson Nascimento, para inscrever o Pablo Nascimento. Essas foram as três primeiras inscrições para o Colégio Militar do Pará.

O Colégio vai ser inaugurado. O Governador Jatene, além de entregar o prédio ao Exército, mandou restaurar e pintar o prédio todo. Aí havia uma dificuldade de recursos para os equipamentos, como carteiras. O Governador disse "as carteiras da escola de governo ficam para o Colégio Militar", facilitando ao máximo para que, no próximo dia 12 de janeiro, quando Belém completa 400 anos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... seja inaugurado o Colégio Militar do Norte. Nesse dia, o General Ferreira, que é o Comandante do Comando Militar do Norte, encerra sua tarefa em Belém e vem transferido para Brasília. Então, ele vai inaugurar o Colégio Militar do Norte como último ato como Comandante do Comando Militar do Norte.

Todas as coincidências vêm no sentido de valorizar o trabalho de todos para termos o Colégio.

Eu quero dizer, como disse o Senador Anastasia, que a instalação do Colégio Militar no Pará, em Belém, é algo que vai fazer uma mudança de patamar na qualidade...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... do ensino do nosso Estado, porque o Colégio Militar não só informa, não só passa informação para os seus alunos, mas ele forma o cidadão.

Como disse o Senador Anastasia, os Colégios Militares, em todo o Brasil – com esse, é o 13º – estão sempre em posição de destaque nos exames do Enem, e não será diferente com relação ao Colégio Militar do Norte.

Eu quero encerrar o pronunciamento, Senador Dário Berger, agradecendo a Deus...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... pela sua generosidade em nos dar a possibilidade de completar esse trabalho que estamos desenvolvendo há mais de quatro anos.

Segundo, fazer um registro, que faço questão que conste dos *Anais*: o General Peixoto, quando Comandante da 8ª Região Militar, lá atrás, foi um entusiasta da implantação do colégio. Hoje, ele está na reserva, mas eu faço questão de que ele seja convidado do Governo do Estado do Pará para estar presente na inauguração do colégio.

Quero fazer também o registro de que o Comandante, o General Ferreira, que assumiu o Comando Militar do Norte e antes...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... o Comando da 8ª Região Militar, deu continuidade ao trabalho do General Peixoto; o General Madeira, hoje Comandante da 8ª Região Militar, também se esforçou para que isso se tornasse uma realidade; o General César, que é o responsável pelo trabalho que está sendo feito e desenvolvido no colégio para a sua instalação. Enfim, registrar o trabalho de todos os militares, do Governador Jatene e, em especial, do povo do Pará.

Tenho absoluta certeza de que nós vamos ter no nosso Estado um estabelecimento de ensino da melhor qualidade, que vai não só, como eu disse, informar, mas formar o cidadão...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... dentro dos princípios da ética, da disciplina e do conhecimento.

Encerro aqui, Senador Dário Berger, com essa notícia, uma notícia que, tenho certeza absoluta, meus amigos, o povo do Pará que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, vão festejar e festejar juntos, até porque o colégio vai ser inaugurado no dia em que Belém completa 400 anos.

É um presente que estamos recebendo do Comando do Exército.

Quero agradecer ao General Villas Bôas pelo presente que dá a Belém no seu aniversário de 400 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quero cumprimentar, parabenizar e enaltecer a luta e a persistência de V. Exª.

Essa é uma prova, Senador Flexa, de que não há vitória sem luta, e o senhor conquistou uma grande vitória.

Parabéns a V. Exª e a todo o povo do Pará.

Bem, dando continuidade aos nossos trabalhos, o próximo orador inscrito seria o Senador Paulo Paim. Na sua ausência, passo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Exª está com a palavra.

Enquanto o Senador Valadares ocupa a tribuna, quero anunciar a presença dos alunos do ensino médio do Instituto Federal Goiano Câmpus Ceres, de Goiânia, que estão deixando o recinto do plenário. Foi um prazer recebê-los. Sintam-se à vontade.

Obrigado pela presença.

Com a palavra V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Dário Berger, Srªs e Srs. Senadores, estou convencido – e muitos dos Parlamentares que compõem esta Casa – de que a grave crise política pela qual passamos hoje no Brasil, crise que se avizinha perigosamente de converter-se em crise institucional, tem como fundamento, em grande parte, a rigidez própria do desenho jurídico-institucional da forma de governo Presidencialismo. De certa forma, vivemos, mais uma vez na História do Brasil, uma crise desse regime, dessa forma de governo. Aliás, eu diria ainda melhor e mais rigorosamente em termos lógicos: não é que exatamente o regime



presidencialista seja a causa da crise, tenha sido fonte de instabilidade política e institucional desde a Proclamação da República, isto é, nos últimos 125 anos!

Como seria infinitamente mais fácil, Sr. Presidente, mais pacífico, mais passível de acordo, menos traumático para as instituições, menos constrangedor para a legitimidade da democracia se, nesta quadra da vida nacional, se neste vai e vem das sugestões e pressões pela governabilidade que crescem a cada dia, a favor e contra a Presidência da República – evidentemente que a renúncia de que se fala seria um ato de vontade unilateral, e não há que se discutir neste discurso –, como seria mais fácil e menos traumático se pudéssemos contar com a flexibilidade inerente ao regime parlamentar de governo. O que provavelmente ocorreria se nós tivéssemos hoje, dada a atual crise política, o parlamentarismo vigente no Brasil? E o que ocorreria, então, caso nossa forma de governo, que foi aprovada durante tantos e tantos anos, e o parlamentarismo foi rejeitado em duas oportunidades, na última vez em 1993, o que seria, então, o que poderia acontecer caso o parlamentarismo tivesse sido objeto de aprovação pelo povo brasileiro?

Nós sabemos que, em 1993, as grandes lideranças que dispunham de perspectivas ou possibilidades de chegarem ao poder pregavam abertamente o parlamentarismo, mas, diante do horizonte de assumirem o poder, deixaram a sua pregação de lado e passaram a trabalhar contra o parlamentarismo, naquela consulta popular que foi feita por determinação constitucional.

Na economia, meus amigos, Srs. Senadores, baixo crescimento econômico, inflação alta e ascendente, ameaçando sair do controle, desemprego em alta, altas taxas de juros, dólar na estratosfera, crise fiscal, necessidade de ajuste das contas públicas, e o Tribunal de Contas se debruça sobre as contas do Governo, com o relator achando que houve descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, vivemos uma crise política que tem um somatório perturbador de crise econômica, CPIs em profusão, divergências no Parlamento, notadamente na Câmara dos Deputados, onde a pauta que surge quase que semanalmente é vista pelo Governo, por empresários, pela mídia, como perturbadora de acontecimentos trágicos para a economia do nosso País e para a estrutura administrativa do Governo Federal.

Ora, por menos do que isso, por muito menos do que isso, considerando que o Parlamento é uma caixa de ressonância da opinião pública, a Câmara dos Deputados, segundo o desenho institucional parlamentarista que proponho, já teria aprovado moção de censura ao Conselho de Ministros. Com isso o Governo imediatamente cairia, estaria destituído dentro dos parâmetros constitucionais e a via estaria aberta constitucionalmente, volto a dizer, para a assunção ao poder de um novo Conselho de Ministros, tendo por chefe um novo primeiro ministro.

Em outras palavras, o parlamentarismo é a forma de governo que permite maior flexibilidade durante as crises se comparado ao presidencialismo, para a mudança de governo quando ocorrem momentos tão sérios como este que estamos vivendo.

No parlamentarismo, as crises políticas graves costumam desfazer-se, dissipar-se sem colocar em risco as instituições. Isso se deve em razão da flexibilidade de suas regras para a formação e destituição do governo.

No presidencialismo é diferente. O mandato do Presidente da República é fixo, atualmente, quatro anos com direito a reeleição. Logicamente o direito à reeleição já foi desconsiderado pelo Parlamento. E para destituir um Presidente que tenha perdido as condições de governar, em caso de não lhe ocorrer renunciar ao mandato, isso somente é possível pelo processo desgastante, lento, incerto, traumático e desesperador do impedimento, instituto também conhecido pela palavra inglesa *impeachment*.

Como disse há pouco, apresentei neste ano de 2015 a Proposta de Emenda à Constituição nº 102. O seu objetivo, também já o disse, é implantar, oportunamente, a forma de governo parlamentarista no Brasil.

Estou certo de que a aprovação desta PEC nº 102, de 2015, representaria enorme avanço institucional para o Brasil, que se alinharia assim à absoluta maioria de países democráticos e liberais existentes no mundo que gozam de um regime democrático pluralista e livre, aos quais não falta estabilidade nem tampouco desenvolvimento social e econômico.

Esses países onde vigora o parlamentarismo, cada um com características institucionais próprias, são todos os da Europa Ocidental, além da Austrália, da Nova Zelândia, do Canadá e da Índia.

Tomaria muito tempo a descrição minuciosa das regras constitucionais necessárias ao bom funcionamento do parlamentarismo entre nós, regras que foram, com muito cuidado, incluídas na mencionada PEC e que se baseiam tanto nos preceitos que foram seguidos em nossa breve experiência parlamentarista de 1961 a 1963, quanto na proposta da Frente Parlamentarista Nacional de Ulysses Guimarães, elaborada em 1993.

Aliás, é fato da política conhecido por todos que o saudoso Deputado Ulysses Guimarães preparava-se para percorrer o País numa cruzada a favor do parlamentarismo quando foi acometido pela morte trágica que teve em 1992.

Peço aos nobres Parlamentares e ao público da TV Senado e da Rádio Senado que nos acompanham a tomarem conhecimento detalhado do teor da PEC, o que pode ser feito com facilidade por intermédio da página do Senado na internet. Estou me referindo à Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2015, de iniciativa deste Senador, em conjunto com outros 39 Senadores e Senadoras que a subscreveram, com a assinatura, para mim muito honrosa, do Senador Anastasia, que foi Governador do Estado de Minas, terra do saudoso Tancredo Neves.

Dando continuidade à defesa do parlamentarismo, eu gostaria de mencionar, de forma sucinta, alguns pontos que costumam ser levantados no debate nacional sobre a melhor forma de governo para o País.

Um primeiro ponto é que alguns dizem que não se deveria mudar a forma de governo no meio de uma crise, mas, ao contrário, se é para fazê-lo, que isso seja realizado num momento de calma e estabilidade institucional.

Nada mais longe da verdade! Fazendo a ressalva evidente de que espero suscitar o debate nacional ao apresentar a PEC mencionada, pois uma decisão dessa importância não pode ser tomada de afogadilho, quero dizer-lhes que tenho idade suficiente, experiência suficiente, mais de 40 anos de vivência política e sei que no Brasil, na calma e na normalidade, não se decide nada de importante ou praticamente nada de importante.

Seria bom se assim fosse, mas não é, por características culturais nossas. As mudanças significativas ocorrem em meio a crises políticas, crises econômicas e crises institucionais. Portanto, a hora de colocar em debate a mudança da forma de governo é agora: o debate! Não estou falando na aprovação da matéria, porque isso levará muito tempo.

Um segundo ponto é que outros dizem que o plebiscito realizado em 93, que escolheu por ampla margem de votos o regime republicano, teria...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... feito do presidencialismo uma cláusula pétrea da Constituição, não podendo, assim, ser modificada por emenda constitucional.

Tampouco posso concordar com essa posição.

Ora, o art. 60 da Constituição Federal, em seu §4º, apresenta rol taxativo dos institutos constitucionais que formam cláusula pétrea. A forma de governo não está entre eles.

E aos que argumentam que a mudança para o parlamentarismo implicaria atentado à separação de poderes, uma das cláusulas pétreas arroladas no art. 60, não é verdade que o parlamentarismo derrube a separação de poderes. E a própria Constituição Federal ao dispor, no Ato das Disposições Transitórias, art. 2º, que um plebiscito se deveria realizar em 93, como efetivamente foi, para escolher o sistema de governo,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... deixa explícita a posição do constituinte originário de que não considerava a possibilidade de adoção do parlamentarismo como um atentado à separação dos poderes.

De qualquer forma, é fundamental ressaltar que a PEC que apresentei ao Senado estabelece a realização de um referendo, caso venha a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Não seria correto nem desejável que a forma de governo parlamentarista, após ter sido rejeitada por plebiscito em 93, não fosse novamente submetida à consulta popular.

Faço questão de ler, a esse propósito, o art. 3º, e o seu parágrafo único, da PEC nº 102, de 2015:

Art. 3º Esta Emenda Constitucional, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo que não poderá ser realizado no último ano antes da realização de eleição para Presidente da República.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) –

Parágrafo Único. Aprovada esta emenda constitucional por referendo, sua implantação somente ocorrerá a partir da posse do Presidente da República eleito após a realização deste referendo.

Não se trata, portanto, de uma proposta casuística nem com o objetivo de tirar do poder a atual Presidente da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador Anastasia, do Estado de Minas Gerais.



**O Sr. Antonio Anastasia** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares pela gentileza e cessão deste aparte. Eu gostaria tão somente de cumprimentá-lo pela iniciativa dessa PEC que tive a honra de assinar, endossando a sua ideia. Muitas pessoas se esquecem de que no Brasil, ao longo da nossa história constitucional, o regime parlamentarista vigorou durante décadas, durante o período imperial. E naquele momento, o parlamentarismo funcionava, claro, de acordo com as circunstâncias da época, de modo muito adequado. Posteriormente, tivemos uma breve experiência republicana. E a exposição que V. Ex<sup>a</sup> faz agora está sendo extremamente didática e pedagógica quanto à demonstração das qualidades do parlamentarismo, que é a posição do meu partido e a minha pessoal. Na realidade, sempre endossamos que para a existência robusta e profícua do parlamentarismo são necessários dois elementos fundamentais: os partidos políticos fortes e a burocracia estável. Ainda não temos os dois elementos de maneira clara entre nós no Brasil, mas o debate, como disse V. Ex<sup>a</sup>, é fundamental, até por que no momento de crise o regime parlamentarista acaba tendo uma solução muito mais adequada para os problemas emergenciais que agudizam as nações. Basta nós olharmos aquelas nações, como V. Ex<sup>a</sup> apontou aqui no seu discurso, que têm um grau de desenvolvimento maior e que adotam o regime parlamentarista. Por isso parabéns. O debate é muito bem-vindo. E receba, desde logo, o nosso aplauso. Muito obrigado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Incorporo, com a sua anuência, o seu aparte ao meu discurso. E suas palavras evidenciam, acima de tudo, o equilíbrio com que V. Ex<sup>a</sup> sempre se houve ao longo de sua vida pública.

V. Ex<sup>a</sup> fez um governo exemplar, podemos dizer um governo que prestigiou o parlamento, a assembleia legislativa, porque manteve um diálogo permanente com a classe política. V. Ex<sup>a</sup>, com a paciência que teve no Governo de Minas Gerais, eu não tenho a menor dúvida, seria talhado para um primeiro-ministro no governo parlamentarista no Brasil, que, aliás, V. Ex<sup>a</sup>, na prática, exerceu no Governo do meu amigo Aécio Neves, que era o Governador de todos os mineiros, mas que deu a V. Ex<sup>a</sup> poderes de um verdadeiro primeiro-ministro, trabalhando em parceria com ele durante os oito anos em que ele foi Governador do seu Estado.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Fica evidente, ademais, assim espero, o cuidado de que me cerquei para que uma eventual emenda parlamentarista, aprovada pelo Congresso e referendada pelo povo, não se transforme em iniciativa casuística para o benefício deste ou daquele candidato a presidente ou a primeiro-ministro ou deste ou daquele presidente no exercício do mandato.

Um terceiro e último ponto que eu gostaria de levantar é que segui o desenho institucional existente hoje na Alemanha para a exoneração do Conselho de Ministros por meio ou por aprovação pela Câmara dos Deputados de moção de desconfiança ao governo ou da não aprovação pela mesma Câmara de voto de confiança requerido pelo primeiro-ministro, que são as duas formas constitucionais de derrubar o governo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) - Muitos se preocupam, e com fundadas razões, com que a possibilidade de exonerar o Conselho de Ministros pelo Parlamento possa levar à instabilidade política, em razão do vácuo de poder que restaria entre o momento da derrubada do governo anterior e a formação de um novo governo. Cita-se a esse respeito o exemplo histórico da Itália do pós-guerra, quando os governos se sucediam no comando do país em número excessivo.

Foi para prevenir essa possibilidade que, seguindo o desenho institucional da Alemanha de hoje, estabeleci na PEC que da moção de censura apreciada na Câmara de Deputados deverão constar a indicação de nome para o novo primeiro-ministro, ou seja, a Câmara só poderá aprovar moção de censura ao governo em caso de, nesse mesmo ato, indicar nome para chefe de governo, isto é, para primeiro-ministro. Caberá ao Presidente da República aceitá-lo ou não.

Além do mais, há certas exigências temporais que a PEC estabelece que reforçam a estabilidade política: uma moção de censura só poderá ser apresentada decorridos seis meses da posse do primeiro-ministro; o primeiro-ministro deverá ser ouvido pela Câmara antes da votação; e, rejeitada a moção, a Câmara somente poderá apresentar outra depois de seis meses.

Termino aqui este discurso, Sr. Presidente, agradecido pela tolerância, como também pela assinatura da nossa proposta, Senador Dário Berger, que muito me honrou.

Convido, mais uma vez, todos, os Parlamentares e o povo brasileiro, a tomarem conhecimento da PEC 102, de 2015. É o momento de substituirmos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... um regime duro e inflexível, que continuamente contribui para nos mergulhar em crises institucionais seguidas, isso ao longo da história do País, por outro melhor: flexível, adaptável à situação política, favorável a que não percamos tempo administrando crises de governabilidade infundáveis. Esse é o regime parlamentarista.

O voto popular direto mantém-se para Presidente da República, em dois turnos, e mandato fixo de quatro anos, como hoje. Presidente que passa a ter a prerrogativa constitucional de indicar o Primeiro-Ministro, consultado o partido ou a coligação majoritária, sendo esse o nome submetido à aprovação do Parlamento, papel que será desempenhado pela Câmara dos Deputados.

O Presidente da República será o chefe de Estado, o representante do Estado brasileiro nos foros internacionais...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... mas manterá poderes como o de indicar e nomear, após a sabatina do Senado, autoridades, como ministros do Supremo e dos Tribunais Superiores, Procurador-Geral da República e ministros do Tribunal de Contas da União. O Presidente ainda pode, nessa proposta, apresentar propostas de emenda à Constituição ao Congresso Nacional; sancionar e vetar projetos de lei; exercer o comando das Forças Armadas, entre outras atribuições, um regime também parecido com o que é aplicado hoje na França.

O Primeiro-Ministro será o Chefe de Governo, responsável por dirigir a política geral do Governo, coordenando e orientando a ação de todos os Ministros; propor ao Presidente da República a sanção ou o veto de projetos de lei; indicar nomes do Advogado-Geral da União...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... presidente e diretores do Banco Central, entre outras autoridades; ter a iniciativa de projetos de lei e editar medidas provisórias.

Em exposição motivada, o Primeiro-Ministro pode propor ao Presidente da República a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de novas eleições. Isso ocorre quando a maioria parlamentar que aprovou a investidura do Primeiro-Ministro, posteriormente, nega-lhe apoio à execução do programa de governo. Esse é mais um mecanismo institucional típico dos regimes parlamentaristas, em que o balanço e o choque das prerrogativas do governo e do Parlamento jogam em favor da flexibilidade do sistema.

Enfim, espero contribuir para o avanço institucional do Brasil, ao apresentar esta PEC que se encontra na CCJ do Senado Federal.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Temos padecido em nosso País da eclosão de crises de governabilidade seguidas e difíceis de resolver, por falta de um desenho institucional adequado para a formação e a dissolução do Governo. O tema é complexo e há várias questões adjacentes a ele que podem e devem ser tratadas, como o sistema eleitoral.

No momento, são essas as considerações que julguei por bem fazer. Penso de forma convicta, como pensam muitos Senadores e Deputados, que o parlamentarismo é a forma de Governo ideal para o nosso País. Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Valadares, com muita honra subcrevi...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Dário Berger.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... a PEC do Parlamentarismo, que acho que não poderia ser tão oportuna quanto neste momento.

Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por isso. Talvez, se nós tivéssemos um regime parlamentarista, nós já tivéssemos encontrado uma saída muito mais eficaz, vamos dizer assim, para a crise que nós estamos hoje vivendo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Senador, eu abri mão da minha fala, mas tenho de fazer um registro que, me comprometo, não chega a dois minutos.

A Bancada gaúcha se reuniu hoje, e, no encerramento da reunião, Sr. Presidente, com a fala já feita pelo Governador e por diversos Deputados e Senadores, tomei a liberdade de dizer que a crise do Rio Grande do Sul passa também por uma decisão política, e, por isso, propus, e o Coordenador da Bancada gaúcha, Deputado Giovani Cherini, acatou o nosso pedido de uma audiência à Presidenta da República, com a companhia de todos os três Senadores, naturalmente, de toda a Bancada federal e das forças vivas do Rio Grande, representantes dos empresários, dos trabalhadores, enfim, dos setores representativos da sociedade gaúcha, e que, nesse encontro, falasse um pelos empresários, um pelos trabalhadores e um pelo Parlamento, e até propus que fosse o Coordenador da Bancada e o Governador, no sentido de que a gente possa achar um caminho, porque, no Rio Grande, Sr. Presidente, vai para tudo: vai parar hospital, vão parar professores, vai para até o cemitério, pois não haverá como se enterrarem as pessoas, vai parar o necrotério. Está parando todo o sistema de segurança, o caos estará instalado e nós não queremos isso para ninguém, para governo nenhum. Por isso, espero que esse pedido que o coordenador, nosso querido amigo Deputado Giovani Cherini, do PDT, fará à Presidenta da República seja acatado e a gente possa ter esse diálogo com ela e com o Ministro da Fazenda e do Planejamento na expectativa de podermos renegociar, por exemplo, o pagamento da dívida. Não é perdão, não é nada. Uma renegociação da forma em que o Rio Grande tenha um fôlego para que o Estado não possa parar.

Era só isso.

Agradeço mais uma vez a tolerância de V. Exª e a solidariedade que V. Exª tem mostrado ao povo gaúcho. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Paulo Paim, eu já tive oportunidade de me manifestar quando do pronunciamento da Senadora Ana Amélia e eu dizia, naquela oportunidade, que eu me recuso a acreditar que o nosso Rio Grande do Sul possa estar passando por um momento dramático na sua vida institucional como está passando.

Não é possível que o Rio Grande, que cedeu grandes personalidades a servir ao Brasil, não obtenha do Governo Federal a solidariedade necessária para encontrar o caminho para manter os serviços essenciais básicos em funcionamento e, depois, operacionalizar, rediscutir uma dívida que, pelo que se percebe, é impraticável, é impossível de cumprir.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É impagável. V. Exª tem toda razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – É impagável.

Então, eu sei que o Rio Grande do Sul já tem a voz de V. Exª, tem a voz da Senadora Ana Amélia, tem a voz do Lasier, mas eu como quase gaúcho, da fronteira ali, de Santa Catarina, um Estado irmão, quero também oferecer a minha voz. Sei que ela não tem muito eco.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza tem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas quero oferecer a minha voz e registrar a importância e a disposição de V. Exª, Senador Paim, aqui no Senado Federal de defender os gaúchos e defender o Rio Grande do Sul.

Parabéns a V. Exª.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

#### **DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.**

**A SRª ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, na semana que passou prefeitos, vereadores, deputados estaduais, secretários municipais, técnicos e assessores diretos de gestores públicos tiveram a oportunidade de participar do Encontro de Gestores Municipais para o Fortalecimento de Ações, que realizamos no auditório da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista.

Este encontro, que reuniu a um só tempo, lideranças de partidos políticos e autoridades ligadas à educação em nosso Estado, contou com a presença do Sr. de Idilvan Alencar, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Para melhor atender aos participantes do encontro, o MEC transferiu o Escritório FNDE para Boa Vista, nossa capital.

Assim, os gestores públicos municipais presentes tiveram a oportunidade de tirar dúvidas sobre a aplicação eficiente, nas esferas municipais, dos recursos destinados à educação, advindos de programas da esfera federal.

Idilvan Alencar expôs as ações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que este ano, repassou somente para a administração de nossa capital, R\$ 534.249,94; o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), que também repassou à prefeitura de Boa Vista R\$ 527.347,14; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que repassou, também para a administração da capital, este ano, R\$ 4.742.536,00, conforme dados do MEC.

O Presidente do FNDE expõe ainda sobre outros programas como o Plano de Ações Articuladas (PAR), Prestação de Contas, PAC 2, Caminho da escola, o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (Pró-Infância) e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Pró-Info).

Destaco, por oportuno, que somente por meio do FNDE, nosso mandato conseguiu mais de R\$ 40 milhões para a construção de creches em nosso Estado.

Infelizmente, algumas prefeituras não conseguiram executar projetos de construção das creches, é verdade,

Mas é importante destacar a importância do FNDE para financiar a educação em nosso país, em todas as etapas, do ensino infantil, ao ensino médio e superior.

Voltando ao nosso encontro, quero ressaltar que, com atenção e desprendimento, Idilvan Alencar atendeu, individualmente, todos os gestores públicos, que queriam saber mais sobre as estratégias do FNDE para a aplicação dos recursos na educação.

Aliás, esta é a segunda vez que trazemos o FNDE para Roraima. Em 2011, tivemos o prazer de trazer representantes do FNDE e técnicos do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome para tratar de questões ligadas à convênios e prestações de contas, na área de educação.

Desta vez, também angariamos êxitos. O presidente do FNDE centrou foco na capacitação dos gestores públicos para a aplicação eficiente dos recursos federais nas esferas municipais, para o fortalecimento das ações federais.

Ao participarem de nosso encontro, estas autoridades estaduais e federais nos ajudaram a confirmar que nossa meta de priorizar a luta em prol da melhoria de qualidade da educação, é uma medida certa.

E, neste particular, gostaria de destacar, também nosso empenho para ampliar o ensino técnico e tecnológico em Roraima. Nesta empreitada, já temos vários institutos federais em Roraima que irão garantir mais ensino técnico e tecnológico em nosso Estado.

Enfim, quero dizer que foi muito gratificante ver os gestores públicos comprometidos com a educação de qualidade em nosso Estado.

Penso, portanto, que com este encontro, buscamos promover a interlocução entre os entes públicos - municipal, estadual e federal -, e contribuir para aproximar governo e sociedade, para o bem da gestão da coisa pública.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a presente sessão do Senado Federal.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.)*



**SENADO FEDERAL**  
**Agenda Cumprida pelo Presidente**

**12/08/2015**  
**quarta-feira**

---

**11h30**    **Senadores Romero Jucá e Randolfe Rodrigues e bancada do PSOL na Câmara**  
Sala de Audiências

---

**12h00**    **Presidente da FIESP, Paulo Skaf**  
Sala de Audiências

---

**16h00**    **Ministros da Fazenda, Joaquim Levy e do Planejamento, Nelson Barbosa**  
Sala de Audiências





### **EMENDAS**

Apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2015-CN, que “Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015”.

Parlamentar	Nº da Emenda	Total por Parlamentar
FLEXA RIBEIRO	1	1
MENDONÇA FILHO	2	1

**Total de Emendas: 2**

Emenda – 00001

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

### **TEXTO**

Acrescenta-se §6º ao art. 2º do PLN nº 5, de 2015, com a seguinte redação:

§ 6º Se as receitas auferidas em decorrência das medidas estipuladas nos incisos I e II do § 4º superarem as estimativas, a meta de superávit primário prevista no caput será aumentada nos montantes correspondentes.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O § 5º do art. 2º estabelece a redução da meta de superávit primário na hipótese de frustração da receita prevista nos incisos I e II do § 4º. Nada mais justo, portanto, que a determinação de um aumento do superávit caso as receitas superarem a estimativa prevista.

## Emenda – 00002

Autor: Deputado Mendonça Filho (DEM/PE)

**TEXTO**

O art. 1º do PLN nº 5 de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 e a execução da referida Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado não financeiro, de R\$ 8.747.000.000,00 (oito bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões de reais), sendo a meta de superávit primário de R\$ 5.831.000.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e trinta e um milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispendios Globais, bem como com a meta de resultado nominal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.

...”

**JUSTIFICACÃO**

A revisão da meta de superávit primário proposta pelo governo federal surpreendeu a todos pela constatação de que o governo não tem conseguido manter as contas públicas sob controle.

A meta de superávit nominal, que inclui o pagamento dos juros, representa de fato o impacto que o resultado do exercício terá sob o estoque da dívida pública. Sendo assim, é importante que seja perseguida.

O governo federal vem sistematicamente deixando de cumprir as metas de resultado nominal fixadas pelas LDOs. Questiona-se a capacidade de o governo obter a nova meta de déficit nominal proposta para 2015 (resultado nominal de -R\$ 296,9 bilhões ou -6,09% do PIB). No texto aprovado originalmente havia a expectativa de déficit de R\$ 167,8 bilhões.

Dessa forma, a emenda visa estabelecer o compromisso pelo fiel cumprimento da meta de resultado nominal constante do Anexo de Metas Fiscais do PLN nº 5/2015, estabelecida pelo próprio Poder Executivo (déficit de R\$ 296,9 bilhões em 2015).

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (por Unidade da Federação)

#### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

#### Rio de Janeiro

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

#### Maranhão

**Bloco-PMDB** - Edison Lobão\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

#### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

#### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

#### São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**S/Partido** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

#### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

#### Goiás

**S/Partido** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

#### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*  
**Bloco-PPS** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

#### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PDT** - Lasier Martins\*\*

#### Ceará

**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

#### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**Bloco-PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**Bloco-PMDB** - José Maranhão\*\*

#### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*  
**Bloco-PMDB** - Rose de Freitas\*\*

#### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer\*\*

#### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

#### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**Bloco-PMDB** - Dário Berger\*\*

#### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*\*

#### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

#### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

#### Amazonas

**Bloco-PMDB** - Sandra Braga\* (S)  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

#### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

#### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

#### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*  
**Bloco-PMDB** - Simone Tebet\*\*

#### Distrito Federal

**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*  
**Bloco-PSD** - Hélio José\* (S)  
**Bloco-PDT** - Reguffe\*\*

#### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

#### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira\*\* (S)

#### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

#### Roraima

**Bloco-PT** - Angela Portela\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PDT** - Telmário Mota\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### Bloco de Apoio ao Governo - 24

##### PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz. ....	PDT / RO
Ana Amélia. ....	PP / RS
Angela Portela. ....	PT / RR
Benedito de Lira. ....	PP / AL
Ciro Nogueira. ....	PP / PI
Cristovam Buarque. ....	PDT / DF
Delcídio do Amaral. ....	PT / MS
Donizeti Nogueira. ....	PT / TO
Fátima Bezerra. ....	PT / RN
Gladson Cameli. ....	PP / AC
Gleisi Hoffmann. ....	PT / PR
Humberto Costa. ....	PT / PE
Ivo Cassol. ....	PP / RO
Jorge Viana. ....	PT / AC
José Pimentel. ....	PT / CE
Lasier Martins. ....	PDT / RS
Lindbergh Farias. ....	PT / RJ
Paulo Paim. ....	PT / RS
Paulo Rocha. ....	PT / PA
Regina Sousa. ....	PT / PI
Reguffe. ....	PDT / DF
Telmário Mota. ....	PDT / RR
Walter Pinheiro. ....	PT / BA
Zeze Perrella. ....	PDT / MG

#### Bloco da Maioria - 21

##### PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger. ....	PMDB / SC
Edison Lobão. ....	PMDB / MA
Eunício Oliveira. ....	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. ....	PMDB / RN
Hélio José. ....	PSD / DF
Jader Barbalho. ....	PMDB / PA
João Alberto Souza. ....	PMDB / MA
José Maranhão. ....	PMDB / PB
Omar Aziz. ....	PSD / AM
Otto Alencar. ....	PSD / BA
Raimundo Lira. ....	PMDB / PB
Renan Calheiros. ....	PMDB / AL
Ricardo Ferraço. ....	PMDB / ES
Roberto Requião. ....	PMDB / PR
Romero Jucá. ....	PMDB / RR
Rose de Freitas. ....	PMDB / ES
Sandra Braga. ....	PMDB / AM
Sérgio Petecão. ....	PSD / AC
Simone Tebet. ....	PMDB / MS
Valdir Raupp. ....	PMDB / RO
Waldemir Moka. ....	PMDB / MS

#### Bloco Parlamentar da Oposição - 16

##### PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves. ....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. ....	PSDB / SP
Alvaro Dias. ....	PSDB / PR
Antonio Anastasia. ....	PSDB / MG
Ataídes Oliveira. ....	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. ....	PSDB / PB
Dalirio Beber. ....	PSDB / SC

Davi Alcolumbre. ....	DEM / AP
Flexa Ribeiro. ....	PSDB / PA
José Agripino. ....	DEM / RN
José Serra. ....	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. ....	DEM / SE
Paulo Bauer. ....	PSDB / SC
Ronaldo Caiado. ....	DEM / GO
Tasso Jereissati. ....	PSDB / CE
Wilder Morais. ....	DEM / GO

#### Bloco Parlamentar União e Força - 9

##### PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. ....	PR / MT
Douglas Cintra. ....	PTB / PE
Eduardo Amorim. ....	PSC / SE
Elmano Férrer. ....	PTB / PI
Fernando Collor. ....	PTB / AL
Magno Malta. ....	PR / ES
Marcelo Crivella. ....	PRB / RJ
Vicentinho Alves. ....	PR / TO
Wellington Fagundes. ....	PR / MT

#### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

##### PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. ....	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. ....	PSB / PE
João Capiberibe. ....	PSB / AP
José Medeiros. ....	PPS / MT
Lídice da Mata. ....	PSB / BA
Randolfé Rodrigues. ....	PSOL / AP
Roberto Rocha. ....	PSB / MA
Romário. ....	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. ....	PCdoB / AM

#### S/Partido - 2

Lúcia Vânia. ....	GO
Marta Suplicy. ....	SP

Bloco de Apoio ao Governo. ....	24
Bloco da Maioria. ....	21
Bloco Parlamentar da Oposição. ....	16
Bloco Parlamentar União e Força. ....	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. ....	9
S/Partido. ....	2
<b>TOTAL. ....</b>	<b>81</b>



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA****(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### **PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

### **1º SECRETÁRIO**

Vicentinho Alves - (PR-TO)

### **2º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PDT-MG)

### **3º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **4ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PP) - 24</p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Benedito de Lira</b> (16,18,44)</p>	<p><b>Bloco da Maioria</b> (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 17</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> <b>Omar Aziz</b> (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição</b> (PSDB/DEM) - 16</p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PSDB</b> (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Cássio Cunha Lima</b> (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p><b>Líder do DEM - 5</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b> (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p><b>Líder</b> <b>Lidice da Mata - PSB</b> (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 6</b> <b>João Capiberibe</b> (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>José Medeiros</b> (15,19,29)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (24,27)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (21,26)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Collor - PTB</b> (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b> <b>Fernando Collor</b> (5,10)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Blairo Maggi</b> (9)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (8)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (2,7)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Delcídio do Amaral - PT</b> (48)</p>

### Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

**Finalidade:** Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**MEMBROS**



### **3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

**Número de membros:** 3

---

#### **MEMBROS**

---

#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 07/04/2015

**Instalação:** 15/04/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

\*\*.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33035492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER  
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

---

**MEMBROS**

---

---

---

---

---

---

---

## 7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

**Finalidade:** Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.  
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

**Número de membros:** 18

**PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**Designação:** 26/05/2015

**Instalação:** 27/05/2015

**Prazo final:** 25/08/2015

### MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

\*\* . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

**Número de membros:** 29 titulares e 29 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

**Designação:** 17/06/2015

**Instalação:** 23/06/2015

**Prazo final prorrogado:** 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

\*\*. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

## 10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.  
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

**Número de membros:** 24

**PRESIDENTE:** Georges de Moura Ferreira

**VICE-PRESIDENTE:** Dorieldo Luiz dos Prazeres

**RELATORA:** Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

**Designação:** 16/06/2015

**Instalação:** 16/06/2015

**Prazo final:** 12/12/2015

### MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

\*\* O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

**Secretário(a):** Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 3303 3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

**11) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015****Finalidade:** Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

**Número de membros:** 14 titulares e 14 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)**Instalação:** 05/08/2015**Prazo final:** 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	5. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	8. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	9. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	10. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	11. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	12. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador José Medeiros (PPS)	13. Senador Fernando Collor (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	14. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

**Notas:**

\*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

\*\*. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DO CARF

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 28/04/2015

**Designação:** 13/05/2015

**Instalação:** 19/05/2015

**Prazo final:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(4)</sup>
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

\*\*.. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).



**Secretário(a):** Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá  
**Telefone(s):** 33034854/3511  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 25/03/2015

**Instalação:** 31/03/2015

**Prazo final:** 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

### Notas:

\*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 61 33033492/3501

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

### 3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**Leitura:** 06/05/2015

**Designação:** 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**Notas:**

\*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

\*\*.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

\*\*\*\*. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

\*\*\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

## 4)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 18/03/2015

**Instalação:** 24/03/2015

**Prazo final:** 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(9)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5,6,7)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,10)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

\*\* Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

**Telefone(s):** 61 33033510/11

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 5)CPI DO FUTEBOL - 2015

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 28/05/2015

**Designação:** 07/07/2015

**Instalação:** 14/07/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

\*\* Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\* Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).



## 6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 05/03/2015

**Designação:** 29/04/2015

**Instalação:** 06/05/2015

**Prazo final:** 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

### Notas:

\*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508/3514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(10,16)</sup>
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(5)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(9)</sup>
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(11)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(13)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	8. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8,14)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(15)</sup>
Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 311-3516/4605

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** sscomcae@senado.gov.br

## **1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605/3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) <sup>(11)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(6,10)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(12)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(13)</sup>	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(13)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romário (PSB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(2,3)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**Fax:** 3303 3652

**E-mail:** cas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(9)</sup>
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(6)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(11,15)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(10,16)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) <sup>(10,16)</sup>	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) <sup>(1,12,17)</sup>	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(14)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(18,19)</sup>
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(9)</sup>
Senador Dário Berger (PMDB) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(7)</sup>	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(6,10)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604/2

**Fax:** 311-3121/1319

### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604

**Fax:** 311-3121/1319



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(7)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO <sup>(10)</sup>
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) <sup>(6)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) <sup>(11)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezzerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

**Notas:**

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT) <sup>(1,5)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

\*\* Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

**Notas:**

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

\*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(8,10,14)</sup>
Senadora Angela Portela (PT) <sup>(8)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PDT) <sup>(3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(2)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(14)</sup>	6.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(7,12)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(9)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(12)</sup>	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(13)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(11)</sup>	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(11)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO <sup>(9)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(10,11)</sup>	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(2)</sup>	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(4,7)</sup>	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) <sup>(2,5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** cre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO <sup>(10)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(5)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(7,8)</sup>	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(11)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) <sup>(1,12)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(12)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wilder Moraes (DEM-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

\*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(11,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PSD) <sup>(7,15)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) <sup>(5,16)</sup>	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO <sup>(6,13)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) <sup>(14)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br

## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



# 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(5,6)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Senador Hélio José (PSD) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO <sup>(3,7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) <sup>(7)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(2)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br

## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(11)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) <sup>(3,6,8,10)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS) <sup>(7,9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(9,12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(2)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Telefone(s):** 61 33031095

**E-mail:** csf@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
( / )	

**Atualização:** 16/06/2015

### Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PP**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PSB**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PR**

VAGO

**PSD**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PV**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PSOL**

VAGO

**Atualização:** 12/03/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258

**Fax:** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

---

**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PMDB**

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

**PT**

Senador Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

**PSB**

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

**PDT**

Senador Acir Gurgacz (RO)

**PR**

Senador Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

**DEM**

Senador José Agripino (RN)

**PP**

Senador Ciro Nogueira (PI)

**PTB**

Senador Douglas Cintra (PE)

**PPS**

Senador José Medeiros (MT)

**PCdoB**

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

**PSOL**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PRB**

Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Flexa Ribeiro (PA)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PP</b>
Senador Gladson Cameli (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 17/03/2015

**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Lindbergh Farias (RJ)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSOL</b>
Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>SD</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

**Atualização:** 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br

**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Reguffe (DF)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senador Wilder Moraes (GO)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 01/07/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



# **14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**

*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---

## **15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO**

*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do**

**RISF):**

---

## 16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PCdoB</b>
Senador Lasier Martins (PDT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PMDB</b>
Senador Jader Barbalho (PA)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PSD</b>
Senador Omar Aziz (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSB</b>
Senador Roberto Rocha (MA)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PT</b>
Senador Jorge Viana (AC)

**Atualização:** 04/08/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**Relator do PLDO:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

**Relator do PLOA:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

**Relator do PPPA:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
<b>PP</b>	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ <sup>(2)</sup>
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG <sup>(6,7)</sup>
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO <sup>(1)</sup>
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES <sup>(3)</sup>
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
<b>PSOL</b>	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

**Notas:**

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** (61) 3216-6892

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2



## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**RELATOR:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA <sup>(9)</sup>	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Jorge Viana - PT/AC <sup>(2)</sup>	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO <sup>(2)</sup>	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF <sup>(2)</sup>	3. Ivo Cassol - PP/RO <sup>(2)</sup>
Gladson Cameli - PP/AC <sup>(2)</sup>	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE <sup>(5)</sup>	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT (1)</b>	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 61 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso  
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

**Número de membros:** 10 Senadores e 10 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) <sup>(6)</sup>	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PTB/BA) <sup>(2)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) <sup>(3)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 2 Senadores e 4 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**Secretário:** Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

**Telefone(s):** 61 3303-3503

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

## Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO <sup>(17)</sup>	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG <sup>(7)</sup>
Tia Eron - PRB/BA <sup>(11)</sup>	8. Dâmina Pereira - PMN/MG <sup>(16)</sup>
Ezequiel Teixeira - SD/RJ <sup>(2)</sup>	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO <sup>(3)</sup>	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR <sup>(7)</sup>	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI <sup>(8)</sup>	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(12)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(4)</sup>	3. Benedita da Silva - PT/RJ <sup>(15)</sup>
Luizianne Lins - PT/CE <sup>(4)</sup>	4. Margarida Salomão - PT/MG <sup>(15)</sup>
Moema Gramacho - PT/BA <sup>(4)</sup>	5. Maria do Rosário - PT/RS <sup>(15)</sup>
Rogério Rosso - PSD/DF <sup>(5)</sup>	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(6)</sup>	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO <sup>(13)</sup>	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO <sup>(10)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO <sup>(9)</sup>	1. VAGO
<b>PSOL <sup>(1)</sup></b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.



8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

**Secretário:** Gigliola Ansiliero

**Telefone(s):** 61 3303-3504

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

**ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais**

**Finalidade:** Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

**Número de membros:** 5 Senadores e 5 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**RELATOR:** Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

**Instalação:** 18/06/2015

**Prazo final prorrogado:** 21/08/2015

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) <sup>(2)</sup>

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

## CONSELHOS E ÓRGÃOS

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**Designação:** 07/04/2015

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
<b>PDT</b>	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO <sup>(2)</sup>
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(2)</sup>	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Bloco da Maioria</b>	
VAGO <sup>(8)</sup>	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP <sup>(7)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

**Eleição Geral: 04/02/2015**

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobbo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Atualização: 08/04/2015**

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
Fax: 3303-5260  
saop@senado.leg.br



**Conselho de Comunicação Social**

**Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos <sup>(1)</sup>

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

**Eleição Geral:** 08/07/2015

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	Marcelo Antônio Rech	VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

**Atualização: 15/07/2015****Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 304 páginas  
(O.S. 12969/2015)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

